

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM

RONNA FREITAS DE OLIVEIRA

DELÍRIOS CONSERVADORES+FUNDAMENTALISTAS: CISNORMATIVIDADE,
LINGUAGEM E EDUCAÇÃO

PONTA GROSSA

2022

RONNA FREITAS DE OLIVEIRA

DELÍRIOS CONSERVADORES+FUNDAMENTALISTAS: CISNORMATIVIDADE,
LINGUAGEM E EDUCAÇÃO

Dissertação apresentada para obtenção de título de
mestre na Universidade Estadual de Ponta Grossa,
Área de Estudos da Linguagem.

Orientadora: Professora Doutora Ligia Paula Couto

PONTA GROSSA

2022

O48 Oliveira, Ronna Freitas de
Delírios conservadores+fundamentalistas: cisnormatividade, linguagem e
educação / Ronna Freitas de Oliveira. Ponta Grossa, 2022.
107 f.

Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem - Área de Concentração:
Linguagem, Identidade e Subjetividade), Universidade Estadual de Ponta
Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Ligia Paula Couto.

1. Linguagem. 2. Transgeneridade. 3. Cisgeneridade. 4. Transfeminismos. 5.
Desobediência. I. Couto, Ligia Paula. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Linguagem, Identidade e Subjetividade. III.T.

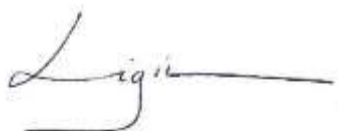
CDD: 808

RONNA FREITAS DE OLIVEIRA

**DELÍRIOS CONSERVADORES+FUNDAMENTALISTAS: CIRNORMATIVIDADE,
LINGUAGEM E EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada para obtenção do título grau de Mestre em Estudos da Linguagem na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Área de concentração em Linguagem, Identidade e Subjetividade.

Ponta Grossa, 31 de maio de 2022.



Prof.^a Dra. Lúcia Paula Couto – Universidade Estadual de Ponta Grossa



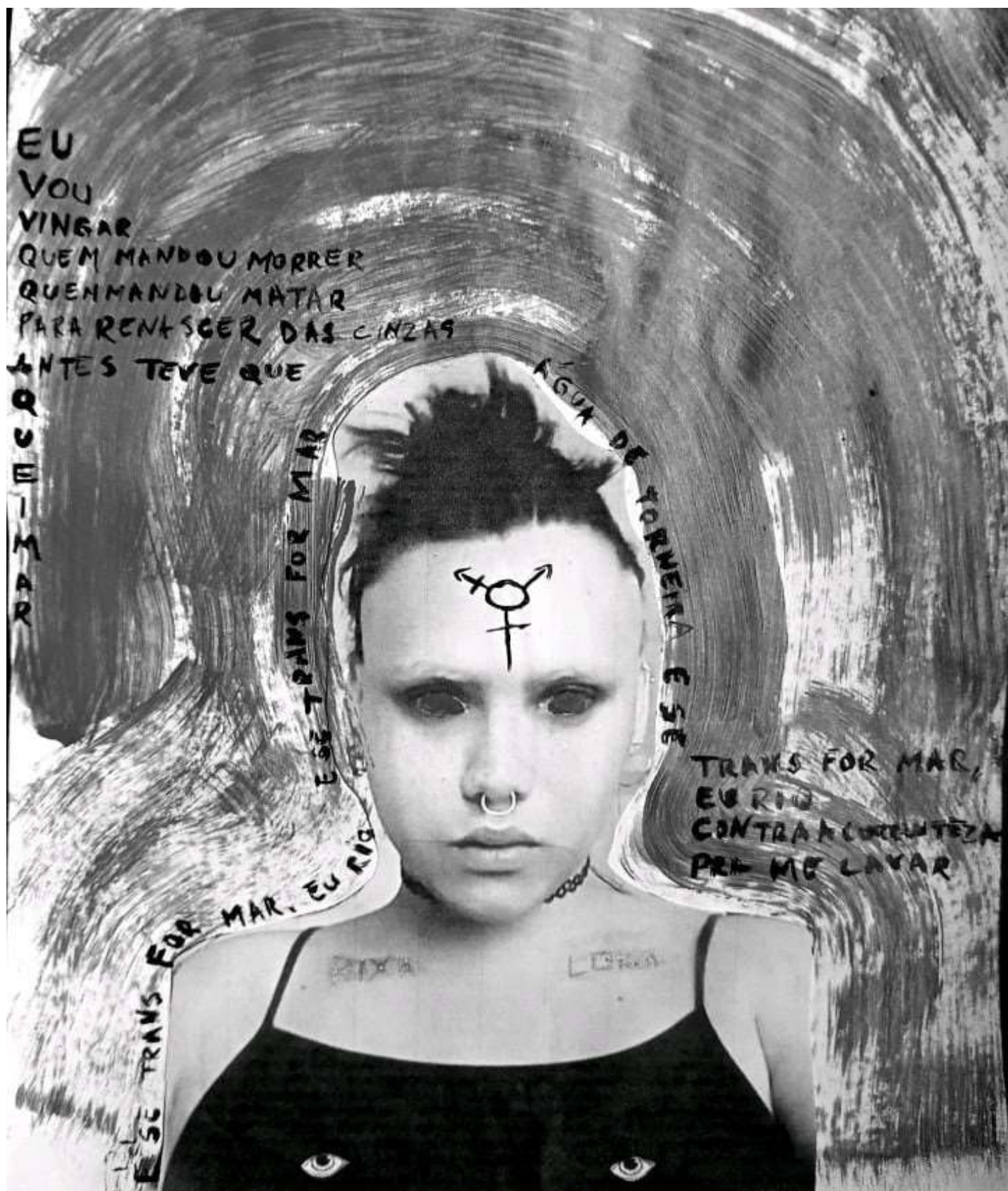
Prof.^a Dra. Clóris Porto Torquato – Universidade Federal do Paraná



Prof.^a Dra. Letícia Fraga - Universidade Estadual de Ponta Grossa



Prof.^a Ma. Sara Wagner York - Universidade Estadual do Rio de Janeiro



Trans+form+ação, 2021.

Colagem analógica

Trechos da música "Eu Matei o Júnior", de Linn da Quebrada e Ventura Profana

Às corporalidades desobedientes de gênero, às corporalidades transvestigêneres, que viveram e vivem nesse país violento e genocida de fundação. Se hoje posso escrever isso, é por vocês. Sobrevivemos, apesar de tudo. Que tramas de novos mundos possam possibilitar vida para quem vai ainda passar por estas terras. Esse mundo de morte vai cair; que as formulações de novos mundos nos alimentem e fortaleçam.

Às pessoas transvestigêneres que virão, essas movimentações são também para que vocês possam se ver e se sentir em nós que estamos aqui hoje; nossas movimentações são para que quem venha possa experimentar e experienciar o mundo de outras formas.

AGRADECIMENTOS

Quando penso neste texto, penso em como gostaria que ele fosse a continuidade de abertura de caminhos e possibilidades. Agradeço, então, a todas as travestis, às demais identidades transfemininas, às transmaculínidades, às corporalidades da não-binariedade, à todas as pessoas transvestigêneres que abriram e seguem abrindo um caminho que parecia impossível, mas que ainda assim foi imaginado; assim que vocês sonharam, se tornou realizável. A força e a coragem correm nos nossos sangues.

Sabendo que as pessoas que passaram seguem vivas aqui, em nossos corpos, saúdo e agradeço aos companheirismos transvestigêneres que me cercam de diferentes modos e em diferentes relações. Agradeço ao René por estar junto e perto, pelo carinho e por me instigar a sentir+lembrar de memórias trans+ancestrais, provocando pra dançar em outras coreografias. Agradeço à Feola por trocas e parcerias incontáveis e por afetos que me lembram sempre que possuímos forças inabaláveis; o caminho por onde já percorri, percorri junta de você. Agradeço Dryca por tanto ensinar, e por mostrar como o mundo pode ser produzido no afeto e no carinho, e que essa forma de produzir o mundo é também alternativa ao e desmobilizadora do mundo da violência. Agradeço à Alice por me lembrar de ter coragem de buscar o que desejo, e que nossos sonhos são sonhos coletivos. Agradeço ao Gui por ter sido uma das pessoas que me fez sentir que viver como eu desejava era possível. Agradeço à Debora Lee por ser uma inspiração de força e coragem. Também agradeço à Joanne, à Érica e à Gy pelas trocas de nossas trans+experiências e produções de escape e vida.

Agradeço às minhas demais relações de companheirismo, à essas pessoas que também fazem parte da minha vida, companhias que me fortalecem em aliança. Pessoas que me acolheram numa outra cidade, longe de tudo o que conhecia, e que me fazem sentir em casa aqui. Agradeço à Clara e Luízinha por serem uns dos primeiros laços afetivos que criei no reiniciar da vida noutra cidade, por me lembrarem da importância do cuidado e por serem parte tão essencial da minha vida; agradeço a vocês juntas pois é assim que nós existimos em meu coração, em parceria e unidade, mesmo na diferença. Agradeço à Ive por me lembrar que podemos viver de formas leves mesmo que atentas aos modos de operar do mundo; por me lembrar a importância do comprometimento e da dedicação nas relações e

por ser parte essencial da minha vida. Agradeço à Martinha por me provocar a querer mais, e por me lembrar que podemos fazer tudo o que fazemos nos divertindo e por ser parte essencial da minha vida. Estas são companheiras que encontro pelos corredores das Letras; quem sou hoje é, necessariamente, também por estarmos juntas. Também é de mãos dadas com vocês que caminho. Marti, Lucélia, Andrézinho, Jenni, Erin, Alan, Alifer, Indira, companheiros que encontro pelos corredores da universidade e pelas fileiras dos movimentos sociais e estudantis e que me alimentam o corpo de força e coragem, carinho e cuidado. Agradeço vocês pelas trocas e pelo tanto que aprendi. Claudia e Tiago, companheiros que me lembram diariamente que podemos criar outros modos de viver. Agradeço a todes a parceria e a decisão de estar parte da minha vida. A vida é boa com vocês.

Agradeço à Rosi, Luciana e Vitória, minha vó, mãe e irmã, pela presença, pelo carinho e pelo cuidado; eu sei que o que nos conecta não é apenas a ligação sanguínea, mas é a decisão de estarmos juntas e próximas.

Agradeço ao Jessé por todos os anos compartilhados lado a lado, pois nesses anos todos aprendi com a gente que a fuga também tá no cuidado com a construção; não há manual. Sou feliz aprendendo com você e por criarmos outros caminhos de cuidado e afeto. Você é parte do que segue nessas páginas e de quem eu sou, que não existiriam dessa maneira sem nossas trocas. Nosso afeto me alimenta e fortalece.

Agradeço à Ligia por ultrapassarmos os limites da orientação e termos criado alianças que possibilitaram tantas trocas cuidadosas e fundamentais; as formas cuidadosas e carinhosas que você sempre tratou todas as minhas proposições me fizeram sentir fortalecida. Agradeço à Cloris, que é parte da banca avaliadora desta dissertação, mas que é muito mais do que isso para mim; quem eu sou definitivamente tem muito de você, você transformou coisas em mim que transformaram minhas formas de sentir o mundo. Agradeço à Sara, parte da banca de defesa desta dissertação, por me lembrar de não esquecer da potência que somos e de como nossas trans+movimentações *transformam* os espaços, por me lembrar que outros mundos são possíveis; espero poder estar com vocês e dar continuidade no que você e tantas outras sonharam e seguem sonhando, mas muito além disso, no que seguem pavimentando e construindo. Agradeço à Letícia por aceitar compor a banca desta dissertação e por me lembrar de como as alianças são

importantes nas mais diversas mobilizações. Agradeço à Kassandra, que foi parte da banca de qualificação, por me inspirar em níveis indizíveis. Agradeço à Viviane Vergueiro por ter me dado a oportunidade de trocar ideias, que também me ajudaram a entender que caminho eu gostaria de seguir; Viviane é, sem dúvidas, uma das minhas maiores referências intelectuais transfeministas.

Agradeço à Vilma, secretária do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, por toda atenção e por toda ajuda.

Nesse caso não sei se essa é a palavra, mas agradeço à CNPq pela bolsa que financiou parcialmente essa pesquisa. Essa é, hoje, uma das poucas alternativas que possibilitam um pouco mais nossa presença nos espaços acadêmicos. A entrada não é suficiente se a permanência não é possível. Que possamos seguir tensionando para que possamos entrar e permanecer, e ainda que possamos seguir tensionando para que os financiamentos de pesquisa sejam justos e suficientes. A defasagem é a realidade do financiamento da pesquisa brasileira hoje. A bolsa não nos possibilita viver sem tantos outros corres que esse mundo demanda.

Por fim, agradeço a quem para agora e lê o que eu produzi e que está marcado nessas páginas; espero que você possa passear pelos caminhos que eu percorri e também possa mergulhar nas temporalidades diversas que guiam essas páginas, de momentos diferentes dos últimos tempos da minha vida. Por mais que essa seja uma das primeiras coisas que agora você lê, é uma das últimas que escrevi. Saiba que essa produção tem muito de mim. Espero que, de alguma forma, isso que está aqui te atravesse.

Infeliciano
diz que bichice tem cura
mas se vier me curar
ele é quem vai tomar uma curra
sou passiva
violenta
tô armada
e meto bala
essa é uma declaração de guerra das bichas do terceiro
mundo

- MC Katrina

Como o desejo, a linguagem rompe, recusa-se a ser encerrada em fronteiras. Ela mesma fala contra a nossa vontade em palavras e pensamentos que se intrometem, até mesmo violam os mais secretos espaços da mente e do corpo.

- bell hooks

RESUMO

A linguagem é um campo imensurável. Tem tantas coisas articuladas quando paramos para sentir essa coisa que é a linguagem que se piscamos, algo passa, mas tão rápido outra coisa surge. Acho que esse trabalho todo é um pouco sobre isso. Olhei para minha vida, e esse trabalho é uma extensão de mim. É como eu sinto o mundo, leio o mundo, a partir de quais lentes. Quem ler, estará entrando em minha corpa+mente+espírita e sentindo, como eu percebo, nesse momento, as discussões sobre linguagem, escola, educação linguística, desobediência, desobediência de gênero. Além disso, sentirá também como leio campos conservadores+fundamentalistas se utilizando dessa instituição na produção das violências cisnormativas, e as demais violências que esse mundo articula. Sei que boa parte desses grupos sabem muito bem que a escola re+produz ativamente as violências raciais, étnicas, de gênero, sexualidade, classe, enfim, as incontáveis violências da modernidade+colonialidade+capitalista+cisheteropatriarcal. Essas páginas tentam também dizer sobre isso, mas muito além disso, digo sobre nossa potência desobediente, que de fato é muito além da nossa potência resistente. Esse trabalho passa por essas discussões todas, olhando para projetos de lei (PL117/2021 e PL120/2021) apresentados à Câmara de Ponta Grossa, tentando mostrar como as supostas tentativas de “defesa da família e das crianças” não passam de buscas dos campos conservadores+fundamentalistas de manter seus acessos e seus privilégios, olhando de forma mais direta para as produções de cisnormatividade e cissupremacia, mas necessariamente articuladas à supremacia branca, à riqueza e à heteronormatividade. Mas, além disso, essa produção também é um aglomerado de produções que, apesar de todas essas desgraças, buscam criar outras possibilidades de mundo.

Palavras-chave: linguagem; transgeneridade; cisgeneridade; transfeminismos; educação linguística; desobediência.

ABSTRACT

Language is a field that is immeasurable. There are so many things articulated when we stop to feel this thing that is language that if we blink, something passes by, but just as quickly something else appears. I think this academic work is a bit about that. I looked at my life, and this piece is an extension of me. It is how I feel the world, I read the world, the lens through which I view it. Whoever reads this will be entering my body+mind+spirit and feeling how I perceive, in this moment, discussions about language, school, linguistic education, disobedience and gender disobedience. In addition, you will also feel how I analyze and how I read conservative+fundamentalist fields using these institutions. I know that most of these groups know very well that the school actively reproduces racial, ethnic, gender, sexual orientation and class based violence, in other words, the countless violence of modernity+coloniality+capitalist+cisheteropatriarchal violence. These pages also try to discuss that, but much beyond that, I talk about our disobedient power, which in fact is way beyond our resistant potency. This work goes through all these arguments, looking at bills (PL117/2021 and PL120/2021) presented to the Ponta Grossa City Council, trying to show how the supposed attempts in "defense the family and children" go beyond conservatives+fundamentalists domains seeking to maintain their access and privileges, looking more directly at the productions of cisheteronormativity and cissexism, but necessarily articulated with white supremacy, richness and heteronormativity. But, beyond that, this text is also an agglomeration of productions that, despite all these disgraces, create other possibilities for the world.

Key-words: language; transgender; cisgender; transfeminisms; linguistic education; disobedience.

RESUMEN

El lenguaje es un campo inconmensurable. Hay tantas cosas articuladas cuando nos detenemos a sentirlo que si parpadeamos algo pasa, pero con la misma rapidez aparece algo más. Creo que todo este trabajo tiene que ver un poco con eso. Miré mi vida y este trabajo es una extensión de mí. Así es como siento el mundo, leo el mundo, a través de qué lentes. Quien lea, estará entrando en mi cuerpo+mente+espírita y sintiendo cómo percibo, en ese momento, las discusiones sobre el lenguaje, la escuela, la educación lingüística, la desobediencia, la desobediencia de género. Además, también sentirá cómo leo los campos conservadores+fundamentalistas usando estas instituciones. Sé que la mayoría de estos grupos saben muy bien que la escuela reproduce activamente la violencia racial, étnica, de género, de sexualidad, de clase, en fin, las incontables violencias de la modernidad+colonialidad+capitalista+cisheteropatriarcal. Estas páginas también tratan de decir sobre eso, pero mucho más allá de eso, digo sobre nuestra potencia desobediente, que de hecho está mucho más allá de nuestra potencia resistente. Este trabajo pasa por todas estas discusiones, mirando los proyectos de ley (PL117 / 2021 y PL120 / 2021) presentados a la Sala de Ponta Grossa, tratando de mostrar cómo los supuestos intentos de "defensa de la familia y de las niñas" no son más que registros en los campos conservadores+fundamentalistas para mantener sus accesos y privilegios, mirando más directamente a las producciones de la cisnormatividad y la cissupremacía, pero necesariamente articuladas a la supremacía blanca, la riqueza y la heteronormatividad. Pero, más allá de eso, esta producción es también una aglomeración de producciones que, a pesar de todas estas desgracias, crean otras posibilidades para el mundo.

Palabras clave: lenguaje; transgeneridad; cisgeneridad; transfeminismos; educación lingüística; desobediencia.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIPG – Associação Comercial Industrial e Empresarial de Ponta Grossa

AME – Associação de Ministros Evangélicos

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais

ASTRAL – Associação de Travestis e Liberados

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CEDEC – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea

CGT – Central Geral do Trabalho

COPENE – Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as

CUT – Central Única de Trabalhadores

CQC – Custe o Que Custar (programa de TV)

DEM – Democratas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBTE – Instituto Brasileiro Trans de Educação

ICP – Igreja Cristã Presbiteriana

IPR – Igreja Presbiteriana Renovada

Igbtia / Igbtia+ – lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneras/es/os, pessoas intersexo, assexuais, além das demais possibilidades não-cisgeneras e/ou não-heterossexuais de existir e circular no mundo. As pluralidades das corporalidades, das identificações, das desidentificações, enfim, as pluralidades dizíveis e indizíveis, nomeadas e não-nomeadas não cabem em sistematizações, mas essa realidade não faz com que elas deixem de existir, mesmo que nós estejamos sempre buscando as fugas. As escolhas de como usamos as siglas para nos referirmos à *comunidade* Igbtia+ são sempre escolhas ideológicas.

LOM – Lei Orgânica Municipal

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MESP – Movimento Escola Sem Partido

PL – Projeto de Lei

PNE – Plano Nacional de Educação

PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSL – Partido Social Liberal

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

PV – Partido Verde

SD – Solidariedade

STAR - Street Transvestite Action Revolutionaries

STF – Supremo Tribunal Federal

TERF – Trans Exclusionary Radical Feminist. A sigla é “frequentemente mencionada para designar os conjuntos de posicionamentos feministas críticos ou hostis à inclusão de questões transgêneras no feminismo, precisamente porque descreve a adoção de um posicionamento a favor da exclusão destas questões do escopo do movimento feminista” (BAGAGLI, 2019)

UNIÃO – União Brasil

SUMÁRIO

PREFÁCIO OU DA FANTASIA DO PRINCÍPIO.....	15
ESSE TEXTO NÃO COMEÇA AQUI – CIRCULANDO NUMAS REFLEXÕES..	18
APONTANDO UNS CAMINHOS: DESABAFOS E EDIFICAÇÃO DESSE FAZER.....	27
O QUE BASEIA ESSE FAZER?.....	36
APONTEI, AGORA PARA ONDE EU SIGO?.....	44
ESCOLA, LINGUAGEM E POLÍTICA.....	48
NA BUSCA DOS ROMPIMENTOS COM A MODERNIDADE +COLONIALIDADE+CAPITALISTA+HETEROCISPATRIARCAL.....	49
DECOLONIALIDADE E LINGUAGEM: QUE CAMINHOS JÁ FORAM PERCORRIDOS?.....	53
DAS PRÁTICAS DA DESOBEDIÊNCIA.....	55
CONSTRUÇÃO DA CISGENERIDADE COMO NORMA.....	59
CONSTRUÇÃO DA CISNORMATIVIDADE NOS EMARANHADOS DA POLÍTICA, DA RELIGIÃO, DA ESCOLA E DA LINGUAGEM.....	65
FINALIZANDO ESSE BAFO: A TENTATIVA DE FECHAMENTO DO QUE NÃO TEM FIM.....	88
REFERÊNCIAS.....	92
ANEXO A – PROJETO DE LEI 117/2021.....	99
ANEXO B – PROJETO DE LEI 120/2021.....	103

PREFÁCIO OU DA FANTASIA DO PRINCÍPIO

É isso, eu decidi que eu vou explorar potências do meu corpo, por isso unha, cabelo e tal, tal, tal. Explorando potências do meu corpo eu fiz esse trabalho. [...] É isso, é sobre bichisse, é sobre ser quem eu quero ser, é sobre liberdade, é sobre ser uma referência de bichas, as minhas referências são bichas.

- Matheusa Passareli, em memória¹

Eu gosto muito de escrever estas partes que são chamadas de “pré-textuais”, talvez porque eu sinto que nestes espaços do texto eu me possibilito me abrir mais e dizer coisas que em outras partes do texto sinto que não faço da mesma forma – o que não significa que esse texto não seja emocionalmente carregado por todos os lados. Ao mesmo tempo acho que esse “início” é o momento em que coloco para quem lê pela primeira vez um pouco do projeto de dizer que tento carregar nestas escritas. Se entregar na escrita significa para mim expandir quem sou e deixar como oferta para quem chega a conhecer um pouco do que tento dizer. Espero poder ser entendida.

Além disso, é processo curativo. Esta escrita inicial é um espaço de preparação para o que vem, mas também é um momento de recordação do que foi estar nesse espaço de universidade durante esse tempo. Esta escrita é espaço de cura entendendo que as feridas que são feitas aqui, aqui podem ser lambidas e cicatrizadas, para que possamos estar de pé e, fortalecidas, criar um espaço alternativo em que as feridas que nos afligiram não aflijam as próximas que virão – porque muitas ainda virão. Que os bafos que nós lidamos não sejam mais os mesmos que elas precisarão lidar².

Não vou dizer que isso é algo universal, mas tenho certeza de que, para muitas de nós, as nossas produções são intimamente ligadas com quem somos. Eu tenho a sensação de que vou lançando pedaços de mim para o mundo quando o

¹ Texto recitado por Matheusa Passareli, presente na música “Corpo sem Juízo”, de Jup do Bairro, que conta também com texto recitado por Conceição Evaristo. Citando Jup, Matheusa segue “eternamente viva em nossos corpos estranhos”. Aqui a agradeço por tanto. Disponível em: <youtu.be/6il3RIZSlgM>. Acesso em 03 de mar. 2022.

² “Eu determino que termine aqui e agora. Eu determino que termine em mim, mas não acabe comigo. Eu determino que termine em nós, e desate. Que amanhã, que amanhã possa ser diferente para elas. Que tenham outros problemas e que encontrem novas soluções. E que eu possa viver nelas, através delas, em suas memórias”. Texto recitado por Linn da Quebrada no início da música “Oração”. Disponível em: <youtu.be/y5rY2N1XuLI>. Acesso em: 10 de fev. 2022.

que produzo se torna público, quando não está mais restrito a mim. É um ritual de compartilhamento que precisa da nossa atenção: precisamos estar atentas para que, no momento em que lançamos nossa produção, façamos o movimento de multiplicar, não de dividir. Acredito que precisamos entender, para que não nos coloquemos em um lugar de extrema exaustão, que não deveríamos estar entregando uma parte de nós que nos compõe, dividindo, mas que devemos estar compartilhando uma parte de nós que surge em rituais de multiplicação. A divisão diminui; na multiplicação me parece que nós não (nos) perdemos.

Não quero escrever como me impelem a escrever, ou produzir como me impelem a produzir, mas sei que não fazer isso significa ser cada vez mais empurrada para fora. É curioso, porque me parece que a possibilidade da produção *diferente, alternativa*, em certa medida é permitida para quem possui corporalidades e subjetividades que cabem de forma mais *tranquila* dentro dos moldes da universidade, quase que como num processo de marcar *check* em determinados requisitos, que se forem cumpridos, a possibilidade de uma produção alternativa é aberta. E essa produção alternativa passa a ser nomeada por essas pessoas justamente a partir de linguagens que comunidades desobedientes produziram para além desse espaço, ou que carregam consigo quando chegam aqui, mas que aqui dentro são silenciadas e impelidas à regulamentação.

Ao mesmo tempo em que me coloco no lugar de apontar questionamento, acaba que faço parte desse espaço, é babado. O quanto a nossa presença num lugar que não foi feito para a gente abre brechas, rachaduras, e o quanto possibilita legitimação do que nos nega? Essa questão mobilizou um bom tempo em mim sentimentos de auto-sabotagem e culpa, até que leio em Abigail Campos Leal:

me parece muito pouco vantajoso e até mesmo perigoso, um certo pathos anti-intelectual que vejo crescer nos últimos anos entre diversos setores da sociedade brasileira (mas também a nível global), de ultradireitistas à conservadores, de brancos à pretos engajados na luta anti-racista, entre a supremacia cis e entre travestis. Como se a pura experiência e as narrativas de vida fossem água suficiente para regar a jornada da existência. Como se acessar (outras) instâncias do saber fosse algo essencialmente errado, reacionário, imoral. Como se uma pessoa trans e/ou preta acessando espaços institucionais (universidades, museus, galerias, meios de comunicação) historicamente reservados à cisgeneridade branca estivessem apenas reforçando a sua estrutura e não, também, contribuindo para abalar as mesmas. Robin Kelley (Freedom Dreams: The Black Radical Imagination [Sonhos de Liberdade: A Imaginação Radical Preta] p.8 – tradução minha do original em inglês) nos mostra como a cisão entre “ativismo” e “trabalho intelectual” é perigosa, trazendo inúmeros exemplos da tradição preta radical que sempre entenderam e articularam as complexas relações entre a ação

política y o trabalho do pensamento. Mesmo espaços historicamente hegemônicos pela branquitude cisgênero podem ser colocados para funcionar a partir de interesses trans e pretos. (LEAL, 2020)

As armas que aprendi a usar também estão nesta pesquisa, fazem parte da minha vida, da minha corpa e da minha intelectualidade. É a bicharia da linguagem – que aprendi com Linn da Quebrada – que me ajuda a construir esta escrita e esta produção. Não só no que diz respeito ao escrever de fato, mas à força para produzir. Espero que todo mundo que ler se sinta um pouco enfeitada.

ESSE TEXTO NÃO COMEÇA AQUI – CIRCULANDO NUMAS REFLEXÕES

O que pode um corpo sem juízo?
 Quando saber que o corpo abjeto se torna um corpo
 objeto e vice-versa?
 Não somos definidos pela natureza assim que
 nascemos, mas pela cultura que criamos e somos
 criados.
 [...]
 Não nascemos nada,
 Talvez nem humanos nascemos.
 Sob a cultura, ação do tempo, do espaço, história,
 geografia, psicologia, antropologia, nos tornamos
 algo.
 [...]
 O que pode o seu corpo?

- Jup do Bairro³

Caso você tenha chegado aqui sem passar pelas páginas que vêm antes, peço que você volte; esse texto não começa com estas primeiras palavras – ~~tampouco com as que o antecedem~~. O que vem antes do que você está lendo agora é tão importante quanto o que vem depois.

Durante a vida, passo por processos conflituosos, em relação a quem eu era/sou, estava sendo ou algo do tipo, em relação ao meu corpo, a como me compreendia e tinha um ímpeto de *querer me achar* – não tinha sentido ainda a *perdição* como caminho possível. Em determinado momento entro na universidade e parecia, naquela época, que nesse espaço eu teria uma explicação, e não qualquer explicação, mas **a verdade**. A universidade é entendida como o espaço do saber; se entende, de forma *universal*, que a ciência é o saber capaz de explicar o mundo e tudo que tem nele. À primeira vista pode ser algo tentador e às vezes a gente pode cair nessa. A gente é tomada pelo discurso de perspectivas que parecem nos ajudar a nos pensar, a pensar quem está a nossa volta e o mundo. Pode acontecer de se *filiar* a perspectivas que são ditas revolucionárias, mas que na verdade continuam sendo silenciadoras. Por vezes acabamos reproduzindo isso. Acabamos reproduzindo discursos que silenciam a gente mesma e tantas outras pessoas. É o papel da universidade de silenciar; um papel que nos coloca contra a parede pois nos impele a produzir contra nós mesmas. Que possamos romper.

³ Texto recitado por Jup em seu EP intitulado “Corpo Sem Juízo”, lançado em 2020. Disponível em: <youtu.be/8AI22ANncKM>. Acesso em: 13 de mar. 2021. **Não deixem de entrar no link que é babado.**

No meio disso tudo, preciso dizer que este texto não surge do nada. Não é impessoal, tanto no que diz respeito à marcação linguística e às escolhas da escrita quanto à marcação política de não tentar passar neutralidade. Primeiro, porque não existe de fato neutralidade, mas como a gente sabe que existem algumas ficções que são tão bem articuladas que se transformam em *verdades*, preciso dizer que também não é minha intenção nem tentar fingir ser neutra⁴.

Escrevo em diversos momentos usando de um artifício de ligação de palavra a partir do sinal +. Vejo esse uso nos escritos de Viviane Vergueiro, e aqui faço com a intenção de dizer que há, nos processos de organização do pensamento ocidental+acadêmico+racional, “técnicas” de descrição+construção do mundo que usam da abstração para a definição conceitual, e nesse movimento realiza processos de separação de coisas que são, da forma como percebo o mundo, inseparáveis. Nesse sentido, quando produzo a ligação das palavras aqui com o símbolo de +, o que estou dizendo é que sinto essa inseparabilidade, mas que vez ou outra enunciar essa inseparabilidade em uma única palavra não parece possível justamente pelas construções todas das separabilidades, já tão bem instauradas.

Contudo, sinto que é necessário marcar aqui que não estou dizendo que a inseparabilidade é a união dessas coisas que são separadas, mas é a mistura completa, sem bordas e fronteiras. Quando evoco minha “corpa+mente+espírita” nessa escrita não digo dela como algo tripartido que compõe quem sou de forma unida, inseparável, mas que internamente possui separabilidades; digo das complexidades todas que nos formam, da nossa corporalidade, intelectualidade,

⁴ Este parágrafo era finalizado com a seguinte sentença: “Isso vai se apresentar de muitas formas nesse texto, mas decido marcar aqui uma delas: em toda citação durante o texto, a referência entre parênteses não será dada apenas com o sobrenome de quem produziu o que cito, mas sim todo o nome por extenso. Uso dessa prática em consonância com propostas de Megg Rayara Gomes de Oliveira, nomeada por ela como movimento por uma epistemologia transfeminista”.

Este texto foi produzido, defendido e aprovado com a estrutura de referência de autoria entre parênteses como (Nome SOBREBOME, ano, página), em consonância com as propostas de Megg Rayara Gomes de Oliveira. Mas aqui, em sua versão final, esta dissertação segue com a estrutura de referência de autoria entre parênteses como (SOBRENOME, ano, página). Não realizo esta mudança por escolha própria, mas por ter sido impedida por setores específicos da Universidade, mesmo com diversas tentativas de diálogo, de utilizar o modo de citar fundamentado em epistemologias transfeministas. Afirmando não poder “abrir precedentes”, pois há normativas que regem a Pós-Graduação. A Universidade, mais uma vez, se utiliza da égide da norma para tentar regular nossas produções.

Como dito, esse uso é parte de uma movimentação transfeminista de reposicionar esse imaginário sobre a construção de saber acadêmica brasileira, que se infiltra para que exista de fato um tensionamento transformador. Sabemos bem como as normas servem para produzir e reforçar práticas excludentes e silenciadoras, que é o que presencio e experiencio ao precisar necessariamente alterar o modo como produzo essa dissertação para que ela seja encaminhada. Esta nota serve, então, como um modo de registro de denúncia e de memória.

espiritualidade, fé, subjetividade, enfim... dos campos todos que nos compõem, mas que foram produzidos incansavelmente como separados e hierarquizados, marcados pelas fronteiras de um binarismo opositivo+hierárquico+complementar. Não reconheço ou legítimo as separabilidades de corpo, mente e espiritualidade, essa terceira sendo ainda apagada dentro das construções da dualidade corpo e mente, que servem também como meios de organização desse mundo. Organizações essas que também são marcadas pelos “meios de apreensão do humano”, os meios separados como a biologia para o entendimento do corpo, a psicologia para o entendimento da mente e a filosofia para o entendimento do espírito – tendo ainda, na construção da filosofia moderna, o espírito sendo colocado dentro dos campos delimitados pela mente. Escrevo nesses moldes numa tentativa – talvez falha – de experimentar meios de dizer o que me parece ainda indizível.

⁵Todas nós enunciamos de um lugar específico. Na geopolítica, estou alocada no Sul global, na chamada *latino-américa*, lugar inventado a partir de processos violentos de colonização europeia. Enuncio dum misto de localidades que, nesse contexto, emaranham acessos possibilitados pela branquitude e negações pelas subalternidades dessa corporalidade gênero desobediente e de sexualidade dissidente. Me reinvento e me encontro nos desencontros com as transfeminilidades, com as bichisses, com as travestilidades, com as desobediências da binariedade. Na negação da ocupação de nenhum dos lados dessa binariedade me coloco nas disputas e nas negociações identitárias. E aí o que é isso se não nossa vida?

O mundo parece querer fazer de nós coisas que não somos, que caibamos em lugares que não cabemos, para que assim possa lidar conosco. Desobediência é produzida nesse mundo regulado por essas normatividades desde que elas passaram a ocupar esse lugar. Eu chamo, então, para a gente sentir as propostas para as derrubadas das estruturas que fundamentam todas essas práticas que colocam vidas em risco. Caminhar por processos de negação de redutibilidade.

Aceitar as diferenças é certamente perturbar a hierarquia da escala. “Compreendo” tua diferença, quer dizer, eu a coloco em relação sem hierarquizar com minha norma. Admito tua existência em meu sistema. Eu te crio novamente. – Mas talvez seja preciso que nós terminemos com a própria

⁵ Esse momento em específico do texto me é provocado enquanto lia a dissertação de Viviane Vergueiro (2015). Venho há algum tempo experimentando maneiras de marcar os lugares de onde enuncio, mas sinto que a maneira que Viviane diz de onde enuncia me inspira essa forma de dizer de que lugar enuncio.

ideia de escala. Comutar qualquer redução. Não apenas consentir no direito à diferença, mas, antes disso, **no direito à opacidade, que não é o fechamento em uma autarquia impenetrável, mas a subsistência em uma singularidade não redutível. Opacidades podem coexistir, confluir, tramando os tecidos cuja verdadeira compreensão levaria à textura de certa trama e não à natureza dos componentes.** (GLISSANT, 2008, p. 53, grifo da autora)

Isto significa, para mim, a possibilidade desobediente de também desobedecer aos próprios regimes de política de identidade. “E se, em vez de inteireza, da autoconsciência, da capacidade de autodeterminação e autoestima, houvesse um sentido de quebra que desloca efetivamente as posições inconformes à matriz cisgênera?” (MOMBAÇA, 2021, p. 22). Não servir e ao mesmo tempo ser empurrada a caber é adoecedor.

Importante, aqui, marcar que esse processo de dizer de alguns dos lugares que enunciamos não é algo tão simples. Primeiro, porque fazemos escolhas quando fazemos essas marcações, decidimos quais apontamos quando escrevemos, por exemplo. Eu fiz escolhas quando “descrevi” as localidades de onde enuncio no parágrafo de cima. Eu poderia ter dito que, além disso tudo, nunca tive a possibilidade de ter um trabalho formal, ou ainda que sou não-monogâmica, ou ainda outras infinitas coisas que também dizem quem sou, mas que além disso dizem sobre as formas como circulo no mundo. Ou seja, essas descrições ou autoenunciações não são algo que dizem diretamente ou pura e simplesmente sobre quem *somos*. Os lugares de onde enunciamos dizem das formas como lemos e propomos as coisas. E, nesse sentido, quando fazemos as escolhas de nos descrever, de dizer sobre nós mesmas, essas escolhas precisam ser articuladas com o que estamos produzindo. Entendo isso como importante pois isso diz tanto de uma compreensão não fixa e não determinista das identidades, mas também porque isso diz da possibilidade da discordância e do reconhecimento da não-homogeneidade. Além disso,

tornar uma experiência visível através da perspectiva de um grupo tido como minoritário pode expor como funcionam os mecanismos opressores, mas não necessariamente a lógica dos mesmos mecanismos. Nesse sentido, a experiência é um modo de produção de conhecimento, mas não pode ser tomada como evidência autorizada, pois ainda é incapaz de dar conta de questões sistemáticas e estruturais de dada sociedade. (FAVERO, 2020a, p. 11)

Colocando essa citação quero dizer que a experiência é uma forma de produzir saber absurdamente importante, mas que essa forma não pode ser tomada

como único ponto de referência ou como régua medidora de experiências de outras pessoas. As marcações dessas localidades múltiplas de onde cada pessoa enuncia são fundamentais se forem articuladas eticamente com a produção que se propõem a fazer, caso contrário há riscos de esvaziamento de uma ferramenta que nos possibilita essa prática crítica da negação da neutralidade+iluminista+racionalista. A respeito disso, Sofia Favero (2020a) ainda diz sobre como pode ser contraproducente, em uma pesquisa, simplesmente testemunhar quem é e de onde fala, pois há sempre o risco de cair em uma reprodução de cristalização de identidade. Ela nos faz pensar de que formas poderíamos nos movimentar contrárias a uma captura do lugar de fala (RIBEIRO, 2017), tornando a captura do lugar de fala difícil de acontecer, sem cair também no buraco do apagamento das localidades de onde enunciamos. Jota Mombaça (2021), pensando sobre os usos políticos do lugar de fala, nos diz que

a noção de saberes situados precisa começar a servir para que pessoas brancas se situem quanto à sua branquitude, pessoas cis quanto à sua cisgeneridade, e por aí vai... Quero dizer: o modo como essa categoria (saberes situados) entrou na nossa vida acadêmica e política acabou por refazer os mecanismos de hipervisibilização da experiência subalterna, criando um lastro para que a posição de politicamente oprimido fosse, enfim, narrável como uma forma de conhecimento. [...]. O conceito de saberes situados acabou se limitando a reproduzir a hipervisibilidade da posição subalterna como objeto discursivo, sem criar condições para que, **ao situar-se, os sujeitos posicionados em relação de privilégio perante a cisnormatividade, a heterossexualidade e a supremacia branca fossem capazes de perceber densamente a própria posição.** (MOMBAÇA, 2021, 87-88, grifo meu)

Com tudo isso, quero dizer que sinto que existem dois movimentos que acabam por tentar ou atacar ou esvaziar as disputas da situacionalidade dos saberes e dos usos políticos do lugar de fala. Digo isso pensando nas críticas sobre sua importância e nas acusações de produção de autoridade, mas também pensando nos usos que supostamente reconhecem essa ferramenta, mas a esvaziam. Se estamos entendendo os usos políticos do lugar de fala como uma ferramenta de disputa dos apagamentos, buscando marcar o não-marcado, as formas que essas ferramentas se apresentam nas nossas produções precisam ser profundas. As corporalidades e subjetividades que se encontram nessas posicionalidades de conforto ontológico precisam tomar essa ferramenta de forma responsável, e não usá-la de formas rasas apenas para tentar adentrar determinados campos de debate, pois a posicionalidade significa nada sobre as

essencialidades identitárias, mas sim fala sobre como as inscrições marcadas no corpo podem colocar as pessoas em localidades de poder ou subalternização.

E no meio disso tudo, a academia muitas das vezes quer que esgotemos discussões que não se esgotam. Quer que expliquemos questões que são inexplicáveis. Que façamos visível o que é invisível. E que façamos tudo isso e muito mais a partir dum processo determinista e objetificador da racionalidade, que muitas vezes acaba por reduzir e por criar narrativas universais.

Essa não é uma *simples* crítica à ciência moderna e ao processo científico. É ecoar discursos que afirmam de forma muito contundente que essa não é a única nem a melhor forma de expressar o pensar, mas é uma dentre tantas, que nesse mundo ocupa um lugar hierárquico imposto na violência.

Qualquer forma de saber que não se enquadre na ordem eurocêntrica de conhecimento tem sido continuamente rejeitada, sob o argumento de não construir ciência credível. A ciência não é, nesse sentido, um simples estudo apolítico da verdade, mas a reprodução de relações raciais de poder que ditam o que deve ser considerado verdadeiro e em quem acreditar. (KILOMBA, 2019, p. 53-54)

Acho que tudo isso aqui é também sobre que caminhos já estão traçados, que sentidos já estão criados. A luta vem de muito tempo. Das movimentações da negritude, das comunidades indígenas e demais comunidades racializadas como não-brancas, das desobediências de gênero e dissidências sexuais, das mulheridades e do feminino, das gentes empobrecidas, das gentes com deficiência, enfim, movimentações que se levantam contrárias ao processo de extermínio resultado de um sistema⁶ colonial+moderno+capitalista+heterocispatriarcal.

O mundo moderno+colonial+capitalista+heterocispatriarcal é um campo de guerra. É um mundo de genocídio, de extermínio. Nesse sentido, sigo com Jota Mombaça na reflexão sobre a *pura violência como design global*. As noções e o uso

⁶ Num processo de explicitação do uso do conceito “cistema”, ecoo Viviane Vergueiro: “‘Cistema-mundo’, uso-a enquanto referência a Grosfoguel (2012, p. 339), que caracteriza um “[c]istema-mundo ocidentalizado/cristianocêntrico moderno/colonial capitalista/patriarcal” que produz “hierarquias epistêmicas” em que – na leitura específica desta dissertação – perspectivas não cisgêneras são excluídas, minimizadas ou silenciadas. A corruptela ‘cistema’, entre outras corruptelas do tipo, tem o objetivo de enfatizar o caráter estrutural e institucional – ‘cistêmico’ – de perspectivas cis+sexistas, para além do paradigma individualizante do conceito de ‘transfobia’” (VERGUEIRO, 2015, p. 15). Aqui não sei exatamente em que sentido Viviane Vergueiro usa a ideia de “corruptela”, mas entendo também embasada pela escrita da autora essa outra proposta de uso, “cistema”, como um meio de marcar na escrita a forma como compreendemos as construções que foram sendo estabelecidas nesse mundo moderno+colonial+capitalista+heterocispatriarcal.

de “dissidência sexual” e “desobediência” de gênero que circulam aqui nesse texto também vêm de Jota (2021).

Espancamentos públicos, omissão médica, espetacularização das mortes, naturalização da extinção social, genocídios, processos de exclusão e violência sistêmica formam parte da vida diária de muitas pessoas trans, assim como sapatonas, bichas e outras corpos dissidentes sexuais e desobedientes de gênero, especialmente as racializadas e empobrecidas. Todas essas formas de violência e brutalização são de fato parte de um design global, que visa definir o que significa ser violento, quem tem o poder para sê-lo e contra que tipos de corpo a violência pode ser exercida sem prejuízo para a normalidade social. No marco desse design global, a violência é gerida para ser mortal para muitos e lucrativa e/ou prazerosa para uns poucos. No marco desse design global, a violência cumpre um programa e opera em favor de um projeto de poder anexado à heteronormatividade, à cissupremacia, ao neocolonialismo, ao racismo, ao sexismo e à supremacia branca como regimes de exceção. (MOMBAÇA, 2021, p. 72-73)

A partir disso, entendendo a violência como parte do processo organizador do mundo, significa então não pensar como resultado dessa desgraça apenas a morte física/corporal, mas também a tentativa e a ação de assassinato epistêmico, cultural, simbólico etc. Isso é tudo parte do projeto genocida, de política de morte.

E aí algumas das perguntas que me ficam são: onde essa pesquisa se encontra? De onde ela vem? É possível prever para onde ela vai?

Enfim, acho então que é na busca por sentir as possíveis relações entre linguagem e desobediência que essa pesquisa existe; é também na busca por sentir possibilidades. Outras, que estão para além do que o sistema moderno+colonial+capitalista+heterocispatriarcal nos impõem como educação formal. Mas com certeza não é só isso.

A educação no Brasil como é hoje é parte dum projeto específico de mundo. É parte da continuidade e da manutenção desse sistema. Que essa escrita ecoe com tantas outras produções, criações e desobediências. O fim do mundo como a gente conhece vai chegar⁷. Com Jota Mombaça, aprendo a não me parar pela ansiedade gerada no processo de tentar imaginar o mundo por vir. Ao mesmo tempo que sei que as desobediências produzem alternativas.

⁷ “O apocalipse deste mundo parece ser, a esta altura, a única demanda política razoável. Contudo, é preciso separá-la da ansiedade quanto à possibilidade de prever o que há de sucedê-lo. É certo que, se há um mundo por vir, ele está em disputa agora, no entanto é preciso resistir ao desejo controlador de projetar, desde a ruína deste, aquilo que pode vir a ser o mundo que vem. Isso não significa abdicar da responsabilidade de imaginar e conjurar forças que habitem essa disputa e sejam capazes de cruzar o apocalipse rumo a terra incógnita do futuro, pelo contrário: resistir ao desejo projetivo é uma aposta na possibilidade de escapar à captura de nossa imaginação visionária pelas forças reativas do mundo contra o qual lutamos.” (MOMBAÇA, 2021, p. 82-83)

E aí eu me pergunto o porquê deste texto, deste trabalho – e essa escrita foi, do começo ao fim, recheada de eu me perguntando as motivações de tantas coisas. Mas, logo, já me respondo que é justamente o foco no processo, não no produto, que me interessa, mesmo que eu entenda agora que inevitavelmente esta produção é também parte do produto, que em algum momento é entregue como um “resultado final”. Entendo, enquanto escrevo meses antes de defender, que não me coloco para escrever uma dissertação com o intuito de responder a um “problema de pesquisa”, a partir duma “hipótese”, gerando um “resultado final” que cumpra ou negue minhas expectativas⁸. Esta dissertação é uma experiência. Estética, política, corporal, epistêmica, linguística..., mas inegavelmente, e percebo isso agora pós-qualificação, esta escrita é entendida por quem a lê como um produto do percurso que foi esta pesquisa, e não posso negar ansiedades que isso, a ideia do *produto*, me gera. O que me acalma agora talvez seja a compreensão de que essa experimentação vai ser, mesmo que já “finalizada”, inacabável em mim.

Conceitos como “coesão” me vêm à cabeça quando olho para esse texto – Está faltando aqui? E com que olhos eu estou olhando? –, e tão rapidamente quanto me pergunto, nesse momento me impeço de me responder. Essa não é a intenção desse texto. O processo de negociação é duro, já que significa que, em alguns momentos, acabo tendo que abrir mão de coisas que planejei e de coisas que queria de fato fazer, que criei, experimentei... porque aí, querendo eu ou não, este texto precisa ser entendido como válido dentro dum campo acadêmico. Isso me deixa reflexiva, pois esse assombramento da desvalidação não é algo que me preocupa apenas pessoalmente, mas todas as coisas nesse mundo têm dois pesos e duas medidas. Nós somos responsabilizadas umas pelas outras. Nossas decisões são sempre colocadas em relação à toda a *comunidade* e toda a *comunidade* passa a precisar responder por nós. A cobrança é unilateral. A tentativa da negação de determinados pilares acadêmicos que supostamente definem uma dissertação, pilares racionalistas e cartesianos, foram escolhas minhas, a forma como decidi produzir esse texto – e essa não é só uma decisão consciente, mas é o

⁸ “A epistemologia, derivada das palavras gregas *episteme*, que significa conhecimento, e *logos*, que significa ciência, é a ciência da aquisição de conhecimento e determina que questões merecem ser colocadas (temas), como analisar e explicar um fenômeno (paradigmas) e como conduzir pesquisas para produzir conhecimento (métodos), e nesse sentido define não apenas o que é o conhecimento verdadeiro, mas também em quem acreditar e em quem confiar. Mas quem define quais perguntas merecem ser feitas? Quem as está perguntando? Quem as está explicando? E para quem as respostas são direcionadas?” (KILOMBA, 2019, p. 54)

reconhecimento de que essa é a forma possível de produção para mim – é minha responsabilidade. Ao mesmo tempo, esse dizer vem também em reconhecimento das nossas pluralidades, da nossa não-homogeneidade.

Retiro a possibilidade de “falar em nome de” ou desta polifônica comunidade, onde sua amplitude é tão diversa quando indescritível sob o aspecto formado/r por/de uma única identidade. Eu sou um modo, que por vezes na descrição se aproximará de vários outros modos, privados, particulares e singulares, por vezes expostos, como o faço (YORK, 2020, p. 16)

Até onde me é permitido ir? E até onde eu mesma me permito ir? Para onde as forças centrípetas e centrífugas têm me levado? Com isso, digo que o fazer desse texto está justamente dentro dele, mas espalhado. Nosso processo formativo não é linear. O processo da escrita não é linear. A reflexão não é linear. Que este texto também não seja.

APONTANDO UNS CAMINHOS: DESABAFOS E EDIFICAÇÃO DESSE FAZER

Por uma postura metodológica indisciplinada. Em favor da própria indisciplinada que caracteriza o corpo.

Por uma metodologia indisciplinada e maliciosa. E que não deixe de ser desleal ao cânone acadêmico.

Por uma submetodologia. Que vasculhe indisciplinadamente as sombras e os subterrâneos da produção teórica, hackeando os tímpanos da escuta científica para fazer passar, por eles, ruídos até então ignorados; e privilegie autorias não-autorizadas, visibilizando contextos de disputas em torno das questões sobre quem e como falar. Submetodologia que não se furte às batalhas políticas em que se veja implicada e que não cesse de querer escapar, seja pela via do erro, da entropia ou por qualquer outra, dos condicionamentos a que está submetida a produção de conhecimento no marco das metodologias disciplinares.

Excertos do artigo “Rastros de uma Submetodologia Indisciplinada” de Jota Mombaça (2016).

Pode parecer repetitivo nessa escrita o dizer que a academia é um dos espaços fundamentais – no que diz da manutenção – para a modernidade+colonialidade+capitalista+heterocispatriarcal. Neste texto já escrevi isso algumas vezes e isso vai estar escrito mais à frente com certeza. Mas peço para que se perceba que toda vez que esse dizer aparece, ele carrega uma prática desse sistema explicitada consigo. Nesse momento, invoco esse dizer para pensar sobre como o espaço acadêmico cria estratégias⁹ de impedir avanços.

⁹ Uso as noções de tática e estratégia de Michel de Certeau (1994), acompanhada da leitura de Conceição Evaristo sobre os conceitos de Certeau, discutidos por ela na mesa de abertura do XI COPENE (2021) (disponível em: <youtu.be/biBn732cl5E>. Acesso em: 28 dez. 2021). Certeau descreve a estratégia como um meio de produção de um próprio, ou seja, o meio de produção de um lugar que serve como base para a produção do que é o dominante, hegemônico, que por sua vez tem o papel de produzir o que é o outro. Enquanto a tática seria, então, uma forma de produzir desobediência do que é o “próprio”, ou o centro. Conceição Evaristo diz que a estratégia é anterior, é quando há a possibilidade de organização anterior sabendo as forças e armas do inimigo, se armando a partir desse conhecimento e se preparando com quantidades maiores de arma e força; a estratégia é de quem possui todos os aparatos ofensivos, enquanto a tática é a arma de quem não

Quando vamos falar sobre campos que ou são nomeados como “identitários” ou são entendidos como “pouco re+conhecidos” (aqui seja no sentido do que tem reconhecimento, seja no sentido do que é dado como saber comum, o já conhecido) na academia, é dito que precisamos sempre explicitar, explicar, conceitualizar os termos ou ideias que se apresentam, tratando isso como uma crítica fundamental para o trabalho proposto (tenho essa reflexão e as que seguem enquanto assistia a defesa de monografia da Maria Clara Araújo dos Passos¹⁰, a partir de provocações e questões colocadas por ela em sua fala).

Com isso, quero dizer que alguns conceitos que podem ser novos para algumas pessoas não serão exaustivamente explicados aqui; sempre haverá conceitos novos, ideias novas, noções novas para alguém – e quem é esse alguém pensado como referência do que é o novo e o já conhecido?

Há diversos trabalhos fundamentais que fazem esse movimento de conceitualização, que é também fundamental. Não nego a importância desse fazer, mas fico me perguntando, se precisarmos sempre voltar para o lugar da conceitualização, quando vamos avançar? Além disso, se tantas intelectuais já se debruçaram nesse fazer, porque se espera que sempre façamos isso repetidamente? Essas questões são importantes para mim porque me fazem lembrar de não esquecer que não vão nos impedir de continuar caminhando. Ainda assim, e aqui é também momento que me permito ser contraditória, haverá marcações conceituais no decorrer dessa escrita, até porque as marcações conceituais são também marcações políticas e ideológicas. São marcações de com quem estamos falando, com quem decidimos dialogar.

Para além disso, vou discutir neste trabalho linguagem e educação linguística, em diálogo com a decolonialidade, com o transfeminismo e com outras construções desobedientes. Isso significa dizer que as discussões de gênero, sexualidade, raça, etnia, classe etc., desses diferentes campos constituidores das nossas subjetividades, estarão intrinsicamente presentes. Por mais que algumas pessoas tentem – e olha que tem gente que se esforça para tentar ser neutra –, considero de fato impossível falar sobre linguagem sem falar sobre essas questões todas. Se isso

tem todos os aparatos; a tática é então engenhosidade, é organizada na hora da luta, na hora do jogo, produzindo afirmação e enfrentamento dentro dos campos do inimigo.

¹⁰ Banca de defesa de monografia de Maria Clara Araújo dos Passos – PUC-SP – Pedagogia das travestilidades (disponível em: <youtu.be/ILXtvRly2Qk>. Acesso em 09 ago. 2021).

não está lá de forma explícita, implicitamente está. Essas construções todas também constroem a gente e o mundo, nos colocam em determinados lugares, para viver determinadas experiências, mesmo que não de forma determinista obviamente. Mas ser reconhecida dentro de um mesmo campo de identidade significa compartilhar determinadas experiências, de formas mais próximas ou mais distantes, a depender justamente das demais construções identitárias. Falar sobre esses campos é falar sobre como nossa corpa+mente+espírita existe nesse mundo.

E aí, todo esse processo também é um pouco *otobiográfico*¹¹, eu acho, no sentido de que essa narrativa busca reconhecer o “corpo e a vida como arquivos legítimos a partir dos quais se pode produzir, criar, fabular, especular, diagnosticar e, em última instância, pensar!” (LEAL, 2021, p. 76), ao mesmo tempo que entende que esse eu não é triunfal, nem soberano.

Produzir demanda tempo, e durante o tempo que se leva uma produção – neste caso específico, essa dissertação – coisas acontecem ao nosso redor. De quando comecei a escrita deste trabalho para agora (e nesse agora me refiro especificamente a julho/agosto de 2021), muitas coisas aconteceram e esse texto se transformou. Os caminhos que fui tomando me levaram para as discussões de linguagem, decolonialidade, cisgeneridade e educação linguística. Para além de tudo isso, em Ponta Grossa, no Paraná, que é onde moro hoje, foram propostos alguns projetos de lei com os quais acabei me envolvendo nas tentativas de derrubada. Isso acabou tomando meu tempo, meus pensamentos, minhas reflexões e, com tudo isso, acabou tomando também espaço neste trabalho.

Ponta Grossa se localiza nos Campos Gerais, no Paraná, no sul do Brasil. Possui histórico de grandes propriedades rurais concentradas nas mãos de poucas famílias, voltadas à agropecuária. A economia (e todas as coisas que são intrinsicamente relacionadas a ela) sofre transformações no fim do século XIX com processos de industrialização, o que gerou também maior concentração urbana. Com manutenção de acúmulo de poder político nas mãos dessas famílias das classes dominantes, Ponta Grossa tem as estruturas de poder basicamente inalteradas até o século XX (SCHIMANSKI, 2007). Esses processos todos de

¹¹ “É percebendo os limites do autobiográfico que Derrida propõe, então, a noção de *otobiografia*, uma palavra que dá conta de forma mais complexa e profunda das relações que se estabelecem entre a diferença e a vida. Assim, o *Eu auto-biográfico*, **pretensamente** coeso e soberano, dá espaço para o *e/ou otobiográfico*, esse nome provisório para algo que está sempre y já diferenciando-se, esfacelando-se, y arquivando isso” (LEAL, 2021, p. 77, marcações da autora).

concentração de poder econômico e poder político reverberam e têm efeitos fortíssimos na organização de Ponta Grossa ainda hoje.

A cidade tem população estimada de 358.838 pessoas e IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) estimado em 0,763¹², índice classificado como alto dentro dessa medida quantitativa. Contudo, mesmo tendo IDHM maior do que o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do estado em 2010 e PIB per capita mais que o da região em 2017, a renda domiciliar per capita no índice Gini, índice responsável por medir a concentração de renda de determinada população em determinado espaço geográfico, demonstra que a renda domiciliar das pessoas que vivem em Ponta Grossa era mais desigual que a renda do estado como um todo (GOBBO, 2020). Há dados de que a cada 30 pessoas em Ponta Grossa, 1 possui renda mensal per capita de 178 reais. Esse é o dado de junho de 2021, sendo que em dezembro de 2020 o dado era de 1 a cada 32 pessoas¹³; ainda importante frisar que esses dados são, possivelmente, maiores¹⁴.

De diversos indícios de um histórico conservador, fundamentalista e violento, classista, racista, transfóbico e cis+sexista, essa cidade possui uma de suas principais avenidas nomeadas em homenagem a Vicente Machado, deputado que se mobilizava em defesa das elites agrárias e advogado responsável pela absolvição de Alfredo Marques de Campos, assassino de Corina Portugal, morta por feminicídio. E não é a única. O nome de Monteiro Lobato, defensor de política eugenista, admirador da Ku Klux Klan e defensor dos ideais racistas de nação, também nomina uma avenida, uma escola estadual e um parque na cidade. Além disso, Ponta Grossa possui onze locais nomeados em homenagem a pessoas ou elementos que remetem à ditadura civil-militar brasileira¹⁵, sendo o Núcleo Residencial 31 de Março, data que marca o golpe e o início do regime ditatorial, um deles. As escolhas nas nomeações dos espaços das cidades não são aleatórias,

¹² Estimativa populacional de 2021, do IBGE; dados de IDHM de 2010, também do IBGE (disponível em: <ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/ponta-grossa.html>. Acesso em 09 jan. 2022).

¹³ dcmais.com.br/ponta-grossa/ponta-grossa-registra-alta-no-indice-de-pobreza/

¹⁴ Para mais informações, ver: <periodico.sites.uepg.br/index.php/cidade-cidadania/2469-mais-de-13-mil-pessoas-vivem-na-linha-da-pobreza-em-ponta-grossa>; ver também: <dcmais.com.br/ponta-grossa/pobreza-cresce-25-em-ponta-grossa-durante-a-pandemia/#:~:text=No%20recorte%20apenas%20de%202021,nesta%20categoria%20durante%20o%20ano>.

¹⁵ <periodico.sites.uepg.br/index.php/cidade-cidadania/2056-marcas-da-ditadura-ainda-persistem-em-ponta-grossa>

são esforços que caminham em direção da construção e manutenção de determinadas memórias.

Eu chego em Ponta Grossa em 2016. Fiz um movimento, antes de iniciar essa escrita, de rever na memória momentos dessa cidade que me deixaram estarecida, me sugaram energia e que fizeram com que me movimentasse contra o que se propunha aqui. Então sigo aqui contato de momentos que vivenciei e que sei que foram basilares para a construção dos discursos conservadores+fundamentalistas que hoje são parte do que discuto nesse trabalho. Narro momentos em que estive presente desde 2016, ou ainda que foram próximos à minha chegada e que reverberavam nos movimentos sociais naquele momento.

Em 2017, Ponta Grossa vira notícia nacional¹⁶¹⁷¹⁸¹⁹ quando o vereador Ezequiel (esse será um nome recorrente nessa dissertação, infelizmente), na época filiado ao Republicanos, ameaça, em discurso em tribuna, prender Pablo Vittar, que estaria na cidade participando de um evento. No discurso, o vereador afirma que Pablo e Jean Wyllys estariam visitando escolas da cidade, em turnê, para disseminar “ideologia de gênero”, o que é um completo delírio. Após a explosão das notícias sobre suas colocações, o vereador ainda lança uma nota, mantendo a narrativa delirante e afirmando que se mantém em defesa “da família e das crianças”²⁰. No mesmo ano, a Associação Comercial Industrial e Empresarial de Ponta Grossa (ACIPG), em nota circulada na mídia local, defende conjuntamente a outras 27 entidades um novo golpe militar no Brasil, pegando carona em declarações dadas na época pelo atual vice-presidente Hamilton Mourão. A ACIPG, anos antes, também já defendeu que pessoas beneficiárias do Bolsa Família fossem impedidas de votar para presidência, além de também ter feito parte dos movimentos de defesa do golpe sofrido pela ex-presidenta Dilma Rousseff.

¹⁶<jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/ameacada-ser-presa-em-ponta-grossa-pablo-vittar-posa-para-foto-coladinha-com-pm-111753/>

.unicentro.br/jornalagora/vereador-de-ponta-grossa-faz-abaixo-assinado-contr-pablo-vittar/

¹⁷<emails.estadao.com.br/noticias/gente,vereador-de-ponta-grossa-no-parana-ameaca-prender-pablo-vittar,70002050787>

¹⁸<em.com.br/app/noticia/politica/2017/10/18/interna_politica,909530/vereador-ameaca-prender-pablo-vittar-se-drag-pisar-em-ponta-grossa.shtml>

¹⁹<sites.unicentro.br/jornalagora/vereador-de-ponta-grossa-faz-abaixo-assinado-contr-pablo-vittar/>

²⁰<d.aredo.info/ponta-grossa/176864/vereador-emite-nota-sobre-polemica-com-pablo-vittar>

No segundo turno das eleições de 2018, Ponta Grossa supera a média nacional e estadual em votos pró-Bolsonaro, atingindo 73,75%²¹ dos votos válidos. A atual prefeita da cidade, Elizabeth Schmidt²² (PSD), demonstra cada vez mais posturas e posicionamentos conservadores+fundamentalistas. Em setembro de 2021, Elizabeth participa de um “culto cívico” realizado pela Igreja Cristã Presbiteriana (ICP) no feriado do aniversário da cidade, em que entrega a chave de Ponta Grossa ao Apóstolo Nelson²³, afirmando que “Ponta Grossa pertence ao senhor Jesus”, e segue dizendo que o *desenvolvimento* da cidade acontecerá “porque a chave do reino espiritual está sendo entregue hoje a Jesus Cristo, único senhor que é digno de exclusiva honra”. Também usa do discurso para dizer que reconhece os pastores evangélicos como autoridades espirituais na cidade²⁴. A prefeita também recebeu, em novembro de 2021, Jair Bolsonaro com bastante entusiasmo, e aproveitou o momento para pedir, juntamente da deputada federal bolsonarista Aline Sleutjes (UNIÃO²⁵), o encaminhamento do fim do Parque Nacional dos Campos Gerais, unidade de conservação ambiental. Ainda em 2021, mas também já em 2022, Elizabeth vem se colocando de forma bastante contrária às ocupações urbanas que têm acontecido na cidade, dizendo em suas redes sociais que “o respeito às leis e ao patrimônio público são garantias para o amadurecimento de toda a sociedade! Serei sempre contra as invasões”²⁶. Além das publicações em sua página, a prefeita entra com pedidos de reintegração de posse, mesmo havendo determinação do STF da não possibilidade de autorização de despejo e reintegração de posse durante a pandemia, liminar a princípio válida até 31 de março de 2022, mas que foi prorrogada para 30 de junho de 2022.

A Câmara Municipal “se mobiliza” – ou produz pânico moral – contra esse delírio conservador+fundamentalista que é a “ideologia de gênero”, de forma mais explícita, desde 2015. Nesse ano, por pressão de entidades religiosas e de alguns

²¹ <especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/municipios-parana/ponta-grossa-pr/presidente/>.

²² Elizabeth é eleita prefeita nas eleições municipais de 2020 a partir de campanha em que se autodenomina “Professora Elizabeth”.

²³ Nelson Braidó e mais 25 outros membros fundam, nos anos 90, a Igreja Cristã Presbiteriana, denominação pentecostal brasileira. Antes disso, Nelson Braidó era pastor na Igreja Presbiteriana Renovada (IPR), desde 1977.

²⁴ Para ver todo o discurso, segue link do vídeo: <youtu.be/00dcs_g5Gkw>.

²⁵ Aline Sleutjes foi eleita com o deputado pelo PSL, sendo agora parte do partido União Brasil, fundado em outubro de 2021 a partir da união do Partido Democratas (DEM) e do Partido Social Liberal (PSL).

²⁶ <instagram.com/p/CZmcC5jO-TO/>.

vereadores, houve grandes conflitos para que os termos “gênero”, “LGBT” e “diversidade” fossem retirados do Plano Municipal de Educação, documento que contém 200 diretrizes válidas por 10 anos²⁷. Em 2017, é lançada uma petição pública com um texto recheado de absurdos, coletando assinaturas em defesa da “ideologia de gênero estar fora das escolas da cidade”²⁸. Em 2018, houve proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal (LOM) (Lei Orgânica do Município 04/2018), que visava proibir discussões acerca da “ideologia de gênero” nas escolas; a ACIPG se reúne com o então vereador Vinícius Camargo (na época sem partido, hoje filiado ao PSD), com a Associação de Ministros Evangélicos (AME), dentre outras pessoas, para debater a emenda²⁹. Em 2020, Ezequiel vem em defesa da retirada de um livro didático, Araribá Mais Ciências, afirmando que o livro faz apologia à “ideologia de gênero”³⁰.

Esses são apenas alguns exemplos das movimentações conservadoras+fundamentalistas em Ponta Grossa, cidade já chamada pela revista Piauí de capital da reaçolândia³¹. E é seguindo esse caminho que se apresentam os Projetos de Lei (PLs) 117/2021 e 120/2021, ambos anexados a esta dissertação. Introduzindo brevemente, mais como uma tentativa contextualizadora, os projetos se referem respectivamente à proibição da “linguagem neutra” nas grades curriculares e materiais didáticos das escolas públicas e privadas localizadas na cidade de Ponta Grossa, além de em editais de concurso público, e à tentativa de proibição de “ideologia de gênero” nas escolas públicas e privadas também localizadas em Ponta Grossa.

O Projeto de Lei (PL) 117/2021 é proposta do vereador ~~soldado pastor~~ Ezequiel (Avante) (e quem se nomeia *vereador soldado pastor* é ele) e do vereador Leandro Bianco (Republicanos). O PL 120/2021, por sua vez, é proposta destes dois vereadores em conjunto com a vereadora *missionária* Adriana (Solidariedade) (idem ao Ezequiel) e o vereador Felipe Passos (PSDB). Essas quatro pessoas compõem, não sozinhas, o que se nomeia “bancada evangélica” ou “bancada conservadora” da câmara de Ponta Grossa.

²⁷ <gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/ponta-grossa-camara-retira-terminos-como-genero-e-diversidade-do-pme-1swm04u1h2m1i79mjrt2osiy/>.

²⁸ <peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR102965>.

²⁹ Registro do encontro vinculado nas redes da ACIPG disponível no link: <m.facebook.com/ACIPGPontaGrossa/photos/a.198368213602182/2467954833310164/?type=3>.

³⁰ <plural.jor.br/noticias/poder/vereador-pede-retirada-de-livro-didatico-de-colegio-estadual-em-ponta-grossa/>.

³¹ <piaui.folha.uol.com.br/capital-da-reacolandia/>.

Desses dois projetos, o PL 120/2021, da “ideologia de gênero”, não seguiu tramitando na câmara pois foi retirado. Já o PL 117/2021 seguiu tramitando, foi para votação na plenária pela primeira vez no dia 28 de julho de 2021, tendo sido adiado dado pedido de vistas do vereador Julio Kuller (MDB). O pedido foi aprovado em votação, retornando para pauta no dia 04 de agosto de 2021, tendo aprovação por 12 votos favoráveis e 5 contrários³². O PL se tornou a Lei 14.036, quando publicada em Diário Oficial no dia 8 de setembro de 2021, na gestão da prefeita Elizabeth Schimdt (PSD).

A proposição e retirada do PL 120/2021 não me parece ser um movimento aleatório, mas sim um movimento muito bem pensado para chamar a base fundamentalista+conservadora para fortalecimento dos outros projetos propostos em bloco (PL 116/2021; PL 122/2021; PL 117/2021), principalmente por “ideologia de gênero” ser algo que mobiliza essa base e esse grupo de pessoas. Penso isso pois é o PL da “ideologia de gênero” o primeiro a ser proposto, seguido das proposições dos outros três projetos de lei com datas próximas de protocolo, ou até mesmo protocolados na mesma data, além de terem conseguido lotar a câmara municipal com essa base no dia da votação do PL 117/2021.

Esses projetos entram aqui neste texto com uma intenção principal: eu pensei comigo mesma que estaria produzindo uma dissertação sobre como a cisgeneridade como norma é produzida na escola, mas com esses PLs o caminho que surgiu foi o de partir do pressuposto de que essas pessoas fundamentalistas, que se articulam nessa defesa da cissupremacia, sabem do poder re+produtor da norma que a escola tem. Nesse sentido, me direciono aqui a ler nesses textos como essas supostas “defesa das crianças” e “proteção à língua portuguesa” são, na verdade, proteção dos acessos e privilégios da cisgeneridade e heterossexualidade normativas, sem dúvidas articuladas na defesa da supremacia branca e da riqueza.

Quando comecei a me direcionar para esses projetos, para essa forma de fazer política, comecei pensando de maneiras desconectadas dos meios conservadores de produção de políticas e dos modos fundamentalistas de operar. Passo a entender, na sequência, o quanto essas duas coisas são articuladas no

³² Votos favoráveis: Divo (PSD), Dr Erick (PSDB), Felipe Chociai (PV), Leandro Bianco (Republicanos), Léo farmacêutico (PV), Missionária Adriana (SD), Pastor Ezequiel (Avante), Paulo Balansin (PSD), Ede Pimentel (PSB), Jairton da farmácia (DEM), Dr Zeca (PSL) e Felipe Passos (PSDB); Votos contrários: Josi do Coletivo (PSol), Celso Cieslak (PRTB), Julio Kuller (MDB), Geraldo Stocco (PSB) e Izaias Salustiano (PSB).

Brasil. Leonardo Boff (2009) nos diz que “fundamentalismo representa a atitude daquele que confere caráter absoluto ao seu ponto de vista” (p. 49), o que necessariamente vai produzir processos intolerantes com outras formas de ver, sentir e experimentar o mundo. Somo Henrique Vieira a Leonardo Boff, que entende que “para além do sectarismo, cumpre afirmar que o fundamentalismo, como toda experiência religiosa, constrói subjetividade e forja emoções, sensações e opiniões. **É mais que uma mera plataforma de pensamento, um conjunto de conceitos teóricos ou um discurso sobre a vida**” (VIEIRA, 2018, grifo meu). O modo de funcionamento aqui é, então, compreendido como o que Geni Núñez (2021) nomeia de sistema de monoculturas, um processo que não admite e tenta impossibilitar coexistência:

É através da compreensão desse sistema de pensamento que podemos reconhecer os efeitos de suas práticas violentas. Nessas monoculturas um dos eixos centrais é o pressuposto da não concomitância: só um deus seria verdadeiro, só um amor seria legítimo, apenas uma sexualidade a ser escolhida, apenas um plantio na terra e assim por diante. Esse modo unívoco de existir só consegue se positivar na negatificação de outros seres, operando através de uma lógica parasitária (NÚÑEZ, 2021)

A marcação de um modo único válido de viver e experienciar o mundo, modo imposto pelas práticas fundamentalistas, invadem a política de mãos dadas com os campos do conservadorismo, pois percebem ser essa uma forma frutífera de fortalecer a manutenção de tradicionalismos hegemônicos. Essas colocações são importantes pois é entendendo que os modos fundamentalistas se articulam com as formas conservadoras de produção de política no Brasil que passo a utilizar da marcação gráfica de “conservador+fundamentalista” durante todo este texto. Essa articulação de modos de fazer conservador+fundamentalista produz supostas lutas por reacessar valores e uma moralidade supostamente perdidas.

Os grupos fundamentalistas religiosos que ocupam as câmaras legislativas do país, que em muitos momentos são nomeados como “bancada evangélica”, são de fato compostos por evangélicos fundamentalistas, mas não só. Esses grupos são também compostos por católicos ortodoxos, também fundamentalistas religiosos. Essas alianças são bastante comuns quando falamos sobre os campos educacionais. Ainda em 2014, quando da tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE) no Congresso Nacional, já as visualizávamos:

A questão da ideologia de gênero foi bandeira de evangélicos e católicos, que trabalharam juntos e obtiveram o banimento da temática de gênero do Plano

Nacional de Educação (PNE) e de planos estaduais e municipais. “Durante a apreciação dos planos de educação, era comum ver câmaras ou assembleias tomadas por freiras, lado a lado com pastores de igrejas neopentecostais, pressionando deputados e vereadores” (MIGUEL, 2016, p. 599). (LIMA; HYPÓLITO, 2019, p. 11)

Essas alianças se mantêm firmes e são retomadas em 2017, juntamente ao “Movimento Escola Sem Partido” (MESP), quando dos debates acerca da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que, em sua terceira versão, “apresentada em abril de 2017, foi retirada qualquer menção à questão de gênero” (op. cit., p. 12). Grupos fundamentalistas religiosos se articulam nos meios da política conservadora brasileira e produzem movimentações conjuntas das bancadas latifundiárias do agronegócio e armamentistas. Com esses apontamentos iniciais, gostaria de demonstrar duas coisas. Primeiro, que é importante reconhecermos que as direitas não são unicamente formadas por pessoas manipuladas e/ou históricas, nem que são compostas por pessoas que apenas precisam reconhecer as violências e controles impostos a elas para se transformarem e transformarem suas formas de compreender e sentir o mundo³³; segundo, que a atuação conservadora+fundamentalista se dá de formas bem organizadas, com demonstrações explícitas de uma agenda já encaminhada de forma ampla, mas principalmente para o campo educacional.

O QUE BASEIA ESSE FAZER?

Fico pensando sobre como gostaria de produzir este texto, essa escrita, pensando de que formas essa produção seria organizada por mim. Sabia que havia formas que eu não gostaria de seguir, das quais de fato tentaria escapar. Me lembro de entrar em contato, em uma leitura de Jota Mombaça (2016), com esse excerto de Lúcia Egaña Rojas sobre metodologia:

Uma metodologia é sempre uma ficção. Como uma biografia, um corpo, uma identidade. Quando penso na figura da metodologia, especificamente a

³³ Camila Rocha (2018) nos diz que as novas direitas começam a se organizar com mais força no Brasil no momento de entre governos do ex-presidente Lula (nos anos de 2006/2007) em fóruns, sites e redes sociais – enquanto que Olavo de Carvalho já mantinha um blog pessoal desde 1998. Fora da internet grupos de direita também tentavam se organizar nesse mesmo período, movimentos como o “Cansei”, “Endireita Brasil” e “Vem pra Rua”. Mesmo esses primeiros movimentos tendo movimentações menores e mais esvaziadas, eles marcam um início organizativo dessa direita fundamentalista, conservadora e neoliberal, hoje bastante fortalecida no Brasil e de grande poder mobilizador.

acadêmica, a imagino como um algoritmo, um conjunto de instruções ou regras sucessivas que tem por objetivo eliminar a dúvida em torno dos procedimentos. O caráter fechado das metodologias acadêmicas me leva a imaginá-las como processos fixos, estandardizados e estáveis que não permitem, nem com muito esforço, perverter essas lógicas cristalizadas que performam a validade, científica ou institucional, a partir da repetição (ROJAS, 2012 apud MOMBAÇA, 2016, p. 34, tradução minha)

Não afirmo de forma alguma que tive sucesso nessas tentativas de escapes, mas acredito muito nos processos de experimentação. Consigo ver explicitamente, quando leio o que escrevi (e perceba que essa colocação é posterior à escrita geral, e não anterior), que alguns lugares de que sei que gostaria de ter escapado me pegaram. Ao mesmo tempo sei que alguns escapes que planejei de fato me possibilitaram produzir, pelo menos um pouco, de outras formas. Essas tentativas de fuga são uma das bases para a produção dessa escrita. O reconhecimento de que tudo no mundo é localizado, inclusive os saberes, faz parte também dessa base e, ao mesmo tempo, é pilar dessa escrita. Essa localização não é de forma alguma aleatória, mas organizada a partir de marcadores que organizam o mundo moderno+colonial+capitalista+heterocispatriarcal para que seja como é.

Sinto que se entende na academia, e aqui estou fazendo mesmo um processo totalizador, que a “fundação” do pensamento decolonial latino americano se dá a partir do Grupo Modernidade/Colonialidade e do giro decolonial³⁴. Primeiro que a própria ideia de fundação me parece problemática, baseada em noções eurocentradas de tempo linear, mas há uma problemática ainda maior que se apresenta ao percebermos que se acaba por ligar a “gênese” desses pensamentos e dessas práticas a sujeitos que são, em sua maioria, brancos, homens, cisgêneros e heterossexuais.

Não nego a importância dos escritos dessas pessoas para a produção de saber no mundo e para minha própria formação; ao mesmo tempo, acho que tão importante quanto saber quando falar, é saber quando não falar. Além disso, o lugar de visibilidade ocupado por eles é articulado por diversas razões, inclusive pela presença exclusiva em diversas pesquisas que se encontram no campo de

³⁴ Para ver mais sobre, recomendo o artigo de Luciana Ballestrin, intitulado “América Latina e o giro decolonial”, em que ela vem apresentar “a trajetória e o pensamento do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), a partir de sua ruptura com os estudos subalternos – latino-americanos e indianos –, culturais e pós-coloniais, no final dos anos 1990.” (BALLESTRIN, 2013, p. 89).

discussão da decolonialidade³⁵. Todos eles se propõem a romper com práticas fundamentadas em relações narcísicas?

Se no fim da década de 90 o Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) começa a se articular como grupo, Lélia Gonzalez já propunha na década de 80 conceitos como “amefricanidade” (GONZALEZ, 1988), além de já propor uma escrita que se colocava para além das imposições acadêmicas eurocentradas. Essa percepção (que tive ouvindo reflexões propostas pela Maria Clara Araújo dos Passos) é fundamental, pois diz muito sobre o processo de silenciamento e apagamento imposto às pessoas que foram racializadas como não-brancas, generificadas como não-homens e/ou não-cisgêneras pela colonialidade. Que esses textos também nos formem, mas não nos limitem.

E ainda, se no fim da década de 90 o Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) começa a se articular como grupo, já muito antes, séculos antes, comunidades indígenas, que tiveram suas terras invadidas, e povos de África, que foram trazidos à força para este território, se levantavam contra as colonialidades em defesa de suas vidas e se articulavam na construção do fim dessa desgraça colonial. Esse é um reconhecimento interno desse grupo, que passa, adiante, a se chamar Grupo Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade. Contudo, não sei se acredito que esse é um reconhecimento geral de parte das pessoas leitoras dessas produções, mesmo que isso esteja marcado em alguns dos textos escritos por pessoas que compõem esse grupo. Digo isso pois acredito que há, em alguns momentos, algumas produções e leituras que carregam um quê salvacionista e inaugurador.

Não há presença de intelectuais brasileiras/es/os produzindo no grupo M/C, e isso também diz muito das proposições que podemos ou não fazer a partir dessas leituras, pois estar atenta à não reprodução de homogeneização é parte do processo. As formas de articulação da colonialidade são diversas, assim como as respostas a elas. Busco estar atenta a isso na escrita deste texto.

Para além disso, é parte importante da base dessa produção o caminho que percorri e percorro nas fileiras dos movimentos sociais. Muito do que sou hoje vem também da minha presença e circulação por esses espaços, tanto pelos processos de construção coletiva quanto pelos processos internos de disputa. Reconheço a

³⁵ Para essa reflexão, o texto publicado por Maria Clara Araújo dos Passos no site Blogueiras Negras é fundamental: “Desconfiem de quem se afirma decolonial, mas não rompe com o epistemicídio!”. Disponível em: <blogueirasnegras.org/desconfiem-de-quem-se-afirma-decolonial-mas-nao-rompe-com-o-epistemicidio>. Acesso em: 01 fev. 2021.

fundamental importância dos movimentos sociais obviamente para além da minha formação, mas pela possibilidade de disputa nesse mundo, interna e externamente, para a construção de outras possibilidades de existir e viver nessas terras. Mais à frente retomo essa discussão também, e ela com certeza está toda aqui, em todas as páginas destes escritos, mas é importante, creio eu, que algumas marcações sejam feitas, até mesmo como memória.

Há nessas terras chamadas de Brasil uma forte presença de marxismos nas construções dos movimentos sociais, das mais diversas correntes e vertentes, e essa pluralidade é bem marcada aqui. Isso, na minha leitura, não é um problema em si; a questão é que, mesmo que seja presente essa pluralidade, há também uma hegemonia de determinadas correntes de pensamento marxista ortodoxa, que em sua defesa de uma classe trabalhadora homogênea, cria apagamento. Assim como há movimentações feministas que em sua defesa de uma identidade homogênea das mulheridades e do feminino produz apagamentos. Esses processos se repetem em outros grupos e meios de mobilização nas esquerdas. Entendo esse movimento como parte responsabilizável dos processos de silenciamento e exclusão. Essa prática podemos ver presente também no que nos narra Megg Rayara nesse momento de sua tese:

Até a década de 1990, não apenas o movimento feminista, mas o movimento sindical também negava a importância da raça como um marcador social importante, período em que as três maiores organizações sindicais do país, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central Geral do Trabalho (CGT) e a Força Sindical reconheceram a necessidade de se problematizar os efeitos do racismo no acesso ao mercado de trabalho e na geração de renda admitindo “que o movimento sindical tem algo a ver com o problema” (BENTO, 2000, p. 304). (OLIVEIRA, 2017, p. 80-81)

Além disso, “apesar de grande participação dos movimentos como forma de organização da sociedade civil e de pressão sobre o Estado, nem todos ganharam a mesma visibilidade social, política e acadêmica no cenário brasileiro” (GOMES, 2017, p. 40). É inegável que existe reprodução de diversas práticas racistas, etnocidas, machistas, cis+sexistas e lgbtia+fóbicas dentro das fileiras dos movimentos sociais, além de serem usadas essas lentes todas no próprio processo de reconhecimento das mais diversas reivindicações. Quem tem, de fato, direito de reivindicar suas demandas?

Há práticas que precisam ser revistas nos movimentos sociais, e dívidas que precisam ser atentamente evocadas, para que as desigualdades que se apresentam

dentro das construções desse espaço sejam cada vez mais desmanteladas. Nessa reflexão, vou em Angela Figueiredo (2020), me lembrando de seu artigo sobre a Marcha de Mulheres Negras de 2015, em que ela diz que

frente à atual demanda dos movimentos sociais para a incorporação de sujeitos coloniais identificados pelos marcadores de raça e de gênero às instâncias de poder, a colonialidade do poder é reconfigurada, mostrando-se relativamente aberta à incorporação dos corpos subalternizados, ou de sujeito membros de minorias racializadas, mas que estão desvinculados de práticas políticas que realmente transformem as hierarquias raciais e de gênero. Dito de outro modo, gostaríamos também de refletir sobre as novas configurações da colonialidade do poder, através de prática política que incorpora os corpos – membros de grupos racializados negros, indígenas – e as vezes femininos e negros, como um modo de responder às constantes demandas do movimento social sobre uma necessária transformação da imagem do poder, predominantemente masculina e branca, sem, contudo, transformar as estruturas políticas que dificultam a permanência desses indivíduos (FIGUEIREDO, 2020, p. 209)

Com isso quero dizer que, assim como o capitalismo, a academia e os próprios movimentos sociais, em muitos momentos absorvem o que é produzido por grupos marginalizados, se apoderando de determinadas linguagens, determinadas ideias e determinadas tecnologias, e as lançam internamente como suas. Tentam se apropriar da linguagem e, com isso, se apropriar da existência dessas pessoas, tentam se apropriar de nossas tecnologias para se lançarem como grandes inovadores, sem nenhum interesse real em produzir alianças que estremeçam as opressões que, justamente, nos colocam nas marginalidades. Reiteram as práticas de salvacionismo e reiteram as práticas de silenciamento, produzindo assim a manutenção das nossas exclusões dos espaços todos, principalmente os espaços de poder.

Pensar nisso me leva a sentir a necessidade de apontar aqui algumas questões que envolvem as discussões de diversidade, identidade e diferença. Entendo a diversidade como uma noção regulada pelo capitalismo, regulada por práticas mercadológicas e liberais. Se percebe que há alguns sujeitos, que até então ocuparam um espaço de marginalidade, ganhando poder de compra. Essas pessoas clamam por “representatividade” dentro de campos que conseguiram englobar as movimentações dissidentes e colocá-las a serviço do capital – aprendi com Geni Nuñez, em um curso que fiz com ela, que não é porque algum espaço foi negado que precisamos querer ocupá-lo. É um processo de incorporação progressiva de discursos dos campos da diversidade sexual e de gênero dentro dos campos neoliberais que, como eu disse, é regulado também pelo aumento do poder de

compra. Esse processo é nomeado por Lisa Duggan como homonormatividade (2002). Ela ainda vai dizer da homonormatividade como uma política de não contestação dos regimes heteronormativos (e digo eu, somando a ela, dos regimes cisnormativos), que produz manutenção das dinâmicas hegemônicas dominantes (DUGAN, 2002). É o movimento da produção de um sujeito da diversidade que não possui interesses na proposição de alternativas de rompimento, mas que se contenta com a possibilidade de participação social limitada, desde que cumprindo com os requisitos do *modus operandi* neoliberal. Não há intuito algum em romper com o ciclo da alteridade, que subalterniza determinadas corporalidades, muito pelo contrário. O que se articula é lançar poder para que o Outro da norma possa produzir um Outro de si, e assim possa acreditar num delírio de que faz parte da estrutura de poder³⁶. Diversidade, então, como prática de reforçar o lugar de Outro, fortalecendo o lugar da norma.

Tentando romper com esses processos, há então o caminho da diferença. Esse pensar diferença me parece estar afastado da noção do diverso como regulador da igualdade-desigualdade³⁷ – a partir do reforçar da normalidade –, se aproximando de uma compreensão dos processos de diferença como negação de processos compensatórios e moralizantes.

A questão da diferença se apresenta de algumas formas, mas acho importante a marcação de que há um processo relacional dentro da compreensão desse conceito. Perceba que há a necessidade de um ponto de diferenciação, no sentido de que ser uma significa não ser outra, sendo uma fundamental para a compreensão da outra. Mas isso de longe não significa que diferença=diferente (SILVA, 2002), e essa de fato não é uma relação tranquila, está completamente carregada de relações de poder.

³⁶ Para pensar nisso, trago a seguinte passagem: “se a história prova qualquer coisa que seja, é que o capitalismo tem uma tendência reapropriadora traiçoeira de pacificar movimentos sociais radicais. Funciona de um jeito bem simples, na verdade. Um grupo ganha privilégios e poder dentro de um movimento, e logo depois vende seus camaradas. Alguns anos depois do Stonewall, homens-brancos-gays-abastados marginalizaram completamente todo mundo que tornou o movimento deles possível, e abandonaram a revolução dessas pessoas” (vários autores, 2020, p. 28).

Para além dessa citação, trago também um vídeo de um discurso de Sylvia Rivera, em 1973, no evento que se nomeava “Gay Pride Rally” (Disponível em: <youtu.be/T2CU7IAGduw>. Acesso em: 07 ago. 2021). Sylvia é sujeita fundamental nas histórias das lutas dos movimentos ativistas trans*; junta de Marsha P. Johnson, construíram as revoltas de Stonewall e fundaram a STAR (Street Transvestite Action Revolutionaries), na busca de abrigo, roupa e alimentação para pessoas trans* em situação de vulnerabilidade e em situação de rua. Sylvia faleceu em 2002, e aqui evoco sua importância nas nossas construções desobedientes. Viva!

³⁷ Ver ARROYO, 2019, p. 44-45.

Aqui também há uma interdependência de identidade e diferença, que se fazem produzidas ativamente por meio da linguagem, num processo gerador que não se baseia mais na compreensão do Eu como a base universal de referência. E, como já disse antes, a produção do Eu, na relação Eu<->Outro, nesse mundo ordenado pela modernidade+colonialidade+capitalista+heterocispatriarcal é regulada pelas relações de poder e por todas as práticas re+produtoras da norma e da normalidade. Isso me lembra de Kassandra Muniz dizendo que “nomear e ser nomeado é assim uma forma de conferir e constituir existência, subjetividade, identidade a um Outro. A questão é que a linguagem ao mesmo tempo em que confere, que possibilita uma existência, ela também a ameaça” (MUNIZ, 2009, p. 29).

Nesse sentido, a diferença seria então o próprio processo, e não apenas o que se gera na relação identidade-diferença (SILVA, 2000). É, então, classificatório. E, de volta, nesse mundo em que vivemos o processo classificatório não é aleatório, mas sim regulado pelos sistemas vigentes. Nessa relação, a produção de uma identidade como norma significa a construção de um lugar de poder, hierarquicamente superior, que se articula num lugar de naturalidade e neutralidade; o ponto de referência.

Sendo assim, nessa reflexão se entende que sem o Outro não há a norma, que depende dessa outra construção para se manter. Contudo, há a necessidade de se atentar para não caminhar para fixação da identidade e, ainda, para não usar de ferramentas da norma para validar as dissidências. E por isso preciso dizer que parto aqui do lugar de não reafirmar essencialismo, seja histórico, seja biológico ou seja de qualquer outro campo. Essa coisa precisa ficar bem marcada, para que a gente siga abandonando processos universalizantes e abandonando práticas homogeneizadoras, seguir arredando o pé desses delírios.

Contudo, o campo da discussão da *diferença* não se basta em si; há uma problemática grande, que acaba sendo recorrente principalmente em discussões acadêmicas desse conceito, que é o “esquecimento” da discussão da desigualdade. De onde olho, se não se pauta em consonância as discussões de diferença e desigualdade, o caminho é muito mais liberal e muito menos frutífero, no sentido de produção de outros mundos possíveis.

O “esquecimento” da desigualdade me parece ser crucial no movimento que tem sido presente em diversos espaços, mas bastante visível na internet, de

liberalizar nossas demandas e discussões. Construímos, a duras penas, movimentos de disputa da subalternidade de identidades desobedientes de gênero, dissidentes sexuais, racializadas como não-brancas, de corporalidades com deficiência, enfim, e vemos acontecer movimentações mercadológicas, que utilizam desses discursos e demandas como uma forma de lucrar e/ou aumentar seus acessos, aumentando seus capitais. Essas movimentações mercadológicas agem de maneira a continuar mantendo lugares da norma, além de criar processos delirantes em que há uma mudança quando acessamos espaços como “rostos de marketing de empresas”, que sequer têm pessoas que escapam das normas moderna+colonial+capitalista+heterocispatriarcal em qualquer âmbito de trabalho menos subalterno.

E isso se estende para diversos campos, inclusive para políticas macro do campo governamental, mesmo quando esse espaço é ocupado por sujeitos que compõem o campo das esquerdas na política institucional:

Em pleno governo PT, quando a pobreza caiu de forma radical (40 milhões de pessoas empobrecidas se incorporaram ao consumo), a desigualdade seguiu sendo a mesma. Ainda que o Brasil tenha crescido de forma consistente durante esses anos, a metade do crescimento ficou nas mãos dos 5% mais enriquecidos, de 28% do crescimento se apropriou o 1% mais enriquecido. Apenas 10% do crescimento foi para os mais empobrecidos. “Há mudanças entre os 90% mais empobrecidos, mas a concentração no topo da escala é estável, especialmente no 1% mais enriquecido.” (Medeiros, Ferreira de Souza y Avila de Castro, 2015: 982). (ZIBECCHI, 2017, p. 110, tradução minha)

Nesse sentido, mesmo com crescimento econômico significativo acontecendo no Brasil na última década, nos índices de desigualdade não existe significativa alteração (FIGUEIREDO, 2020). Angela Figueiredo segue esse raciocínio apontando que “a urgência na formulação de um novo pacto civilizatório só poderia sair da margem, daqueles que vivem na absoluta negação de seus direitos pelo Estado” (FIGUEIREDO, 2020, p. 215). Isso me parece dialogar com Erica Malunguinho dizendo que o lugar ocupado é de uma oposição propositiva, para dizer que, para além de destinatárias de políticas públicas, seremos escreventes delas, por ter habilidade, capacidade e acima de tudo sensibilidade para destruir essas violências estruturais.

Essa reflexão toda me parece bastante importante principalmente no que diz respeito à compreensão de que o capital e o mercado são incrivelmente habilidosos no movimento de cooptação, e que por isso também são fundamentais na reflexão

sobre identidade. Homonormatividade, de que falei nuns parágrafos anteriores, também é sobre isso. O processo de globalização produz determinadas identidades que estão necessariamente marcadas por questões mercadológicas e de consumo, o que nos faz entender que “existe uma associação entre a identidade da pessoa e as coisas que uma pessoa usa” (WOODWARD, 2000, p. 9). E essa relação não é tão simples quanto parece, já que os processos da modernidade/colonialidade e da globalização não se apresentam das mesmas formas em todos os espaços. Mesmo que a globalização produza determinadas identidades que, no geral, mal se distinguem entre si, é justamente essa homogeneidade que gera diferentes pontos de tensão nas relações culturais (op. cit.).

Isso vai estar aqui, neste texto, em outros momentos, mas é fundamental que a gente pense nisso quando vamos pautar essa questão da diferença. É um movimento complexo, que caminha junto, em que a diferença e a desigualdade se alimentam, gerando maiores e maiores aprofundamentos das subalternidades. Kassandra Muniz (2009) faz uma discussão em relação a isso em sua tese de doutorado, afirmando que

quando nos referimos à questão do negro, estamos falando não apenas de diferenças, mas de desigualdades, isto é, a diferença dessa parte da população brasileira é transformada em desigualdade. Somos excluídos, “coisificados”, nos é tirado o direito de “ser” por nós próprios porque sempre quando somos vistos, não somos enxergados na nossa diferença apenas, mas no que temos de diferente de um “Eu”, ou seja, não é a diferença pela diferença que importa; não se está interessado em falar do sujeito tal como ele é, mas sim tal como o vemos (MUNIZ, 2004). (MUNIZ, 2009, p. 33)

Nesse caminho de reflexão, trago novamente Erica Malunguinho na abertura do V Salão do Livro Político, em vídeo publicado em suas redes sociais (disponível em: <[instagram.com/tv/CBT498uj3zG/?hl=pt-br](https://www.instagram.com/tv/CBT498uj3zG/?hl=pt-br)>. Acesso em 09 ago. 2021). Não cito parte, mas trago o vídeo na íntegra. Sinto essa fala sendo sobre isso, e sobre muito, muito mais.

APONTEI, AGORA PARA ONDE EU SIGO?

Acho curioso pensar nos processos de organizar um texto, uma pesquisa e coisas do tipo. Por mais que possam ter alguns processos comuns, a forma como cada pessoa organiza a reflexão é muito particular. E aí, a despeito disso, a gente precisa vir aqui, numa “textualidade academiizada”, transformar o que produzimos

em outras linguagens ou em outras maneiras escritas de organizar o pensar (me vem novamente o que diz Lúcia Egaña Rojas, que cito alguns capítulos a cima).

Lembro de uma professora, em uma disciplina da graduação, que disse que “sempre que eu abrir perguntas no texto, preciso responder”. Sempre penso nessas coisas que professoras e professores me disseram durante a vida e que ficaram marcadas em mim como uma verdade tão forte, principalmente para evitar de repetir essa prática com minhas alunas/es/os. E aqui eu estou também me autorizando a negar essas verdades que não são minhas.

Este texto está cheio de perguntas em aberto, até porque quando vou escrevendo vou me perguntando e acho isso tão parte do processo que precisava estar aqui. Esta parte do trabalho sou eu me perguntando, ainda quando escrevia, para onde eu vou seguir com isso tudo que coloquei até então. Agora que este texto está sendo lido, eu já segui para algum lugar, mas ainda assim essa é uma questão permanente de para onde continuar indo.

Enfim, quando me pergunto isso no momento em que escrevo é porque precisava dizer para mim qual a proposta central deste trabalho, mesmo entendendo agora que a necessidade de dizer aqui, para mim, também significa a necessidade de dizer para as outras pessoas. E acaba que, quando eu disser para mim, nessa escrita, vou estar dizendo também para quem lê o que eu produzo. E esse texto é tanta coisa que parece muito difícil apontar de forma mais *objetiva* o que é nuclear aqui.

Tentando ser o mais objetiva que posso – e sei que essa não é uma característica minha –, o que é o centro desse trabalho é discutir as relações entre linguagem e cisnormatividade, que necessariamente nesse mundo se envolvem com escola, que necessariamente se envolvem com as mais diversas questões políticas. E, para além disso, pensar em como linguagem é parte fundamental na criação+produção do mundo que vivemos.

A escola participa, com um certo grau de protagonismo, da produção da forma com que nós percebemos a linguagem e a nós mesmas. Produz a forma com que nós organizamos e criamos nossas experiências vividas, através da linguagem. Produz a forma como criamos o mundo, os corpos, as identidades, através da linguagem. Produz as fantasias que formam o mundo, através da linguagem. Produz nós mesmas.

E sendo esse o núcleo do meu trabalho, tem muitas coisas que circundam esse núcleo. Se meu núcleo é essa discussão sobre **linguagem** e **cisnormatividade**, mas principalmente sobre a criação das ideias de linguagem e do mundo a partir dela e da escolarização, talvez o que circunde esse núcleo seja a própria escrita desse texto. Pensar na linguagem pela metalinguagem.

Bom, tentando explicitar essa viagem toda: numa pedagogia decolonial, a formação se dá para muito além do que a escola nomeia como conteúdo. Sei que produzo dessa forma não apenas pelo que aprendi na escola ou universidade sobre linguagem e escrita de texto. De fato, não é na escola que aprendemos todas as coisas, mas talvez eu foque nela aqui pois é esse o lugar mais reconhecido “da educação dos sujeitos”. Educação do como se comportar, falar, escrever, criar o mundo. Da disciplinarização da corpa, da mente e do espírito, que se estende para a arquitetura, para as organizações físicas e simbólicas do mundo, para todo lugar.

O que significa essa pedagogia do todo lugar? Como a gente se forma e forma as outras pessoas a partir disso? Quando penso nessa questão, lembro de ler Octavia Butler em publicação de abigail Campos Leal (2021), falando para gente sobre isso na *Parábola do semeador*, quando diz que

Os seus professores
Estão à sua volta.
Tudo o que você percebe,
Tudo o que você experiência,
Tudo o que lhe é dado
Ou tirado de você,
Tudo o que você ama ou odeia
Irá te ensinar –
Se você aprender (BUTLER, 2007, p. 279 *apud*: LEAL, 2021, p.30).

Com tudo isso, acho que acabo dizendo que vou mesmo discutir aqui essas produções do mundo na linguagem, pensando no próprio texto da minha vida, mas processo esse que não entende a minha experiência como a experiência-referência. Vou pensar nas construções sistêmicas da modernidade+colonialidade+capitalista+heterocispatricial, de forma a direcionar a reflexão para a construção da cisnormatividade e da cissupremacia pela/na linguagem. A branquitude e a cisgeneridade caminham de maneiras tão próximas, sendo algo como irmãs reguladoras das violências e mortes nesse mundo, que as maneiras não-brancas e não-cisgêneras de sobreviver apesar dessas desgraças se articulam de diversas formas. O próprio campo de pensamento que nomeamos

como transfeminista existe também com relações bastante próximas dos diversos acúmulos dos feminismos negros.

Nesse sentido, não há produção dessa escrita sem a articulação desses diversos constituidores de corpo, identidade e subjetividade. Esse trabalho se encaminha pela compreensão das complexidades e dos emaranhados todos que formam esse mundo que vivemos e que são mobilizadas nas produções das políticas que vão formando o mundo pelas disputas. É da tentativa do estar atenta às multiplicidades e às diferentes formas de circular no mundo. “As intersecções das formas de opressão não podem ser vistas como uma simples sobreposição de camadas, mas sim como a ‘produção de efeitos específicos’ (Anthias e Yuval-Davis, 1992, p. 100). Formas de opressão não operam em singularidade; elas se entrecruzam” (KILOMBA, 2019, p. 98).

Venho com Grada Kilomba nesse excerto acima também pensando em suas colocações sobre a importância de não produzir paralelos mecânicos sobre as formas como as diferentes opressões operam. Isso significa entender também que, quando utilizamos conceitos produzidos para tentar compreender as diferentes formas de violência desse mundo, essas utilizações não podem ser absolutas. Quando utilizo aqui, durante esse texto, a “modernidade+colonialidade+capitalista+heterocispatriarcal”, estou tentando dizer dessas questões. Estou tentando marcar na escrita de uma forma experimental o reconhecimento de que as produções da modernidade, da colonialidade, do capitalismo, da heteronorma, da cishnorma, do patriarcado, enfim, as produções desse mundo de morte – que ao mesmo tempo é uma produção de um mundo de conforto –, são produções necessariamente articuladas. De volta, é uma tentativa – talvez falha – de escapar das “técnicas” de descrição+construção do mundo que produziram a separação de coisas inseparáveis. Tento demonstrar nessa escolha por esta escrita o reconhecimento de como as formas de opressão não são necessariamente separadas, e que são necessariamente redesenhadas a partir de, para que corpos e grupos são direcionadas. Se não existe ou eu desconheço uma palavra que demonstre o que quero dizer, decido tentar dizer dessa forma.

Que as nossas pluralidades nos aproximem e nos fortaleçam, sempre em reconhecimento das diferenças marcadas, sendo gás para a chama que queima o mundo da morte. Que das cinzas nossas e novas vidas brotem.

ESCOLA, LINGUAGEM E POLÍTICA

Começo a encaminhar aqui reflexões sobre qual o espaço reservado ao ensino de língua no Brasil hoje e nos últimos tempos e sobre o que é compreendido como sua função e papel principal e como isso está, necessariamente, relacionado com a política. A forma como se compreende a linguagem hoje, de maneira hegemônica, é baseada na compreensão de língua nacional, na projeção ilusória de que há, de fato, dentro de um mesmo território, uma comunidade supostamente homogênea que compartilha a mesma língua. Essa compreensão possibilita, e mais do que dar a possibilidade é projetada também com essa intenção, a busca pela produção de “estabilização, legitimação e controle da língua enquanto uma realidade unificada, autêntica e visível, tanto internamente quanto externamente à nação” (SIGNORINI, 2004, p. 100). Essa busca, ou melhor, a produção dessa política é parte fundamental do projeto de mundo que grupos conservadores+fundamentalistas, assim como de outros grupos nacionalistas. A ideia de nação, essa ideia de um território ocupado por uma comunidade una que compartilha a mesma e única língua é base da produção de um projeto de mundo de controle e coerção. Signorini nos diz ainda que, em alguns casos, existem outros traços unificadores evocados para a produção dessa falsa homogeneidade, como a religião, traço fundamental para pensarmos os PLs 117/2021 e 120/2021, que discuto aqui neste trabalho.

E essa forma de compreensão não é natural; se trata, na verdade, de produções sociais, políticas, ideológicas e científicas sobre a linguagem, não “de um conjunto de fatores internos ao sistema abstrato da língua, e nem de um mero conjunto de pressões externas às construções sociais com e sobre a língua” (op. cit., p. 99). O campo da produção científica, das discussões hegemônicas sobre linguagem propostas na e pela academia, é também responsável pela produção e manutenção das compreensões hierárquicas e racionalistas (modernas+coloniais) sobre linguagem, e como veremos neste trabalho, vem sendo hoje uma das grandes bases da produção de política conservadora+fundamentalista sobre a língua.

Essas questões todas chegam na escola por diversos caminhos, mas inegavelmente um dos mais importantes é o currículo. Currículo é, de fato, um lugar de disputa de poder. É se utilizando do currículo escolar como ferramenta de poder que se articula o processo de legitimação de certos saberes e deslegitimação de

outros. Quando passamos a compreender que o papel da escola é o de fomentar o acesso a certos aspectos da cultura para desenvolver certos âmbitos, tocamos no processo civilizador da escola.

A problemática não está dada simplesmente no fomentar o acesso aos mais diversos aspectos da cultura. Ela se estabelece de forma complexa quando pensamos em como esses aspectos são selecionados e por quem são selecionados, mas também com qual intenção. Maria Clara Araújo dos Passos, quando discute o silenciamento imposto pela colonialidade, afirma que

se o currículo está nas mãos de um seletivo grupo que dita quais são as narrativas que representarão Outros, seria então justificável afirmar que máscaras de silenciamento continuam a existir e são perpetuadas por mecanismos pedagógicos que buscam “eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as Outras identidades são avaliadas e hierarquizadas” (SILVA, 2000, p. 83). (PASSOS, 2019, p. 199)

O campo social hegemônico compreende determinados aspectos da cultura como mais desejáveis que outros, valorando positivamente aspectos que dialogam de forma mais direta com o eurocentrismo. Nesse sentido, aqui também a partir de Maria Clara Araújo dos Passos (2019), essa escolha desses aspectos culturais que se movimentam na manutenção do *status quo* reproduzem práticas de silenciamento, que se articulam então na manutenção da colonialidade.

NA BUSCA DOS ROMPIMENTOS COM A MODERNIDADE+COLONIALIDADE+CAPITALISTA+HETEROCISPATRIARCAL

É curioso perceber o caminho que vamos seguindo quando vamos pensando e articulando esses pensamentos dentro de um texto. Já afirmei mais de uma vez no decorrer deste trabalho que a academia criou e continua criando práticas baseadas em perspectivas da racionalidade, sempre articuladas com a modernidade e a colonialidade. Acho mesmo que se movimentar para se articular com práticas desobedientes, decoloniais, seja fundamental quando nos propomos a marcar esse lugar como parte do nosso comprometimento ético pelo *fim do mundo como conhecemos*, o processo de autorreflexão é parte disso. A gente tem pensado para além do conteúdo dos nossos discursos a maneira como comunicamos algo? E para além disso, quais são as práticas que temos tido? Elas se articulam com o que

propomos discursivamente? Na minha vida, a decolonialidade foi fundamental para entender que essas duas coisas não podem ser diferentes, muito menos separadas.

Aproveito também para compartilhar uma inquietação, que creio que de fato cabe aqui. Há uma problemática séria dentro dos campos que discutem as relações entre o Norte global e o Sul global, que é a de – propositalmente ou não – criar apagamentos das tensões Sul-Sul, das tensões que se apresentam internamente dentro dessa nossa área na geopolítica, produzindo homogeneização e higienização das identidades.

Com todo o cuidado da compreensão de que não há homogeneidade e nem essencialidade, e muito menos uma *genética desobediente*, e partindo também da compreensão de que Norte global e Sul global não necessariamente seguem as regras da separação geográfica hegemônica, se torna bastante comum um processo de importação de saberes que cumprem com diversos requisitos impostos pelo sistema-mundo e pela racionalidade e universalidade e que se alocam no Norte Global, que são ecoados por aqui por sujeitos que também cumprem, de modo geral, esses requisitos.

Quando Grosfoguel fala dos “monólogos” (2012, p. 338) que intelectuais do Norte produzem, ao não dialogarem com os saberes do Sul, não deixa de me vir à mente os diálogos que se instauram aqui no Sul, mas que são exclusivamente voltados ao Norte. Se Grosfoguel (2012, p. 339) diz que num diálogo intercultural ou num diálogo Norte-Sul “não se pode esperar uma comunicação livre e transparente, sem as distorções produzidas pelas relações de poder ou aspirar a uma comunidade ideal de comunicação à la Habermas [...]”, eu somo dizendo que em diálogo algum se pode esperar isso, já que não há homogeneidade nas relações, que, independentemente de quais sejam, são marcadas por relações de poder, mas também por concordâncias e discordâncias nas diferenças.

E esse não é um papo de desresponsabilização do Norte e suas práticas em relação ao Sul. É mesmo uma chamada de atenção ao cuidado que precisamos ter para não repetir processos homogeneizadores e universalistas. Nós, “o Sul” – numa representação singular, mas que na prática é plural –, não somos uma só coisa, não temos uma só pauta e demanda comum e não concordamos necessariamente com o mundo que buscamos construir. E isso diz respeito a tudo, inclusive na batalha das manutenções e dos movimentos de derrubada da colonialidade e do capital. Assim

como não há, aqui no Sul, a não-existência das violências da modernidade+colonialidade+capitalista+heterocispatriarcal.

Já escrevi isso antes, mas reitero que há, desde que existe norma, desobediência. Então, por mais que a academia tente passar em alguns momentos essa ideia, a decolonialidade não é algo novo, nem *cool*, e muito menos a *nova tendência*. A decolonialidade já está aqui há muito tempo³⁸; este capítulo faz também – mas não só – um caminhar por algumas movimentações desobedientes que me inspiram, me fortalecem e me transformam, com intuito de que essas movimentações possam também fazer isso – ou alguma coisa Outra – com quem tem contato com essa escrita.

Vou passar aqui por discussões acadêmicas sobre as noções de pedagogias decoloniais. Se na decolonialidade a prática é fundamental, é com as diversas práticas decoloniais que vamos também aprendendo a criar nossas mobilizações desobedientes.

Sem dúvida, foi com a invasão colonial-imperial dessas terras de Abya Yala – as que foram renomeadas “América” pelos invasores como ato político, epistêmico, colonial – que este enlace começou a tomar forma e sentido. Podia se observar explicitamente nas estratégias, práticas e metodologias – as pedagogias – de luta, rebeldia, cimarronaje, insurgência, organização e ação que os povos originários primeiro, e logo depois os africanos e africanas sequestrados/as, investiram na resistência, na transgressão e na subversão da dominação, para seguir sendo, sentindo, fazendo, pensando e vivendo – decolonialmente – apesar do poder colonial. (WALSH, 2013, p. 25, tradução minha)

Acho importante a reflexão de que o próprio processo de desobediência aos sistemas moderno+colonial+capitalista+heterocispatriarcal se dá de forma responsiva a essas imposições sistemáticas, mas que não param por aí. A coisa é de fato movimentação pela criação, re+criação, retomada, enfim, de outros mundos. E tudo isso passa então pelos processos pedagógicos decoloniais, que passam necessariamente pela linguagem.

Sinto esse processo como algo do campo de uma ética da defesa da possibilidade da vida. Isso ecoa Catherine Walsh, mas também Angela Figueiredo (2020), que dizendo do compromisso das mulheres negras com a sobrevivência, afirma que isso as coloca na construção de um novo horizonte histórico, na defesa

³⁸ “O pensamento decolonial emergiu na própria fundação da modernidade/colonialidade como sua contrapartida” (MIGNOLO, 2001, p. 27, tradução minha).

das condições de suas próprias vidas e na defesa das demais vidas do planeta. Nesse momento, sinto que ela nos dá uma linha importante:

Não queremos subverter a ordem hierárquica, nos colocando agora no topo da hierarquia, em vez de ocupar a base. Queremos transformar, subverter e desintegrar a colonialidade global do poder contra toda forma de dominação e exploração da existência social. (FIGUEIREDO, 2020, p. 2016-2017)

Aqui, pedagogia e pedagógico não se restringem ao campo escolar, nem são entendidas de forma instrumental. É mais a compreensão da pedagogia como a edificação dum fazer, que está circulando de forma caótica e esparramada – e aqui isso são coisas valoradas como positivas – por dentro dos campos de disputa política, social, epistemológica, etc. (WALSH, 2013). Nesse sentido, compõe o mundo, disputa os significados e constrói a possibilidade de outras realidades. A pedagogia aqui se estende e se alastra por todos esses campos diversos, para muito além da escola, também pelo processo da disputa. Se o sistema moderno+colonial+capitalista+heterocispatriarcal lança suas garras por todos os campos das nossas vidas, a disputa precisa estar lá em todos esses campos. Além disso, acho importante a marcação de que aqui não cabe a fragmentação, no sentido de entender que as imposições desse sistema se dão por ordem de raça, gênero e classe – obviamente que não apenas nessas *categorias* –, e que essas *categorias* servem nesse mundo como meio organizador da realidade. Isso significa dizer que não há apenas demandas específicas – mesmo que elas existam –, mas todas as demandas são perpassadas por essas questões.

Assim, ao pensar pedagogias decoloniais não nos direcionamos para pensar gênero, raça e classe como recorte, mas como fundamento, como os meios principais de organização do mundo que vivemos. Entendo essa colocação como fundamental, principalmente pelo que ela significa ao pensarmos nossas práticas, táticas, edificações, enfim. Acredito que, por isso, é nesse campo de reflexão-prática que “a decolonialidade nos permite ir transformando todos os âmbitos do viver” (ESPINOSA; GÓMEZ; LUGONES; OCHOA, 2013, p. 408, tradução minha).

Essa discussão toda me leva à Escola Afro-Brasileira Maria Felipa³⁹, aqui principalmente a partir do artigo publicado por Maria Clara Araújo dos Passos e

³⁹ A Escola Afro-Brasileira Maria Felipa se localiza em Salvador, na Bahia. Para saber mais sobre a Escola, disponibilizo alguns links de acesso: ao Instagram (@escolinhamariafelipa – disponível em: [instagram.com/escolinhamariafelipa/?hl=pt-br](https://www.instagram.com/escolinhamariafelipa/?hl=pt-br). Acesso em: 14 jul. 2021), ao Facebook (disponível em: [facebook.com/escolinhamariafelipa/](https://www.facebook.com/escolinhamariafelipa/). Acesso em: 14 jul. 2021), e a página no linktree, que acumula

Bárbara Carine Soares Pinheiro (2021). Na contramão das imposições da colonialidade do saber e poder, que “não admite nenhuma outra epistemologia [para além da eurocentrada] como espaço de produção de pensamento crítico nem científico” (GROSFOGUEL, 2007, p. 35), “as infâncias que anualmente compõem o corpo discente da Escola Afro-Brasileira Maria Felipa veem-se inseridas em um contexto educacional que dialoga com os conhecimentos contra-hegemônicos gestados pelos povos que resistem e reexistem (RIBEIRO, 2017) à Modernidade/Colonialidade” (PASSOS; PINHEIRO, 2021).

Esse movimento a que a Escolinha Maria Felipa se propõe se estende para diversos campos de atuação, baseada na premissa de valorização não apenas das constituições ancestrais europeias, mas com reconhecimento das grandes e fundamentais influências culturais dos povos originários dos territórios que hoje são chamados África, que de tanto outros nomes foi e é chamado por essas comunidades, e dos povos originários dos territórios que hoje são parte do que é chamado Américas, mas que também é nomeado Abya Ayla, Pindorama e mais e mais.

Dessa forma, busca criar processos de garantia de outras culturas infantis possíveis, busca abordar tanto conhecimentos postos como hegemônicos quanto conhecimentos ancestrais amefricanos e indígenas; busca também uma proposta de calendário alternativa e decolonial, que destaca momentos importantes da história do Brasil e que são insistentemente silenciados, além de buscar manter um corpo de profissionais plural e diverso.⁴⁰ A Escolinha Maria Felipa parece ser, então, mais uma existência presente das pedagogias decoloniais como possibilidade potente de criação dum outro mundo.

DECOLONIALIDADE E LINGUAGEM: QUE CAMINHOS JÁ FORAM PERCORRIDOS?

Falando sobre o âmbito acadêmico de modo geral, algumas pessoas vêm discutindo há um tempo algumas possíveis relações entre decolonialidade e

vários links diversos, tanto de matérias e entrevistas quando de uma vaquinha online (disponível em: linktr.ee/MariaFelipa. Acesso em: 14 jul. 2021).

⁴⁰ Essa apresentação toda desse parágrafo se baseia nas discussões do artigo já citado acima, publicado por Maria Clara Araújo dos Passos e Bárbara Carine Soares Pinheiro (2021). Recomendo a leitura completa do artigo, para muitas mais e mais profundas informações.

linguagem (GARCÉS, 2007; MIGNOLO, 2003; TORQUATO, 2020, 2021; VERONELI, 2015, 2019). No fim da minha graduação, quando começo a me aproximar da decolonialidade a partir da professora Cloris Porto Torquato, acabei pensando em possíveis relações da decolonialidade com a linguagem, já que me encontrava dentro dos cursos de Letras. Sigo um caminho, naquele momento, que na verdade se assemelha muito com o caminho que essa relação decolonialidade-linguagem vem tendo no meio da academia. O caminho mais conhecido tem sido o de justamente pensar nas hierarquizações que alocam as diferentes línguas em diferentes lugares. Contudo, de fato há algumas pessoas fazendo outros caminhos possíveis. O que me provoca a pensar nessas relações hoje não é mais o de discutir apenas as hierarquizações – pois acho que disputar isso é também fundamental –, mas o caminho de disputar o próprio sentido de linguagem. Cloris também é quem me abre os sentidos para essa possibilidade.

É comum que, dentro desse campo de discussão, a disputa do sentido de o que é linguagem fique de lado. O que é curioso, pois língua como a entendemos hoje é um conceito que necessariamente foi e continua sendo fundamental para a colonialidade se constituir e se manter.

Linguagem parece ser algo tão natural que, em determinado momento, deixa de ser pensada, chegando à naturalização também de algumas noções constituídas a partir dessa ideia. Por isso, faço a marcação aqui de entender como pouco interessante a diferenciação de língua e linguagem, sentindo essa diferenciação como parte dessa prática de constituição de hierarquias, marcada também na noção de superioridade do “humano”. Passa a se entender que as chamadas “línguas das nações” são hierarquizadas entre si, mas também se hierarquizam as linguagens diferentes, a partir do lugar de privilégio da linguagem verbal. Além disso, se cria uma falsa ideia de que há homogeneidade dentro duma “mesma língua” – como se “língua portuguesa” fosse una, homogênea, e não múltipla, plural.

A própria separação das línguas a partir dos povos do mundo – e aqui separados a partir da ideia moderna+colonial+capitalista+heterocispatriarcal de nações⁴¹ – inaugura noções de que a língua é propriedade. Sendo propriedade, nesse mundo de capital isso significa poder comprar a posse dessa língua (o que

⁴¹ Digo isso reconhecendo que o processo de definição de um determinado território por fronteiras e de uma determinada língua correspondente e única dentro desse espaço territorial, o que produziria a ideia de unidade e universalidade de um povo, é localizada no século XV nas movimentações de centralização monárquica. É o contexto das formações dos Estado-nação. (LEAL, 2018)

não significa ser capaz de produzir sentido nessa língua, mas ter documentos que te afirmem “fluyente”), mas também significa poder despossuir o outro da língua dele (e aqui por processos silenciadores, invisibilizadores, etc.).

Mas não só isso, pois me parece também que, se é posse, há quem entenda que tem poder sobre a “propriedade”, ou seja, sobre o “direito da língua”, regulando o que é ou não válido. Num processo de decolonização da linguagem, deixamos de entender língua como posse, mas como constituidora. Sendo assim, a linguagem não é na verdade algo que possuímos, mas é o que somos.

Dentro desse campo de discussão da decolonização da linguagem e da educação linguística, Cloris Torquato nos diz que

minha proposta para um pensar-fazer da decolonização da educação linguística é a de juntar a perspectiva da linguagem como valor/visão de mundo com a proposta de desregulamentação da linguagem, de Signorini. [...]. Ela enfoca as ações e agência de falantes, leitoras/es/os e escritoras/ies/es e como essas pessoas lidam com as padronizações, por não conhecerem usos e formas prestigiadas e por ousarem desafiar os padrões para se posicionarem dentro das interações. (TORQUATO, 2021, p. 490, tradução minha)

Esses processos de desafiar os padrões são, então, uma das maneiras desobedientes de romper com regulamentações linguísticas que produzem os mais diversos processos de silenciamento. Nesse sentido, essas imposições todas articulam a manutenção de uma prática em sala de aula, mas que extrapola e muito esse espaço, de negação da validade de determinadas linguagens que escapam ou que negam a norma. Essa negação da validade não é uma negação da língua pura e simplesmente, mas de tudo que a linguagem carrega consigo – corpo, espiritualidade, identidades, enfim.

DAS PRÁTICAS DA DESOBEDIÊNCIA

Venho fechar esse capítulo pensando em desobediência, pois é também um caminho que venho tentando trilhar. Uso dessa terminologia durante o capítulo todo. Acho que paro muito para pensar em quais são as táticas para que outra coisa seja possível. Enquanto pessoa transvestigênera que se cria dentro dos movimentos sociais, sei que a pluralidade de táticas possibilita diferentes formas de atuar e disputar as questões e apresentar as demandas. E isso é fundamental, já que de

fato a gente vem pensando aqui durante esse texto todo na possibilidade do dissenso como o processo da pluralidade.

Fiquei muito tempo pensando que muitas dessas referências poderiam estar tranquilamente no subcapítulo anterior, no campo das pedagogias decoloniais. Mas esses projetos não foram nomeados como decoloniais por si mesmos. E a não nomeação da decolonialidade dentro desses projetos, proposições etc., podem passar por várias questões. E aí volto para a reflexão de que, se não se nomearam assim, sou eu quem vou nomeá-los? Não sou. A complexidade é que, querendo ou não, quando chamo essas movimentações de *desobedientes*, acabo marcando elas dentro de uma classificação. A linguagem é uma coisa doida, né?!

Me encontro muito em Thiffany Odara (2020), quando leio a “Pedagogia da Desobediência”, e ela diz que “as escritas aqui apresentadas são de uma enorme desobediência, a atropelar a lógica do silêncio que nos foi imposta durante muito tempo” (ODARA, 2020, p. 17). Me ecoa Jota Mombaça (2021), que diz que “nomear a norma é o primeiro passo rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência, porque a norma é o que não se nomeia, e nisso consiste seu privilégio” (MOMBAÇA, 2021, p. 75). Nesse sentido, a tomada do poder da nomeação é “obrigar o normal a confrontar-se consigo próprio, expor os regimes que os sustentam, bagunçar a lógica de seu privilégio, intensificar suas crises e desmontar sua ontologia dominante e controladora” (MOMBAÇA, 2021, p. 76).

Passo a chamar aqui essas práticas que me constroem na busca de me articular na destruição desse mundo moderno+colonial+capitalista+heterocispatriarcal como práticas da desobediência. Na construção da destruição também construímos outras coisas, mas tento sempre me manter no lugar de “resistir ao desejo de projetar, desde a ruína deste, aquilo que pode vir a ser o mundo que vem” (Jota MOMBAÇA, 2021, p. 82).

Protejo minha recusa da criação/proposição de receitas de práticas não-violentas. A recusa passa, principalmente, pelo fato de reconhecer que o processo de tentativa de leitura crítica do contexto em que circula é fundamental para uma atuação e prática diferentes do que temos hegemonicamente hoje, potencialmente falando. Potencialmente falando, pois algumas atenções são também fundamentais. Acho que alguns erros táticos comuns dentro dos campos escolares é pressupor que ler o mundo a partir de determinadas visões críticas significa necessariamente produzir outras possibilidades de organizar o mundo. Isso é, de fato, um grande

mito. Ler o mundo de maneira crítica pode possibilitar produções como as desses PLs apresentados neste trabalho. E com isso não estou defendendo que não trabalhem com leituras críticas do mundo. Só aponto que não podemos partir de pressupostos de que essa leitura de reconhecimento das normas modernas+coloniais+capitalistas+heterocispatriarcais coloca a pessoa leitora nas movimentações contrárias a esses regimes. Isso é importante pois reconhecemos assim que, na verdade, muitas das pessoas que produzem contra nós são conscientes dos ordenamentos do mundo, e justamente por serem conscientes mobilizam muito bem esses ordenamentos.

Enfim, retomando, essa questão da produção de “receitas” ou “manuais”, e aqui olhando também para “gramáticas” muito fechadas, acabam justamente reproduzindo as mesmas práticas homogeneizadoras e criadoras das normas. Ou seja, é um questionamento então sobre essas “receitas prontas”, essas práticas estáveis, porque me parece que as imposições da modernidade+colonialidade+capitalista+heterocispatriarcal partem justamente da noção da estabilidade do universal⁴².

E a gente volta novamente – a circularidade, né?! – para as noções da linguagem como ideologicamente formada e construída nos processos de disputa. Me lembro de bell hooks, quando ela diz:

Refletindo sobre as palavras de Adrienne Rich, sei que não é a língua inglesa que me machuca, mas o que os opressores fazem com ela, como eles a moldam para transformá-la num território que limita e define, como a tornam uma arma capaz de envergonhar, humilhar, colonizar. (HOOKS, 2017, p. 224)

E antes que eu possa pensar ou dizer qualquer outra coisa, vou direto para Gloria Anzaldúa; esse movimento é também curioso pois bell hooks também segue para Gloria Anzaldúa em seu texto, mesmo que para um outro excerto. Quando leio esse momento de bell hooks, vou para a reflexão da linguagem como criadora+construtora da realidade:

⁴² Chamo a atenção para o entendimento de que com isso não quero negar o trabalho que tantas pessoas tiveram e têm de tentar produzir sistematizações que podem ter funções em determinados contextos, às vezes sendo fundamentais. Em 1992, por exemplo, é lançado o “Diálogo de Bonecas”, o primeiro dicionário impresso de Pajubá/Bajubá: “no final do ano de 1992 em uma das reuniões da ASTRAL [...] na sede do instituto ISER, as travestis decidiram lançar um dicionário com o bajubá diário a fim de ajudar as meninas que viviam da prostituição noturna a se defender dos ataques, seja da sociedade ou da polícia à época.” (SILVA, 2021, p. 35). Esse mundo é um espaço de guerra e sobrevivência. Acredito que é um caminho de usar das ferramentas que temos disponíveis, ao mesmo tempo em que eu sinto, de verdade, que podemos ir também buscando outros caminhos – e sei que estamos fazendo isso.

Para um povo que não é espanhol nem vive em um país no qual o espanhol é a primeira língua; para um povo que vive num país no qual o inglês é a língua predominante, mas não é *anglo*; para um povo que não pode se identificar inteiramente nem com o espanhol padrão (formal, castelhano) nem com o inglês padrão, que recurso lhe resta senão criar a própria língua? Uma língua com a qual eles possam conectar sua identidade, capaz de comunicar as realidades e valores verdadeiros para eles mesmos – uma língua com termos que não são nem espanhol ni inglês, mas ambos. Nós falamos um patoá, uma língua bifurcada, uma variação de duas línguas. (ANZALDÚA, 2009, p. 307, grifo meu)

As relações mentais que a gente faz são incontroláveis, mas imagino que acabo fazendo esse caminho num processo de pensar linguagem e práticas desobedientes, entendendo que apesar da violência sistêmica há a movimentação de resistência, mas muito além dela há a movimentação da criação de outras coisas.

Há, por exemplo, o pretuguês, conceitualizado por Lélia Gonzales (1979a; 1979b), uma produção negra de desobediência e disputa de valores e sentidos da língua portuguesa eurobranca imposta na colonização; há pajubá⁴³, linguagem criada e usada por travestis e outras identidades desobedientes de gênero, principalmente negras, desse lugar chamado Brasil; com aglutinações de diversas línguas como quimbundo, nagô e mais, é linguagem que surge “como forma de resistência por bixas, sapatonas e travestis, seja para que o *alibã* não entenda que dele estamos falando, seja quando contamos um *bafo* ou quando falamos mal da *tia*” (LUSTOSA, 2016, p. 392, marcações da autora). Há, com certeza, infinitas outras dessas construções, que surgem como meio de resistência, mas principalmente como meio de se comunicar em outras línguas, para além; é manutenção de memória, história, sentidos e valores diversos.

⁴³ O reconhecimento do pajubá enquanto uma língua de disputa e anticolonial é fundamental, ao mesmo tempo em que é necessária a discussão proposta por Gabriel Nascimento na plataforma Guia Negro sobre as tentativas de apropriação e esvaziamento dessa linguagem. (Disponível em: <guianegro.com.br/o-problema-com-o-pajuba/?v=1e7e8b26a7f5>. Acesso em 3 jan. 2022).

CONSTRUÇÃO DA CISGENERIDADE COMO NORMA

ele diz que Ser
 não passa pela tal *diferença sexual*,
 então me diz, meu véi
 porque que pra ser Humano,
 tem que ser mulher-buceta ou homem-pau?

que se fodam essas velhas onto-logias
 robóticas
 precisamos de *outra* ótica
desconstruir essa lógica
 binária
 de ter que escolher
 entre ser e não-ser.
 homem, mulher

chega!
 já estamos do-*entes*
 e dessa onto-logia ainda vamos *pere-ser*.
 e não me venha com esse papinho
 displicente,
 de que você s-ente
 autenticidade nessa logicidade
 de ser ou que lhe restou,
 um destino que alguém (quem?)
 pra ti, programou.

desertando, prefiro seguir continuando
 meu caminho *trilhando*,
 sem nunca saber aonde estou chegando...

no delírio,
 que *alívio!*
 outros ares.
 melhor que sua atmosfera pesada,
 desse ser sério, sem sorrisos,
ontologias de necrotério.
 esse fedor,
 o do ser-bolor
 e/u sinto de longe,
 em primeira instância
 e com o nariz tampado
 e/u passo à distância.
 [...]
 - abigail Campos Leal

Não existia a possibilidade de construir este trabalho sem toda essa discussão anterior. Esta escrita é o que ecoa em mim, na minha vida, na minha corpa+mente+espírita e que me fortalece para poder seguir.

Há um acúmulo de discussão decolonial pois foi com a decolonialidade que consegui começar a entender que a multiplicidade é possível. Há acúmulo de tanta discussão desobediente pois foi aí que consegui entender que o que fazia sentido

para eu seguir como caminho era o próprio caos, a própria confusão e o des+encontro, não o contrário disso.

Gênero, racialidade e classe estão absolutamente intrincados; falando especificamente de pessoas trans*, e dos movimentos de pessoas trans* no Brasil, é inconcebível falar sobre uma das questões e não falar sobre outras. Jovanna Baby, reconhecidamente pioneira matriarca do movimento de travestis no Brasil⁴⁴⁻⁴⁵ juntamente de Beatriz Senegal, Elza Lobão, Monique Du Bavieur e Claudia Pierry, são travestis negras. A própria corrente teórico+prática+política que são os transfeminismos possui diversas pontes e relações com os feminismos negros. Além disso, quando falamos sobre os assassinatos de pessoas trans* no Brasil, é fundamental a marcação de que

uma pessoa trans apresenta, pelo menos, nove vezes mais chances de ser assassinada do que uma pessoa cisgênera. Porém, essas mortes acontecem com maior intensidade entre travestis e mulheres transexuais, principalmente contra negras, assim como são as negras as que têm a menor escolaridade, menor acesso ao mercado formal de trabalho e a políticas públicas. (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 49)

Além da racialidade, gênero e classe são também fundamentais. Segundo a Dossiê da ANTRA de 2021, “em 2020, todas as vítimas [de violência transfóbica] eram pessoas que expressavam o gênero feminino” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 50) (transfeminicídio). E ainda, de acordo com o gráfico de situação laboral da população transfeminina, 90% se encontram na prostituição, 4% no mercado formal de trabalho e 6% na informalidade (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 45):

Com aumento de pessoas em situação de vulnerabilidade social e de miseráveis, a crise econômica, a política e aumento do desemprego, acreditamos que se mantém atual a estimativa de que apenas 4% da população transfeminina se encontra em empregos formais, com possibilidade de promoção e progressão de carreira. Da mesma forma, vemos que apenas 6% estão em atividades informais e subempregos, mantendo-se aquele que é o dado mais preocupante: 90% da população de travestis e mulheres transexuais utilizam a prostituição como fonte primária de renda. [...]. No caso de homens trans e pessoas transmasculinas, temos uma dificuldade maior no levantamento de dados, devido à invisibilidade. Em geral, a escolaridade desta parcela da população é inversamente proporcional à baixa escolaridade das travestis e mulheres transexuais.

⁴⁴ Para mergulhar em um pouco da infinidade do que Jovanna tem para compartilhar, ver o livro publicado por ela intitulado: “**Bajubá Odara**: resumo histórico do nascimento do movimento de travestis e transexuais do Brasil” (SILVA, 2021).

⁴⁵ “Para termos consciência de quem somos precisamos de memória, de ter conhecimento de nossa história, de onde viemos, de que a nossa população lutou, e morreu, para que tivéssemos os mínimos direitos dos quais hoje gozamos” (JESUS, 2019).

Estimamos que pelo menos 80% dessa população tenha concluído o ensino médio e seja a maior parcela da população trans nos empregos formais, com índices superiores a 70%. Não há dados sobre o percentual de homens trans que estejam atuando na prostituição. Em geral, eles acabam optando pelo atendimento em privês e locais que promovem uma maior sensação de segurança. (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 44-45)

Repito o que disse em momentos anteriores neste texto: a branquitude e a cisgeneridade são algo como irmãs reguladoras das violências desse mundo, se autoalimentam nas produções de morte. Genocídios da colonialidade, desde o apagamento da possibilidade de existência, das infinitas expulsões, à morte física.

Apesar do Brasil e apesar das violências incontáveis que esse país e o projeto de mundo que ele carrega lança sobre as nossas corpas, as mobilizações trans* seguem produzindo alternativas. Entendo aqui como uma das produções alternativas transvestigêneres as disputas dentro dos campos da produção de saber. Entendendo a academia como um espaço de poder que por muito tempo seguiu produzindo discursos e práticas que tentavam colocar pessoas trans* como objetos de estudo, como seres fetichizados, e que produziu narrativas sobre as nossas vidas e experiências de forma medicalizadora, patologizadora e criminalizadora, as movimentações transvestigêneres dentro desse espaço se apresentam também como um processo de retomada da possibilidade de falar sobre si e por si.

Ainda que grande parte delas [as demandas sociais do movimento de pessoas trans*] seja compartilhada com o movimento feminista mais amplo, seus problemas guardam também relação estreita com a questão da ilegitimidade de suas relações com corpo, sexo e gênero, fazendo da busca pelo reconhecimento – pela legitimação dessas relações – ponto nodal de suas ações (PALHA, 2021, p. 38)

Quando falo dessa disputa dentro desse campo acadêmico, que necessariamente se articula com a vida e o mundo, penso nas nossas propostas de disputa de sentido. Por exemplo, os conceitos de cisgeneridade e seus derivados, cisnormatividade e cissupremacia.

Estou pensando cisgeneridade aqui junto de Letícia Carolina do Nascimento, que nos diz que

o conceito de cisgeneridade é capaz de estabelecer um paralelo crítico ao das transgeneridades, revelando que, apesar de todos os gêneros passarem por um processo de materialização a partir de práticas discursivas sobre o sexo, os corpos cis gozam de um privilégio capaz de coloca-los em uma condição natural, como sexo/gênero real, verdadeiro, na medida em que as transgeneridades são caracterizadas como uma produção artificial e falseada da realidade cisnormativa. [...]. O conceito de cisgeneridade convida as pessoas cis a se colocarem diante de um espelho para que mirem a si

mesmas e percebam que seus gêneros são tão artificiais e produzidos como os das pessoas trans. (NASCIMENTO, 2021, p. 97)

Nesse sentido, cisgeneridade surge também como meio de nomear as corporalidades que, num movimento comparativo+diferenciador, se autodeterminavam como corporalidades normais, naturais, colocando as corporalidades transvestigêneres nos campos da patologização e da criminalidade. Isso significa que a produção da categoria “cisgeneridade” é menos ou nada, uma tentativa de criar uma identidade cisgênera, sendo na verdade uma tática de criar formas para se referir a identidades de gênero que são, no geral, nomeadas a partir de termos como “biológico”, esse especificamente com raízes na literatura médica, e “de verdade” (VERGUEIRO, 2016) – homem biológico/homem de verdade, mulher biológica/mulher de verdade. É, então, categoria analítica; é meio de romper com a cristalização da ideia de um corpo que é natural, o que seria a ideia de um corpo cisgênero, e de um corpo oposto, plástico e antinatural, que seria a ideia de um corpo trans*. Entendo com isso que essa é uma prática não da marcação das nossas corporalidades como naturais, mas um chamamento pelo reconhecimento da não-naturalidade das construções de todos os corpos, o reconhecimento da não-naturalidade das corporalidades cisgêneras, que são tão construídas quanto as nossas. Contudo, o reconhecimento da não-naturalidade não é caminho para descredibilização das construções das identidades todas, sendo, na verdade, caminho para a compreensão de que é no campo do social, da linguagem, do discurso, da ideologia, enfim, que produzimos o mundo.

Tentando aprofundar, uma das disputas que entramos com as questões transvestigêneres postas na mesa é o tensionamento desse simbolismo do gênero que reiteradamente tenta emplacar e impor a relação direta da genitália com a identidade de gênero e a performance.

Letícia Carolina ainda nos diz que o conceito é formulado nas críticas às noções deterministas+essencialistas, que são compulsoriamente atribuídas às pessoas a partir do sexo supostamente biológico. Essa atribuição compulsória é fruto da compreensão duma biologia neutra, como cientificamente comprovada a partir de pura observação não ideológica⁴⁶ – como se isso fosse possível. Nesse

⁴⁶ “Apesar de tantas mudanças de paradigmas e da maior presença de pessoas gênero-diversas “obtendo novas formas de falar de suas próprias experiências” (ibidem), a autodeterminação de pessoas de gêneros inconformes ainda pode ser considerada um direito extremamente precário, e nem sempre reconhecido de maneira plena. A partir de uma perspectiva eminentemente acadêmica,

sentido, os transfeminismos propõem também “reposicionar a relação entre gênero e sexo sem uma suposta equivalência e, principalmente, sem a cisão antagônica entre natureza e cultura” (NASCIMENTO, 2021, p. 87).

Nas produções transfeministas há, então, movimentações de disputa de um discurso supostamente científico que embasa as produções patologizadoras e criminalizadoras das identidades e corporalidades transvestigêneres:

a construção analítica de cisgeneridade – um processo discursivamente resistente – é fundamentada sobre a percepção de que conceitos sobre corpos e identidades de gênero são constituídos (não somente, mas necessariamente) a partir de distintos contextos socioculturais – contextos ainda múltiplos, apesar dos projetos, esforços e dispositivos coloniais eugenistas e etnoculturocidas –, e assim esta construção analítica deve ser maleável e abrangente o suficiente para enfrentar criticamente toda epistemologia, metodologia e proposta política+sociocultural colonialista. (VERGUEIRO, 2015, p. 45)

Nesse movimento, a disputa se dá também na busca por um “processo genealógico crítico sobre diversidades corporais e de identidades de gênero” (op. cit.), num caminhar de não apagamento e reconhecimento de outras formas não ocidentais de compreensão e construção das corporalidades, não fundamentadas nas bases binárias do sistema sexo/gênero. É o reconhecimento de que as próprias perspectivas hegemônicas são também produzidas em contato com outras diversas perspectivas não-hegemônicas, que sobrevivem aos incontáveis ataques modernos+coloniais+capitalistas+heterocispatriarcais. Então, ao pensar a cisgeneridade, mas também a cisnormatividade, há a necessidade do reconhecimento “destes projetos coloniais como limitadores e desumanizadores de um amplo espectro de corpos, identificações e identidades de gênero não normativas, para muito além dos conceitos ocidentalizados de gênero” (op. cit., p. 48).

E, para dar continuidade a essa discussão deste capítulo, caminho pelas proposições de Viviane Vergueiro também sobre a categoria cisgeneridade, mais especificamente sobre três aspectos que constituiriam então a cisnormatividade, sendo eles a **pré-discursividade**, a **binariedade** e a **permanência dos gêneros** (VERGUEIRO, 2015).

Serano (2007) aponta: Até agora, discursos sobre transexualidade têm invariavelmente dependido de linguagem e conceitos inventados por pessoas médicas, pesquisadoras e acadêmicas que fizeram das pessoas transexuais seu objeto de estudo [...]” (VERGUEIRO, 2015, p. 50)

Essa reflexão passa por pensar a cisgeneridade, as identidades de gênero não nomeadas por serem entendidas como naturais, a partir do lugar da norma e como parte da regulação das corporalidades e subjetividades das existências humanas, sempre em relação com raça, etnia, classe, religiosidade etc. Dessa forma, pensar cisgeneridade significa necessariamente pensar nas imposições e heranças coloniais europeias e em como, a partir disso, passou a se compreender a cisgeneridade como o que há de natural e normal (VERGUEIRO, 2015).

É nesse sentido que os três aspectos propostos por Viviane Vergueiro entram aqui como formas de compreender a construção e manutenção da cisgeneridade como norma nesse mundo ocidental. Assim, a pré-discursividade seria a noção de que há características corporais, que independente de autopercepção ou de outras questões socioculturais, poderiam objetivamente definir sexos-gêneros de diversos seres. É a noção da fisiologia como campo definitivo e definidor das corporalidades.

A binariedade passa, então, pela compreensão de que se há a possibilidade de objetivamente definir as corporalidades, essa definição passa necessariamente pelas alternativas macho/homem e fêmea/mulher. Nesse sentido, toda uma diversidade corporal existente se restringe à marcação de ser inteligível a partir dessas duas únicas alternativas, que direcionam necessariamente para as imposições do que significa viver a partir dessa compreensão.

Por fim, a permanência de gênero passa pela compreensão de se existir uma relação direta entre o que é fisiológico, o que é psicológico e a uma das duas categorias de inteligibilidade de gênero. Essa imposição da necessidade de uma suposta coerência reforça a noção da naturalidade e da normalidade, numa noção de linearidade objetiva.

Dessa forma, a partir dessa passagem por esses conceitos propostos por Viviane Vergueiro, mas também pelas proposições de Dodi Leal (2018), compreendo o conceito de cisnormatividade como a maneira de dizer das construções sociais, culturais e históricas que colocam a cisgeneridade e a performatividade cisgênera num campo de normatividade hegemônica, hierarquicamente superior às performatividades transvestigêneras.

CONSTRUÇÃO DA CISNORMATIVIDADE NOS EMARANHADOS DA POLÍTICA, DA RELIGIÃO, DA ESCOLA E DA LINGUAGEM

É inegável como o sistema educacional se constrói de maneira excludente. Falando especificamente das corporalidades transvestigêneres⁴⁷, o processo de expulsão é gritante⁴⁸, ainda muito cedo, e é também articulado com o processo recorrente de expulsão familiar (BUSIN, 2015), a que incontáveis pessoas transvestigêneres são submetidas. Todas essas violências não cessam seja essa pessoa aluna ou professora, mesmo que aconteçam de maneiras diferentes. Também são essas violências que marcam as possibilidades; mais precisamente, as negações dessas possibilidades, de permanência nos espaços educacionais.

Devido ao processo de exclusão familiar, social e escolar, como já mencionado em diversas ocasiões e em pesquisas anteriores, estima-se que 13 anos de idade seja a média em que travestis e mulheres transexuais sejam expulsas de casa pelos pais (ANTRA, 2017) - e que cerca de 0,02% estão na universidade, 72% não possuem o ensino médio e 56% o ensino fundamental (Dados do Projeto Além do Arco-íris/Afro Reggae). Essa situação se deve muito ao processo de exclusão escolar, gerando uma maior dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho e deficiência na qualificação profissional causada pela exclusão social (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 43)

Os processos recorrentes de expulsão familiar e escolar “implica, muitas vezes, além de suas dimensões afetivas, em um corte na possibilidade de algum tipo de base econômica, que comumente força jovens trans*, principalmente travestis, a uma iniciação cedo na prostituição e a muitas vezes viver em situação de rua” (IAZZETTI, 2021, p. 236). Brume Iazzetti ainda nos apresenta dados do

⁴⁷ O conceito “transvestigênera” é proposta de Indianarae Siqueira e Erika Hilton, em 2016. (Disponível em: <facebook.com/indi.siqueira/videos/453759098142237>. Acesso em 20 ago. 2021)

⁴⁸ Em estudo realizado pelo Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), organizado por Sayonara Nogueira e Andreia Cantelli (2020), em que a proposta era analisar como docentes do ensino básico percebiam estudantes lgbtia+ em suas relações com a escola (foram entrevistados 165 docentes), temos dados como: 62,4% percebe que estudantes lgbtia+ não sentem segurança no ambiente escolar, tendo o banheiro como o espaço que mais gera insegurança, seguido das áreas externas da escola. 36% das respostas dizem perceber que acontecem faltas por insegurança e/ou constrangimento. Sobre as violências, 90% responderam já terem presenciado violência verbal e 10% afirmam já terem presenciado violência física; dessas violências, 36% delas seriam de boatos maliciosos ou mentiras, 32% seriam processos de exclusão, 19% seriam cyberbullying, 7% citaram assédio sexual e 6% dizem de pertences roubados ou danificados. 55% das respostas afirmam que a escola não tomou providências frente às violências. Ainda no mesmo estudo, quando perguntado sobre como estudantes transvestigêneres eram tratadas/es/os na escola, há alguns relatos sobre não respeito ao uso de nome social, e muitos relatos sobre como o uso de banheiro de acordo com a identidade de gênero não acontece em boa parte das instituições. Há também relatos de exclusão de estudante trans* das atividades pedagógicas.

Mapeamento das Pessoas Trans no Município de São Paulo (CEDEC, 2021)⁴⁹, que apontam que

32% das autodeclaradas travestis viviam em situação de rua, contra 16% das pessoas trans* como um todo. Ao mesmo tempo, embora haja discrepâncias de gênero, é necessário pontuar que a saída cedo de casa movida por conflitos e expulsões é compartilhada entre transmasculinidades, transfeminilidades e não-binaridades, embora essa violência seja distribuída de modos distintos – no caso das transmasculinidades, por exemplo, são mais comuns os relatos de cárcere privado, quando comparado as transfeminilidades. (IAZZETTI, 2021, p. 236)

Tarcia Regina da Silva (2017) diz que é na educação infantil, na primeira etapa da educação básica, que vários processos são fundamentados⁵⁰. Me parece que alas conservadoras do campo social partilham dessa compreensão, mesmo que nós e eles usemos essa compreensão de formas diferentes. Enquanto nossa busca é pela possibilidade de uma educação que não viole e expulse, muitas dessas alas conservadoras se mobilizam a partir da compreensão da fundamentação dessas bases para manutenção das normas.

É através de muita luta e mobilização que temos hoje um número maior de professoras/ies/es lgbtia+, mais especificamente de transvestigêneres. Sabemos a que violências fomos e continuamos sendo submetidas e principalmente para que tentemos evitar que essas violências continuem se mantendo é que nos articulamos na luta pela transformação do espaço educacional. Por outro lado, campos conservadores afirmam de forma caluniosa que o que queremos é “fazer crianças virarem lgbtia+”. Esse delírio parte de alguns pressupostos como, por exemplo, a própria noção de que todas essas crianças são cisgêneras e heterossexuais, como se a dissidência sexual e desobediência de gênero não fizessem parte das

⁴⁹ Brume ainda aponta em nota de rodapé que: “a pesquisa foi uma das primeiras realizadas em larga escala no país, com 1788 entrevistas ao todo. Vale ressaltar, no entanto, que o modelo “bola de neve” adotado, a partir de eventos LGBTI+ e centros de referência, tendeu a concentrar as respostas em mulheres trans e travestis. Além disso, grande parte dos homens trans e pessoas não-binárias entrevistadas eram pessoas brancas”.

⁵⁰ Tarcia Silva (2017) fala especificamente da construção e valorização da identidade da criança negra, e trago essa reflexão para pensar a construção e valorização da identidade de crianças lgbtia+, mais especificamente aqui de crianças trans*. Para mais discussões sobre infâncias trans*, indico como leitura as produções da psicóloga e doutoranda em psicologia social institucional (UFRGS) Sofia Favero:

FAVERO, Sofia. **Crianças trans: infâncias possíveis**. Salvador: Editora Devires, 2020b.

SCHIAVON, Amanda; FAVERO, Sofia; MACHADO, Paula. A ciência que vigia o berço: diferentes leituras de “saúde” frente a crianças trans e crianças intersexo. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 3. 2020.

FAVERO, Sofia. Descisgenerar a psicologia: registros sobre a patologização de infâncias LGBTs. *In*: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Boletim: Universais e Interdependentes**. v. 1. n. 3. ago. 2020c.

subjetividades infantis. E eu acredito de fato que esse pressuposto é muito bem reconhecido, não se parte dele de forma inconsciente. Kennedy e Hellen, em citação de Jaqueline Gomes de Jesus (2013), “apontam para a suspeita de que o silenciamento sobre a realidade das crianças que vivenciam a transgeneridade seja uma estratégia de supressão das vivências subjetivas dessas crianças, decorrente de visões estereotipadas sobre gênero (cissexismo) e do preconceito contra a população transgênero (transfobia)” (JESUS, 2013, p. 3).

Preciso dizer que não acredito e não produzo essa escrita pensando em lugares de bondade ou maldade, como se existisse necessariamente heróis e vilões dentro do campo social. Essa discussão toda parece importante de ser feita, pois acredito na relevância de fazer a marcação de que não há em essencialidade e em completude nada bom ou ruim. Para além disso, marcar também que práticas racistas, etnocidas, lgbtiafóbicas, machistas etc. não precisam ser combatidas por serem *más*, mas por serem reguladoras do modo moderno+colonial+capitalista+heterocispatriarcal de operar, re+construtoras dessa realidade de violência, opressão e extermínio. Lembro de Paulo Freire, que nos diz que “há um sem-número de educadores de boa vontade, que apenas não se sabem a serviço da desumanização ao praticarem o ‘bancaísmo’” (FREIRE, 2020, p. 85). Daí a fundamental importância de repensarmos nossas práticas e continuarmos sempre caminhando com formação.

Enfim, essas criações delirantes, que na realidade servem à manutenção da cissupremacia e da cis+heteronorma, se articulam em projetos como o “Movimento Escola Sem Partido”, se espalham através de discursos contrários à “ideologia de gênero” e, mais recentemente, em “defesa de um ensino das normas da língua portuguesa e contra o trabalho com linguagem neutra”. São projetos conservadores+fundamentalistas que potencializam as vulnerabilidades e as violências a que somos recorrentemente submetidas.

Digo que são conservadores+fundamentalistas no reconhecimento de que essas mobilizações se dão necessariamente a partir da noção de que a forma de viver e experienciar o mundo cristã+fundamentalista é a única válida, e que por isso se produzem políticas que buscam o apagamento de qualquer outra possibilidade, políticas essas que tomam uma leitura específica dos textos bíblicos como base fundamental e exclusiva de referência.

E essa discussão me chama logo aos PLs de que falei um pouco anteriormente, e agora sinto que acabo parando neles para discutir de forma mais direta; são o PL 117/2021 (proibição de “linguagem neutra”) e o PL120/2021 (proibição de ideologia de gênero nas escolas), apresentados na câmara de Ponta Grossa.

O PL que propõe a proibição de ideologia de gênero não tem nada de novo e segue nos mesmos moldes das discussões que já se apresentavam nas propostas do MESP, “Movimento Escola Sem Partido”, mas também anteriormente a esse movimento, proposto por grupos conservadores+fundamentalistas.

Recentemente, com a intensificação da violência colonial expressa no conservadorismo moral y no fascismo, temos assistido a uma proliferação intensa de discursos e narrativas que evocam a assim chamada “ideologia de gênero”. Segundo essa narrativa, a “ideologia de gênero” seria um bloco ideológico, coeso e articulado que, mediante um conjunto difuso e amplo de ativistas e militantes de diferentes causas sociais (feministas, lgbtqia’s, movimento negro, anarquistas, comunistas, sindicalistas, professores, movimentos sociais...), estaria sendo imposto à população em geral, e às crianças em específico, com o intuito de doutriná-las e converte-las em favor da causa feminista e lgbtqia. Entretanto, percebemos que essa narrativa não só é delirante, como é também perniciososa, porque ela não apenas inventa uma “doutrinação” que não existe – a suposta doutrinação feminista e lgbtqia – como mascara e dissimula uma doutrinação milenar real e em curso, a saber, a imposição do binarismo de gênero y da heterossexualidade compulsória. Aliás, que o termo “doutrinação” – de origem religiosa e teológica – seja utilizado para falar da suposta doutrinação feminista e lgbtqia, mas não da doutrinação cis-heterossexista, é sintomático dessa perniciosidade, dissimulada por trás dessas narrativas. (LEAL, 2021, p. 79)

Nesse sentido, preciso pontuar aqui que entendo que “ideologia de gênero” enquanto essa mobilização conservadora e fundamentalista, sempre foi de forma bastante específica sobre a tentativa de negar ainda mais a presença e os direitos de pessoas transvestigêneres dentro do campo educacional. É um processo de articulação e aprofundamento da nossa expulsão (que já acontece), sendo aluna/e/o ou sendo professor/a/e.

Retomando alguns movimentos nacionais, que com certeza dialogam com essas propostas, lembro que Bolsonaro começou a ganhar um alcance maior lá pelos anos de 2010/2011 e adiante, quando participava de programas de TV como SuperPop⁵¹⁻⁵²⁻⁵³⁻⁵⁴ e CQC⁵⁵⁻⁵⁶, ainda enquanto deputado federal do Rio de Janeiro,

⁵¹ <youtu.be/6sow6kb_2Hk>

⁵² <youtu.be/qGMaxy8305o>

⁵³ <youtu.be/9JAYXudKaNI>

surgindo como um “deputado polêmico” por repetidamente dar declarações racistas e lgbtíficas, buscando alcance midiático para denunciar uma suposta distribuição de “kit gay” nas escolas, se referindo ao projeto “Escola sem Homofobia”, que foi inclusive vetado pela ex-presidenta Dilma Roussef em 2012 (das problemáticas e tensões que enfrentamos inclusive em governos autodeterminados como progressistas).

Esses eram programas que, com um explícito intuito de “polemizar” – o que na prática era, na verdade, uma busca por uma maior audiência as custas de violência racista e lgbtífica –, colocavam pessoas negras e lgbt+ para compartilhar o palco com Bolsonaro e debater sobre os ataques e violências que ele produzia dentro da política. No geral, os programas (existem outros vídeos além dos que listo aqui) praticavam repetidamente o que Geni Nuñez nomeia de “inversões coloniais”, que resumidamente seria a projeção de estereótipos de violência por parte de grupos hegemônicos em grupos que eles mesmos violentam; também o medo da perda do lugar simbólico, desse lugar hegemônico. Uma produção de perda de direitos imaginária, irreal, que serve como meio “justificador” das violências que esses grupos reacionários operam, alegando legítima defesa. Programas como esses foram responsáveis por alavancar Bolsonaro, sua imagem e o projeto que ele representa, como um messias salvador da branquitude cisgênera e heterossexual, um soldado que lutava pela moral e bons costumes, e que protegeria as crianças da “ameaça dos movimentos lgbt+ e sua perversão”.

Essa arrancada para a fama como “o grande defensor das crianças”, que na verdade era um grande espalhador de fake news e propulsor de violências contra as populações dissidentes sexuais e desobedientes de gênero, segue firme e forte até 2018, quando Bolsonaro era ainda candidato a presidente e foi ao Jornal Nacional ser entrevistado. Ele traz um livro que diz ser parte do “kit gay”⁵⁷, o livro “aparelho sexual e cia”, que sequer foi comprado pelo MEC para distribuição em escolas⁵⁸.

Obviamente Bolsonaro não se banha apenas nas violências contra as dissidências sexuais e desobediências de gênero, mas está encharcado pelas

⁵⁴ <youtu.be/_dKk9VA_88o>

⁵⁵ <youtu.be/aSJsXlkVtq8>

⁵⁶ <youtu.be/Z4CoY_82LAQ>

⁵⁷ Para quem tiver estômago e paciência para ver, segue o link desse momento da entrevista: disponível em: <youtube.com/watch?v=EHVlnLjeq40>. Acesso em: 05 ago. 2021.

⁵⁸ brasil.elpais.com/brasil/2018/08/29/politica/1535564207_054097.html

violências racistas, classistas, etnocidas e machistas, produzindo ativamente esse projeto de mundo moderno+colonial+capitalista+cisheteropatriarcal que foi eleito para manter. Erica Malunguinho nos diz que Bolsonaro não nasceu de um ovo, que é na verdade uma fundição de pactos de opressão; é também um arquétipo do racismo, da homofobia, da misoginia, substanciado por um discurso de segurança pública e autoritarismo.

E aí, surfando na onda de Bolsonaro, em Ponta Grossa esses vereadores e vereadora, componentes da “bancada evangélica” ou “bancada conservadora” pontagrossense, surgem com propostas como essas do PL117/2021 e PL120/2021. Mesmo que no geral, algumas alas da direita mais liberal estejam abrindo mão e abandonando Bolsonaro, essas alas conservadoras seguem ainda firmes nas crenças delirantes da manutenção do Brasil – e estou falando de Brasil realmente como o projeto colonial que foi e continua sendo –, da ordem e progresso, da família tradicional e da moral e bons costumes.

Pensando de forma mais direcionada no PL 120/2021, o da proibição da ideologia de gênero, tenho bastante certeza de que a proposição e retirada dele serviu apenas como meio de chamar essa base desse povo e trazer esse grupo para a defesa das outras propostas.

A proposta não é nova, segue na tentativa de uma proibição do que chamam “ideologia de gênero”, dentro e fora de sala de aula, propondo a proibição de disseminação de “orientação sexual de cunho ideológico e seus respectivos derivados” (PONTA GROSSA, 2021a) e também a proibição “de veiculação ou propagação de conteúdos que contenham orientação sexual que direcione ou desvie a personalidade natural biológica das crianças e adolescentes” (PONTA GROSSA, 2021a).

Adianto que não vou me dedicar em defender que são propostas inconstitucionais, ou que são propostas que escapam aos poderes do legislativo, ou ainda que são criminosas e ilegais, porque de fato não acredito que essa seja uma grande preocupação dessas pessoas.

Essas são algumas das nossas formas de derrubar institucionalmente, burocraticamente, legalmente, enfim, esses projetos. Mas meu intuito aqui é muito mais o de apontar como essas proposições são, na verdade, projetos de manutenção das normas e do sistema. E isso significa dizer que, independentemente da derrubada desses projetos, as reverberações no tecido

social, a circulação desses discursos, já aconteceu e segue acontecendo, e isso tem efeitos nas nossas vidas. Por isso, acabo me atendo aqui muito mais às justificativas dos projetos, pois acredito que é com as justificativas que essas pessoas disseminam também esses discursos no mundo.

Não é possível olhar para o texto do PL 120/2021 sem perceber a tentativa da marcação da norma como normal e neutra, sendo o Outro da norma o único ideológico nessa linha de raciocínio. As pessoas que propõem o projeto dizem, ainda nas primeiras linhas da justificativa, que “a finalidade da proposta é a criação de um sistema educativo sócio pedagógico que possibilite a propagação de conteúdos disciplinares neutros” (PONTA GROSSA, 2021a).

Usam para tentar fundamentar a bizarrice proposta a Constituição Federal, tentando alegar que o que eles nomeiam como “ideologia de gênero” fere inclusive a laicidade do Estado, acusação que vem de pessoas que estão tranquilas com os inícios de sessões da câmara que seguem sempre a fala “com a proteção de deus”⁵⁹, e que nem titubeiam em usar a Bíblia para justificar suas propostas violentas na tribuna.

Pegando carona com a proposta 120/2021, o PL117/2021, o da proibição da “linguagem neutra”, não caminha distante. Afirmando com tranquilidade que esse projeto é muito mais sobre atacar corporalidades desobedientes de gênero que qualquer outra coisa. Não é sobre uma preocupação real com o trabalho com a língua, pois no fundo esse povo não tem a menor ideia do que é esse trabalho; vou me dedicar, aqui nesse texto, também a fazer essa discussão.

Na primeira linha da justificativa, os autores dizem que “este projeto de lei é apresentado em resposta a tentativas isoladas de impor uma visão linguística que reconhecera no português um terceiro gênero, o neutro, ao lado dos gêneros masculino e feminino” (PONTA GROSSA, 2021b). E aí, por mais que em alguns campos da linguística tenhamos pessoas que querem afirmar que “gênero linguístico ou gramatical não é a mesma coisa que gênero social”⁶⁰ – fico embasbacada com

⁵⁹ Não posso deixar de trazer nesse momento Erica Malunguinho, em plenária, nas disputas por um outro modo de fazer política e de poder viver: disponível em: <[instagram.com/tv/CEcryGnHID9/](https://www.instagram.com/tv/CEcryGnHID9/)>. Acesso em 09 ago. 2021).

⁶⁰ Rodrigo Borba e Adriana Carvalho Lopes também falam sobre isso quando dizem que “essa veneração da escrita em nossas sociedades não questiona ou desnaturaliza os pressupostos que constituem tal binarismo, que sempre esconde uma hierarquia violenta. Em outras palavras, a escrita não deixa de ser entendida como uma derivação de um sentido original e auto-idêntico, de um ser ou de uma essência não-linguística preexistente à condição de ser referida. Não é por um acaso, que em metadiscursos de linguistas e de gramáticos, mudar a escrita de gênero gramatical não é mudar de

afirmações assim –, a gente sabe muito bem que na prática a coisa é diferente. Essa argumentação ecoa um distanciamento inexistente e impossível entre linguagem e cultura, linguagem e o campo social. Também não existe língua sem corpo, mas infelizmente esse não é um reconhecimento geral, pois é justamente a partir da academia, a partir de produções de saber de dentro desse espaço, que o processo de afirmação da suposta neutralidade do masculino se instaura e se propaga, além de que é na academia, pelo próprio histórico racionalista cartesiano, que se instaura e propaga a separabilidade da linguagem com quem fala, ou seja, a separabilidade da língua e do corpo.

E para piorar, na justificativa temos uma fala de uma professora de português transcrita. Ela de fato alimenta os delírios dizendo que é mais uma tentativa de tentar controlar os pensamentos das pessoas. Mas o que mais me chama a atenção é a leitura que ela dá ao explicar “linguisticamente” o porquê a proposta não faz sentido, retomando transformações linguísticas históricas, afirmando que o masculino é quem generaliza no português. A falácia da autoridade baseia o reconhecimento dessa fala; o reconhecimento de que ela é uma pessoa diplomada como professora de língua faz com que o que ela está dizendo receba o crivo de “verdade”. É curioso, e não posso passar por essa fala sem fazer esse apontamento, porque é na ciência que essa argumentação se baseia. E é em uma ciência bastante específica, daquela produzida por pessoas que se dizem neutras e de produções impessoais, supostamente baseada em dados, não em opiniões ou posições. Essa “ciência racional”, das verdades universais, não está do nosso lado.

Eu sou linguista aplicada, sou professora de língua, sou mestranda em estudos da linguagem, mas sei que meus diplomas ou meus campos de atuação não me possibilitariam debater de mesmas localidades, de forma horizontal, com essa professora, ou ainda poder falar e ser ouvida. A falsa ideia da racionalidade e da necessidade imposta de um “distanciamento” do seu “objeto” e de uma objetividade também fortalecem o lugar da autoridade dado a ela. Ela não é uma pesquisadora, e aqui não digo de alguém que é acadêmica. Quando digo que ela não é pesquisadora, digo que o que ela faz é produzir um discurso de extrema-direita, raso e vazio, para tentar negar algo que é produzido por pessoas que de fato são pesquisadoras, seja dentro da academia ou fora da academia, e que se dedicam

gênero social, pois esse é visto como algo possuidor de uma suposta verdade pré-discursiva, que emana da Voz e é apenas transposta ou refletida na escrita” (BORBA; LOPES, 2018, p. 255).

a produzir conhecimento alternativo sobre linguagem. Um conhecimento que ultrapassa um lugar de pura abstração e se coloca na vida, se coloca como meio de produzir diferentes formas de dizer de si e das outras pessoas e do mundo.

De fato, a produção desse PL 117/2021 não existe à parte da produção do PL120/2021. As supostas proibições de “ideologia de gênero” estão entranhadas na ideia de proibição de “linguagem neutra”. Não era necessária a parte em que dizem **“não devemos permitir a confusão na cabeça de uma criança”** (PONTA GROSSA, 2021b, grifo dos autores), afirmando que a “linguagem neutra” pode “transformar” sujeitos cisgêneros e heterossexuais em não-cisgêneros e não-heterossexuais. Esse projeto, essa proposta, é muito mais sobre ataques a corporalidades dissidentes sexuais e desobedientes de gênero que qualquer outra coisa. É sobre a criação e manutenção de política conservadora+fundamentalista de controle. E como não existe linguagem sem corpo, então indiscutivelmente esse projeto fala de tentativas de impedimento de nossas presenças nesses espaços escolares. Querem continuar nos expulsando, reinventando suas táticas de violência. Tentam, de toda forma, deixar um espaço insalubre cada vez mais doentio. Mas nós seguimos, no nosso percurso histórico, reivindicando nossos espaços. Existem legiões conosco, em vida ou que já fizeram a passagem. E de muitas que ainda vêm.

De modo geral, tenho sentido nos últimos tempos uma tentativa de reavivar e fortalecer mais os projetos que se articulam contra as corporalidades gênero dissidentes, principalmente em relação aos espaços educacionais e nossa circulação nesses espaços. Os projetos de expulsão das juventudes lgbtia+, mas principalmente das juventudes trans*, das escolas resulta também em dados que afirmam que 70% das pessoas trans* não concluíram o ensino médio, e que somos apenas 0.02% nas universidades⁶¹ (ANTRA, 2020). Além disso, o Brasil é, há treze anos consecutivos, o país que mais mata pessoas transvestigêneres no mundo. Importante dizer também que, dentro desses dados sobre pessoas trans*, são as de identidades que ocupam os campos do feminino e que são racializadas como não-brancas – principalmente as racializadas como negras – que essas violências incidem de forma mais amplificada.

⁶¹ antrabrasil.org/2020/12/17/nota-antra-cotas-universidades-pessoas-trans/.

Esse re+fortalecimento dessas discussões se apresentam, para além de todas as expulsões e silenciamentos, nas defesas ferrenhas a proibição de “ideologia de gênero”, nas propostas em diversas cidades brasileiras de projetos de lei que buscam proibição de “linguagem neutra”⁶², também se apresentam na pressão e ameaças para que um professor de artes se demita de seu cargo por apresentar o clipe da música Etérea⁶³, de Criolo, na cidade de Criciúma. Esses são apenas alguns exemplos de incontáveis outros, que mantêm o espaço escolar num lugar de construção constante da norma.

Nesse sentido, pensar nesses PLs de Ponta Grossa significa necessariamente pensar nesses outros processos todos que têm acontecido nesses últimos períodos, mas também em todas as movimentações históricas que articulam nossas expulsões.

Pensando especificamente no PL 120/2021, é perceptível que houve uma tentativa de buscar alguns conceitos produzidos por nós, conceitos como “cisgêneros” e “transgêneros”, mesmo que seu uso no texto seja completamente raso e equivocado. No PL, conceitualizam essas duas noções como “‘cisgêneros’ (gênero designado ao seu nascimento) e ‘transgêneros’ (identidade diferente do nascimento), são expressões a definir pessoas que se identificam com o gênero atribuído ao nascer (cis) e aquelas que não vivenciam essa identificação (trans)” (PONTA GROSSA, 2021a). Há, de fato, uma leitura muita esvaziada dos conceitos quando definidos no PL. Ao contrário do que o PL tenta dar a entender, as identidades trans* não são baseadas ou fundamentadas em uma busca ideal por corporalidades cisgêneras, corporalidades essas que se apoiam na cisgeneridade “como a posição a partir da qual a enunciação da própria identidade de gênero é autorizada como legítima e verdadeira” (BAGAGLI, 2020, p. 141). O conceito de cisgeneridade é fundamental dentro dos campos transfeministas também porque possibilita colocar na roda o reconhecimento de que todos os gêneros passam por processos de materialização que, por sua vez, nos ajudam a romper com um processo impositivo de recorrência e referência a uma suposta matriz original (NASCIMENTO, 2021). O processo de enunciar uma localidade da transgeneridade

⁶² PL 5248/2020, PL 5198/2020 e PL 2650/2021 na câmara de deputados, PL 54/2021 na câmara de Belo Horizonte. Decreto do Governador Carlos Moisés da Silva (PSL) em Santa Catarina. Esses são apenas alguns exemplos; há levantamento do Globo de que, desde novembro de 2020 a julho de 2021, houve pelo menos em 14 estados propostas semelhantes.

⁶³ [youtube.com/watch?v=anBTZLoWhJg](https://www.youtube.com/watch?v=anBTZLoWhJg).

ou da cisgeneridade diz também sobre rompimentos. Beatriz Bagagli (2020) diz sobre como esses processos de nomeação do que é a cisgeneridade, que é parte de um movimento de rompimento do silêncio, entendido aqui como uma forma de significar (ORLANDI, 2007). Rompimento com os processos ditos acima, de uma compreensão da cisgeneridade – fundada no silêncio – como produtora de corporalidades “coerentes” e “inteligíveis”, entendidas como as corporalidades cisgêneras, em oposição às corporalidades transvestigêneres, marcadas como abjetas.

Também há uma confusão bastante grande na própria definição de “ideologia de gênero”. É dito no PL: “o conceito de ‘ideologia de gêneros’ parte do ponto, segundo o qual os defensores da ‘Ideologia de gêneros’ sustentariam que a conformação biológica natural seria irrelevante e que as pessoas constituiriam o próprio gênero conforme o ato de vontade, e no caso em apreço, na mudança de sexo de crianças em idade escolar, que sequer possuem idade para mutação sexo” (PONTA GROSSA, 2021a).

É perceptível um grande desconhecimento de todos os acúmulos históricos dos estudos de gênero, além de um completo desconhecimento das ações e práticas docentes dentro do campo da escola. Não tem como negar, esse é um meio de mobilização comum exercido por esses grupos conservadores+fundamentalistas, utilizado já há bastante tempo, o criar pânico a partir de narrativas falsas para mobilizar suas bases. A gente tem como histórico as narrativas das “mamadeiras de piroca” sendo distribuídas nas escolas e do “kit gay”, por exemplo. Narrativas sempre muito fomentadas, quando não propostas, por Jair Bolsonaro no contexto brasileiro. Indo mais longe, a própria criação da ideia de “ideologia de gênero” nos anos 1997, a partir de textos do cardeal Joseph Aloisius Ratzinger (que vem a ser o Papa Bento XVI), é impulsionada pelo Vaticano. Isso surge, no geral, como resposta a mobilizações feministas históricas, mas olhando de forma mais específica, a proposta de “ideologia de gênero” é lançada como resposta à quarta edição da Conferência Mundial de Beijing sobre a Mulher (1995), que substitui o termo “mulher” pelo conceito de gênero.

Curioso perceber como o que motiva o surgimento dos delírios sobre “ideologia de gênero” segue sendo pauta nas produções mais recentes, como os PLs que estou discutindo aqui. O cardeal Joseph Aloisius Ratzinger, que citei no parágrafo anterior, escreve em 1997 em defesa do não uso do conceito de gênero,

dizendo desse conceito como algo que necessariamente nega a “biologia”, entendida por ele como algo do campo do natural, apagando todas as construções ideológicas que também compõem as produções científicas dentro dos campos das ciências biológicas, e também as construções ideológicas que compõem os campos das religiosidades, que parte do lugar do que é “natural” como sagrado e imutável.

Me parece curioso pois a insistência em tocar em pontos como “negação da biologia” segue firme, reforçando o lugar da norma que supostamente é dado pela “natureza”. Essa posição possibilita uma construção de naturalidade da norma, possibilitando também a construção de noções de patologização do que desvia. Isso cria apagamento do reconhecimento das construções sociais em torno das identidades, que gera falsas noções de que as construções identitárias normativas são naturais e as construções identitárias dissidentes são artificiais.

Seguindo esse raciocínio, no PL 120/2021 é dito: “a percepção de gêneros são disciplinas que toma a desnaturalização do feminino e do masculino como objeto de análise que possibilita a percepção de si e a expressão do social que define o masculino e o feminino, não só o sexo biológico” (PONTA GROSSA, 2021a). Há um grande temor com a mobilização pela destituição do lugar da norma da cisgeneridade, que é dada pela construção dessa identidade a partir do lugar da naturalidade. É completamente apagada a noção de que a própria construção de sentido sobre genitálias, por exemplo, é dada necessariamente no campo do social.

A construção da ideia da “luta contra a ideologia de gênero” é, no fim das contas, a luta pela manutenção da cisnormatividade, da heteronormatividade, da machisse, do patriarcado, e de todas as suas interconexões com a branquitude e a riqueza. Se entendemos cisgeneridade normativa como meio de controle das corporalidades, como um dos estatutos de verdade que regulam as vidas e as trajetórias no mundo, entendemos a busca por sua manutenção como a busca pela manutenção do poder controlar, do poder violentar. Manutenção da cissupremacia, da “composição hegemônica de pessoas cisgêneras na sociedade, não apenas no aspecto quantitativo, mas, sobretudo, no que se refere ao domínio dos meios de produção e de pensamento (Mombaça, 2016a)” (LEAL, 2018, p. 77).

Ler em um PL que busca silenciar e apagar dissidências sexuais e desobediências de gênero no campo da escola que “a Constituição Federal prevê o direito de liberdade para cada indivíduo dispor de sua própria sexualidade (autonomia de vontade, direito a intimidade e a vida privada – clausula pétrea)”

(PONTA GROSSA, 2021a) parece, no mínimo, incoerente. Além de incoerente, é bastante vazio. São, de volta, sentidos e termos utilizados de maneira completamente equivocada – e digo equivocada para não dizer manipuladora. Mas não posso dizer que não é estratégico. Por mais que seja uma péssima estratégia, rasa, é uma tentativa de colocar o PL para dialogar com a constituição, tentando assim impedir que apontemos inconstitucionalidade. Contudo, mesmo sendo rasa, é uma fala fortalecida na ideia de que a escola é o espaço da imposição. A leitura de que a discussão sobre identidades de gênero e sexualidades diversas estando na escola seriam necessariamente impostas ao corpo discente é possível apenas se se entende que o espaço da escola é o da fixação e imposição de uma forma única de compreensão e construção do mundo.

De fato, me parece que o medo desses grupos conservadores+fundamentalistas é de que nós passemos a usar o espaço escolar das mesmas formas e com as mesmas intenções que eles usam. E, infelizmente, a experiência mais ampla de circulação na escola é a experiência de um espaço de imposição de um saber, de uma cosmovisão. Isso pode fazer com que essa defesa desse excerto faça um mínimo sentido.

Logo na sequência, podemos ler que “dispor da disciplina de gêneros na formação de pessoas e, porquanto, violadora da laicidade do estado e dos direitos fundamentais da igualdade, liberdade de ensino e de aprendizado, à proteção contra a censura e a liberdade de orientação sexual, que usurpa o direito dos pais de educar de acordo com as próprias convicções” (PONTA GROSSA, 2021a). Não posso dizer com certeza que consigo compreender o que é dito aqui, pois há sérios problemas na construção do texto. De fato, não compreendo se o medo é da construção de uma disciplina, de uma matéria, “gênero” ou da presença das discussões sobre gênero estarem na escola. Seja qual for, preciso dizer primeiro que gênero já está na escola, porque está em todo lugar.

Quando abrimos material didático e nos deparamos com quase exclusivamente imagens de homens brancos cisgêneros estampados em lugares de poder, quando todos os corpos que estampam as páginas de biologia para retratar o corpo são brancos e cisgêneros, quando em história somos apresentadas a narrativas hegemônicas contadas por homens brancos e cisgêneros, enfim, tudo isso é sobre raça e gênero. O medo é o da desestabilização dessas presenças

únicas, das rachaduras que nossas mobilizações possibilitam nessas narrativas cristalizadas.

Digo, em segundo lugar, que esses sujeitos partem de alguns pressupostos nas construções dessas proposições. Pressupõem que o corpo docente de escolas é composto apenas por pessoas cisgêneras e heterossexuais, pois alimentam seus medos pensando na possibilidade de **falar** sobre gênero e sobre as desobediências de gênero. Por isso, quando a dissidência ocupa a escola, o silenciamento não é apenas da voz, mas é também do corpo. Por tantos processos de apagamento e desumanização a que a comunidade trans* é submetida, esses sujeitos pressupõem que não ocupamos espaços de docência. Mas nós ocupamos a escola nos mais diversos cargos, e nossa presença já desestabiliza a hegemonia; nosso corpo diz, grita, ocupa, racha.

Retornando aos últimos trechos citados, é nítida a incoerência no que se propõem a dizer. Defendem, primeiro, a possibilidade de cada indivíduo exercer sua sexualidade de forma autônoma. Defendem, na sequência, “*o direito dos pais de educar de acordo com as próprias convicções*”. Como é possível uma defesa de autonomia no exercer de sexualidade e identidade de gênero seguida da defesa da imposição familiar de cisgeneridade e heterossexualidade compulsória? Reforço a fala de Valéria Melki Busin (2015) sobre a recorrência da expulsão familiar de pessoas trans*. Lembro também que os responsáveis pela maior parte dos casos de estupro e abuso de vulnerável são familiares ou conhecidos da família (96,8% dos casos de estupro de menores de 14 anos, segundo o estudo da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados). A quem serve a defesa da educação sobre gênero e sexualidade estar nas mãos única e exclusivamente da família?

Eu começo a discussão dos PLs pelo PL120/2021 porque acredito que é a própria discussão de “ideologia de gênero” que fundamenta e baseia a proposição do PL 117/2021, o PL da proibição de “linguagem neutra”.

Os autores do PL dizem que “este projeto é apresentado em resposta a tentativas isoladas de impor uma visão linguística que reconhecera no português um terceiro gênero, o neutro, ao lado dos gêneros masculino e feminino” (PONTA GROSSA, 2021b). Sobre isso penso muitas coisas, mas vou pontuar duas em específico. Primeiro, fico me perguntando o que seriam *tentativas isoladas de impor uma visão linguística*, principalmente porque entendo que para um processo de

imposição é preciso estar necessariamente em espaços de poder. Mas reconheço que é um movimento comum por parte desses grupos conservadores+fundamentalistas criar falsas narrativas. O que tentam chamar aqui de imposição é, na verdade, buscas por possibilidades de disputa por espaço e pela possibilidade de se reconhecer nessa língua.

A segunda coisa que pontuo é que me parece bastante incoerente a própria construção do argumento. Se alinham numa luta contra supostas imposições, propondo justamente a imposição do trabalho único e exclusivamente baseado na gramática da língua portuguesa, que foi construída sobre imposições e violências coloniais.

A noção de que construímos o mundo na linguagem me parece ser bastante explícita para essas pessoas. Quando lemos esse PL, percebemos que há uma grande diferença no que se diz que se faz e no que se faz de fato. Explicando melhor, eles afirmam que esse é um projeto sobre ensino de língua, que é uma forma de “defender a língua portuguesa” ou qualquer coisa delirante nesse sentido, mas o que fazem na prática não é apenas isso. Eles dizem que “a justificativa do projeto teria por finalidade estabelecer medidas protetivas ao direito dos estudantes ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas e orientações legais de ensino” (PONTA GROSSA, 2021b). Tentam fundamentar suas defesas, aqui com a mesma intenção de buscar evitar acusações de inconstitucionalidade, na constituição federal. Dizem da educação como meio de preparar para o exercício de cidadania e qualificar para o mercado de trabalho.

Eu aqui não vou fazer o papel de defensora da ideia de cidadania, nem o papel de defensora do mercado de trabalho. Essas duas ideias fundamentam noções de possibilitar “entrada” – de fato com muitas aspas – de pessoas racializadas como não-brancas e/ou de pessoas transvestigêneres num mundo ordenado por paradigmas da branquitude e da cisnormatividade. Acredito na inconstitucionalidade desse projeto, mas não é isso que, para mim, demonstra a sua violência. Se apontar inconstitucionalidade é uma das formas de podermos derrubar projetos como esse, é um caminho que podemos utilizar. Contudo, não acho que é onde nossa compreensão de quais violências e de que mundo esses projetos buscam criar deve parar.

A própria defesa da língua portuguesa, dessa língua da nação, como meio de formação de cidadania e de qualificação para o trabalho é um problema. Um

problema que gira em torno da construção desse mundo moderno+colonial+capitalista+heterocispatriarcal, que entende que determinados saberes e determinados sentidos são mais valiosos e importantes que outros. A língua é isso, é cultura, são saberes, são sentidos ideológicos, são cosmologias. A defesa de uma determinada língua como a única possível é a defesa de todas essas noções como as únicas possíveis e válidas. Além disso,

os discursos higienistas sobre a língua não acontecem em um vácuo social. Muito pelo contrário, eles derivam de certa ideologia linguística formada por aquilo que Jacques Derrida (2013[1967]) chamou de episteme fonofalocêntrica – uma compreensão filosófica e científica (mas poderíamos dizer, também, um entendimento disseminado no senso comum) que coloca a língua como sendo apenas um espelho, uma “representação” de uma realidade ou de uma verdade ontológica anterior e exterior a ela. (BORBA; LOPES, 2018, p. 253)

Nesse sentido, talvez a grande questão aqui seja a compreensão de que quando falamos sobre língua, não é sobre – ou não é apenas sobre – a estrutura que estamos falando. Não é possível, num mundo em que todas as coisas são linguística e ideologicamente formadas, separar. Ou melhor, a separação proposta é na verdade um meio de tentar esconder toda a produção de política que esses projetos carregam.

Outro grande incômodo na leitura desse projeto é a inclusão de uma fala de uma professora de português, Cíntia Chagas, que tem se construído como uma porta-voz das discussões sobre linguagem dentro dos campos do conservadorismo, participando de diversos espaços, principalmente dando entrevistas em rádios, mas também em suas redes sociais. São as falas de Cíntia, quase todas transcritas de entrevistas em jornais ou rádios reconhecidamente direitistas, que têm servido como base para “fundamentar” PLs como esses, mas também as falas de outras pessoas conservadoras+fundamentalistas que se arriscam a falar sobre linguagem. Me incomoda profundamente primeiro porque, quando vejo isso, penso em como docentes seguem com práticas de silenciamento e apagamento, mas além disso me incomoda muito a crença de que, a partir duma diplomação, se compreenda que há um poder de validação, e que há dentro do campo dos estudos da linguagem homogeneidade nas compreensões sobre língua e sobre ensino de língua.

Cíntia, citada no PL117/2021 a partir de matéria publicada pela Jovem Pan, matéria derivada de entrevista concedida a mesma rádio, diz:

“Não sou contra as pessoas não-binárias, acredito que todo mundo pode ser o que quiser. No entanto, a vontade de uma ínfima maioria não pode

prevalecer sobre uma língua que é patrimônio nacional, que carrega uma história. É óbvio que a defesa de valores é bacana, devemos viver numa sociedade inclusiva, mas não podemos aceitar a histeria coletiva. A língua portuguesa está sendo muito atacada. Primeiro as pessoas querem dominar o que falamos, para depois dominar o que pensamos e, finalmente, o modo que agimos” disse. Cíntia também defendeu que, na realidade, o dialeto não é inclusivo como se propõe a ser. **“O uso da linguagem neutra prejudica o aprendizado nas escolas e não inclui ninguém. Isso porque atrapalha a compreensão das pessoas que tem dislexia, confunde os surdos que se comunicam através da leitura labial e atrapalha os cegos que leem através de softwares já que os aparelhos precisam ser reconfigurados para abarcar o dialeto”**. A professora explicou ainda que a norma padrão da língua portuguesa já inclui o gênero neutro. **“Não faz sentido falar ‘todxs’ ou ‘todes’. Isso é um assassinato, uma esquizofrenia. No Latim, nós tínhamos a terminação em ‘U’ que representava o gênero neutro. Quando o latim deu origem ao português, o masculino passou a compreender o gênero neutro. Por isso que, quando eu digo ‘boa noite a todos’ estou me referindo a homens e mulheres.** Além disso, substituir as letras ‘a’ e ‘o’ ao final das palavras por ‘e’ com a pretensão de neutralizar o gênero é uma grande bobagem porque é algo totalmente arbitrário. Por exemplo, a palavra ‘pente’ termina em ‘e’ e continua sendo um termo masculino”, concluiu. (PONTA GROSSA, 2021b, grifo dos autores e autora)

Me direciono agora a ir desmembrando aos poucos as questões postas nesse excerto. Ela começa dizendo:

“Não sou contra as pessoas não-binárias, acredito que todo mundo pode ser o que quiser. No entanto, a vontade de uma ínfima maioria não pode prevalecer sobre uma língua que é patrimônio nacional, que carrega uma história. É óbvio que a defesa de valores é bacana, devemos viver numa sociedade inclusiva, mas não podemos aceitar a histeria coletiva. A língua portuguesa está sendo muito atacada. Primeiro as pessoas querem dominar o que falamos, para depois dominar o que pensamos e, finalmente, o modo que agimos”. (PONTA GROSSA, 2021b)

Fico me perguntando se tanto Cíntia quanto as pessoas proponentes e defensoras desse PL realmente conhecem a história desse país e a história da língua portuguesa.

O Estado Português e, depois da independência, o Estado Brasileiro, tiveram por política, durante quase toda a história, impor o português como a única língua legítima, considerando-a “companheira do Império” (Fernão de Oliveira, na primeira gramática da língua portuguesa, em 1536). **A política lingüística do estado sempre foi a de reduzir o número de línguas, num processo de glotocídio** (assassinato de línguas) através de deslocamento lingüístico, isto é, de sua substituição pela língua portuguesa. (OLIVEIRA, 2009, marcação minha)

O Brasil é marcado por produções de políticas linguísticas que justamente produziram as violentas tentativas de imposição de uma língua sobre outras. Marques de Pombal, em 1758, lança documentos que proíbem comunidades

indígenas de falarem suas línguas, assim como proíbem o uso do nheengatu. Os povos imigrantes que chegaram no Brasil pós anos 1850 também sofreram com processos de repressão linguística e cultural. Anos à frente, nos períodos ditatoriais de Getúlio Vargas no Estado Novo, a repressão contra línguas de imigrantes, nesse momento mais especificamente pessoas imigrantes italianas, alemãs e japonesas, volta com força total (OLIVEIRA, 2009). A fala de Cíntia faz sentido aqui se entendermos que a defesa da história dessa língua portuguesa é a defesa desses processos de violência e imposição, de assassinato de línguas e povos.

A “língua portuguesa” – e eu estou falando desses processos históricos+políticos+sociais – tem essa coisa da validação pela norma, pela regra. A gramática não é a língua. E essa coisa da gramática de modo geral pratica processos categorizadores. Não é à toa que gramática normativa está nos bancos escolares até hoje, mesmo com incansáveis tentativas de tirá-la de lá. Não é porque é essa a melhor forma de trabalhar com língua, coloco minha mão no fogo na aposta de que boa parte das pessoas que trabalham única e exclusivamente gramática normativa não acreditam nisso. Mas fazem esse trabalho porque reconhecem o poder que isso carrega. O poder de silenciar as alunas/es/os em sala de aula, de negar pertencimento a essas pessoas, de manter um espaço seguro de regular a sala de aula como bem entendem.

Dando sequência, Cíntia Chagas ainda diz:

“O uso da linguagem neutra prejudica o aprendizado nas escolas e não inclui ninguém. Isso porque atrapalha a compreensão das pessoas que tem dislexia, confunde os surdos que se comunicam através da leitura labial e atrapalha os cegos que leem através de softwares já que os aparelhos precisam ser reconfigurados para abarcar o dialeto”. (PONTA GROSSA, 2021b)

É inegável que é impossível dizer que “linguagem neutra não inclui ninguém”, pois esse é justamente um dos pontos levantados nas proposições destas disputas sobre como se dá e se organiza a linguagem e a língua portuguesa: produzir outras possibilidades de dizer de si e do mundo. Contudo, acho válido fazer um parêntese aqui demarcando que há, de fato, diversas formas de se pensar e se organizar estas disputas. Uma delas se apresenta como “linguagem neutra”, mas há também as “linguagens inclusivas de gênero”, ou ainda as “linguagens não-binárias”. A nomeação e os modos de se pensar estas disputas podem variar dentro destes campos diversos, que listo aqui três, mas que definitivamente as mobilizações

podem ser ainda mais plurais. Com isso quero dizer que no PL 117/2021 existe uma referência específica a uma proposta de estremecimento de linguagem, mas esta não é a única existente.

Fechando o parêntese, digo também que a realidade é que as comunidades que propõem essas disputas do campo do gênero na linguagem – e digo no plural pois as proposições são muitas, as possibilidades de sufixos são várias e me parece que nem Cíntia nem as pessoas proponentes desse PL sabem muito bem disso – não estão desatentas ou sendo irresponsáveis, muito pelo contrário. As proposições se articulam com as demandas de outras comunidades, entendendo ainda que as comunidades trans* também são compostas por pessoas com deficiência. O quanto essa “preocupação” desses grupos conservadores+fundamentalistas se banha em discursos capacitistas e assistencialistas? O quanto de fato esses grupos estão preocupados com as demandas das comunidades de pessoas com deficiência? E sendo essas comunidades que falam por si, o quanto esses grupos as ouvem?

A fala segue:

“Não faz sentido falar ‘todxs’ ou ‘todes’. Isso é um assassinato, uma esquizofrenia. No Latim, nós tínhamos a terminação em ‘U’ que representava o gênero neutro. Quando o latim deu origem ao português, o masculino passou a compreender o gênero neutro. Por isso que, quando eu digo ‘boa noite a todos’ estou me referindo a homens e mulheres”. (PONTA GROSSA, 2021b)

De fato, eu fico me perguntando o que significa dizer que o masculino abrange todas as pessoas (falo aqui de todas as pessoas, mas marco que Cíntia diz apenas de homens e mulheres). O questionamento desse uso de masculino genérico+generalizador não é uma conversa nova, nem no Brasil nem em outras partes do mundo, e não iniciou com a proposição de “linguagem neutra”. Também é equivocada, ou pelo menos há discordâncias, a ideia de que o “neutro” no latim se transformou no “masculino” em português⁶⁴. A questão que fica para pensarmos é como as formas de organizar a linguagem não são neutras, não são não-ideológicas, e como processos de produção e manutenção de estruturas heterocispatriarcais e machistas operam em como a língua é utilizada, mas também em como ela é descrita e normatizada. Infelizmente, essa é uma fala recorrente

⁶⁴ “Em latim (que possuía o gênero neutro, além do masculino e do feminino), já era corrente a construção denominada masculino genérico, pois o masculino era o gênero gramatical empregado para denotar o gênero humano como um todo. O gênero neutro, por sua vez, era usado principalmente para seres inanimados, com algumas poucas exceções” (MÄDER, 2015, p. 73).

dentro do campo dos estudos da linguagem, e é potencializada justamente pela ideia de que um diploma dá mais legitimidade de fala. É também sobre poder. E eu chamo a atenção para que pensemos sobre como o discurso que fomenta uma ciência neutra joga contra nós.

Adiantei no capítulo “**escola, linguagem e política**” dizendo sobre como a produção científica racionalista sobre linguagem tem responsabilidades sobre os processos políticos de estabilização, legitimação e controle da língua. Algumas dessas produções geram *contribuições* que são “inevitavelmente atravessadas [...] por processos sociais e políticos de luta pela inclusão/exclusão de formas e sentidos, bem como por confrontos ideológicos e políticos entre os diferentes grupos e instituições que disputam o controle dos processos constantemente renovados de (re)definição da língua nacional” (SIGNORINI, 2004, p. 101). Com o lugar social de prestígio que a academia e as produções de conhecimento – pelo menos as que cumprem os requisitos da racionalidade universalizante – que surgem de lá ocupam, e pela proximidade possível entre essa produção racionalista ocidental e o projeto de mundo conservador+fundamentalista de universalização, esses grupos perceberam um uso possível desses discursos.

Por bastante tempo e ainda hoje, campos conservadores+fundamentalistas acusam a universidade de ser “um antro de esquerdistas”. Como resposta, boa parte das pessoas acadêmicas dizia que o que se fazia na universidade era ciência, por isso essa acusação era falsa. Era negado que o espaço acadêmico possuía marcações ideológicas, porque nesse espaço se produzia ciência, que é supostamente neutra. Enquanto boa parte de “cientistas” batiam o pé para tentar dizer que o saber que produziam é neutro, impessoal e, portanto, caminha na busca de uma suposta verdade universal, esses campos conservadores+fundamentalistas ouviam. Ouviram e perceberam que essa justificativa servia e muito bem aos seus interesses. Se antes esses campos se muniam de forma mais exclusiva de discursos cristãos fundamentalistas para afirmar que o que propunham como projeto de mundo era o caminho da verdade, hoje também se munem de discursos científicos da neutralidade para fundamentar seus projetos. Se a modernidade colocou a religião de lado e centralizou a ciência, os meios de manutenção de poder se rearticularam. Eu assumo que consigo compreender essa movimentação. Cristãos fundamentalistas religiosos, que possuem suas crenças fundamentadas num ideal monoteísta e de monocultura (NÚÑEZ, 2021), num ideal de um caminho único

salvador, encontraram nas construções universalistas de determinados campos das ciências proximidade. Veja, não estou dizendo que os discursos se colocam em pé de igualdade no campo social, nem do que é “comprovável” ou “não comprovável”; o que digo é sobre quais bases são compartilhadas. Os processos coloniais impuseram a base cristã como organizadora do mundo que vivemos, a modernidade bebe da fonte monoteísta+universalista cristã. A ciência moderna, a partir de onde olho, em muitos momentos se aproxima ideologicamente das bases salvacionistas cristãs, sendo alavancada também como a única e melhor maneira de se produzir e descrever o mundo e tudo que há nele.

Essa virada de chave desses grupos conservadores+fundamentalistas gerou uma produção de conhecimento científico de base conservadora+fundamentalista, usando justamente bases científicas racionalistas e universalizantes para construir esse discurso como algo que é não marcado ideologicamente, escondendo o comprometimento ideológico com a suposta neutralidade. É isso que é feito com a fala dessa professora. É trazido no discurso dela toda a ideologia que compõe esses PLs, mas é blindado pelo cientificismo neutro e impessoal; o que ela diz passa a ser, então, *cientificamente comprovado*, algo que ocupa um lugar de *verdade*.

Enfim, quando digo que a base desse PL 117/2021 é o discurso da ideologia de gênero, falo sobre o seguinte:

Não devemos permitir a confusão na cabeça de uma criança e a linguagem neutra pode lhe trazer a dúvida quanto a sua sexualidade. Se um pronome de tratamento masculino ou feminino são proibidos, as diferenças biológicas naturais entre homens e mulheres começam a ser suprimidas. Homens e mulheres, são biologicamente separados, mas culturalmente unidos pelas diferenças, nunca pela subtração forçada e autoritária das diferenças, através de uma ideologia de gênero. (PONTA GROSSA, 2021b)

Curioso perceber como esses sujeitos mobilizam o que querem propor como projeto de mundo. O PL era, supostamente, uma proposta de proibição de “linguagem neutra” dentro dos campos da escola, numa defesa da língua portuguesa. Isso significa, e eles afirmam isso, que nesse raciocínio não é sobre identidade de gênero, mas sobre essa língua e suas normas. Contudo, nesse fim de justificativa, a defesa da cisnormatividade (porque por mais que digam sobre sexualidade, é notável que questão é muito mais sobre identidades transvestigêneres) é gritante. Apontam supostas proibições de uso de pronomes masculinos e femininos e criam uma falsa noção de que no mundo que vivemos as relações de gênero se dão de forma harmônica.

Fechando o PL 117/2021, os autores dizem “pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei e de tão importante matéria aos nossos estudantes, nossos brasileirinhos” (PONTA GROSSA, 2021b). Quando leio isso me lembro imediatamente de uma fala de Castiel Vitorino Brasileiro⁶⁵, que dizendo sobre o “mito do sujeito” e o mito do “sujeito racializado”, afirma que “existe também o mito da nacionalidade brasileira. Quem nasce no brasil não necessariamente torna-se brasileiro”. Megg Rayara Gomes de Oliveira (2018) ainda aponta que

os padrões de normalidade tomam como modelo a “infância universal” (DORNELES, 2010) e que deve servir de modelo para todas as outras. À medida que se afasta desse modelo – branco, cis heterossexual, magro, sem problemas de saúde física e mental e de classe média –, a criança passa por um processo em que é vista como representante de uma “infância perigosa” (Carlos RAMIREZ; Dora Lilia MARÍN-DÍAZ, 2007) por colocar as infâncias universais em risco. (OLIVEIRA, 2018, p. 111)

A partir disso tudo eu fico me perguntando, de quem se fala nesse PL? Quem está dentro do campo de “necessitar de proteção” nesse raciocínio? Nós sabemos que não são a todas as crianças que se direciona a proteção. Reafirmando o que nos diz Megg Rayara, essas narrativas que produzem determinadas infâncias que “necessitam de proteção” produzem, ao mesmo tempo, infâncias dadas como perigosas, que “produzem riscos às hegemonias”; essas construções são, nesse sistema-mundo, reguladas pelos ordenamentos modernos+coloniais+capitalistas+heterocispatriarcais. São criadas, assim, determinadas noções de infâncias universais, apagando também o reconhecimento de que existem diferentes formas de compreender e construir as identidades infantis. Giancarlo Cornejo, dizendo sobre suas experiências no ambiente escolar, nos lembra mais uma vez que esse espaço é um espaço de produção de regulação para as corporalidades que escapam das normas:

Um desses professores falou com meu pai porque estava preocupado comigo. Ele disse ao meu pai que eu era muito afeminado e que todos os colegas zombavam de mim. Chegando em casa meu pai me repreendeu severamente. Ele não hesitou em me culpar pelo assédio sistemático do qual eu era vítima na escola. Quando esse professor chama meu pai para falar sobre minha efeminação, a patologização do meu corpo e da minha performance de gênero é inevitável e óbvia. (CORNEJO, 2011, p. 86, tradução minha)

⁶⁵ Castiel Vitorino Brasileiro no Festival PERPENDICULAR 2021: Estados colaborativos suprasensórios (disponível em: <youtube.com/watch?v=SxiHrb6I06Y>. Acesso em 03 set. 2021).

Os processos de regulamentação e controle colocados pela escola, mas também colocados por diversos outros campos do mundo, como o campo médico, científico e familiar, não são aleatórios. Os processos de produção de uma patologização de determinadas infâncias, que podem gerar também processos de medicalização e/ou de controle intensivo, é dado pelos mesmos processos de patologização das diferenças, que surgem nas relações com as infâncias a partir de vieses de “boa-intenção” (FAVERO; MACHADO, 2019).

Com essas considerações todas espero ter sido capaz de apontar as maneiras que esses grupos conservadores+fundamentalistas têm se movimentado e se articulado na manutenção e nas re+criações de seus desejos e projetos de mundo. Que possamos seguir atentas às mobilizações que são contrárias às nossas vidas, para que possamos estar organizadas, seja para responder a elas, seja para cuidarmos uma das outras. Contudo, sei que não paramos por aí. Resistimos desde que os regimes de normalidade se instauraram, mas, além disso, desobedecemos. Nas nossas desobediências, produzimos mais do que força resistente, produzimos alternativas. Nos lembramos que podem sim existir outras formas de viver nesse mundo, e que essas outras formas não estão dadas, mas precisam ser construídas. Lembro de Erica Malunguinho, que nos diz que é com a alternância de poder, com a alternância sistêmica, identitária, com alternância da cara do poder, que um novo e outro marco civilizatório se faz possível.

FINALIZANDO ESSE BAFO: A TENTATIVA DE FECHAMENTO DO QUE NÃO TEM FIM

Essa é uma tentativa de uma finalização de algo que sei que não acaba aqui. Encerro essa dissertação dizendo que mesmo que esse texto se finalize, as reverberações que ele trouxe para mim enquanto eu o escrevia são infundáveis. Eu disse isso em um dos primeiros capítulos, e volto a dizer aqui no que supostamente seria o fim. Antes mesmo de começar a escrever, eu imaginava o que eu gostaria que essa escrita fosse. Obviamente ela não é o que eu imaginei, até porque o que eu imaginei era do campo da idealização. Essa escrita é o que ela é, e isso de fato me deixa muito feliz, mesmo ela não sendo o que eu idealizei; digo isso porque sei, agora que ela se encerra, tudo o que significou para mim produzi-la. Olhar para ela como o processo que foi é, de fato, o que me deixa mais feliz, mesmo que tenha também em muitos momentos me deixado exausta. Preciso reconhecer que essa escrita, e tudo que precisei fazer para permanecer na Pós-Graduação, não foram coisas fáceis. O que quero com isso é, de volta, dizer da importância do processo para mim, do reconhecimento dessa produção como processo, mesmo que ela seja também algo como um produto que resulta desse processo todo. Espero que esse produto+processo possa tocar quem leia de alguma forma.

Como eu disse antes, quando esses projetos – o PL 117/2021 e o PL 120/2021 – foram propostos em Ponta Grossa, diferentes grupos se mobilizaram, tanto na defesa dos projetos quanto na busca pela derrubada. Uma parte dos grupos que se mobilizou pela derrubada dessa bizarrice usou como argumentação principal que “esse PL não faz sentido porque linguagem neutra não está nas escolas”, em vez de parar para entender que isso pouco importa nessa disputa. Essas pessoas caem na ladainha de que esse PL é sobre gramática da língua. Sinto que não entendem completamente que é muito mais sobre quem tem autoridade e possibilidade de estar no campo educacional e que epistemologias e cosmovisões estão autorizadas a circular nesse espaço. Isso me parece ser, também, fundamentado em uma possibilidade histórica de estar dentro dos espaços escolares, possibilidade sempre negada à população transvestigênera. Não percebem também que quando dizem que “esse projeto [da proibição da linguagem neutra] não faz sentido porque isso que ele alega não acontece” só reforça mais ainda o discurso de que isso não cabe em uma aula de linguagem, reforça a crença

de que existe um conteúdo mais próprio e coerente para estar presente nos espaços de trabalho com língua. Eu me pergunto, então, o que esse grupo específico diria se esse PL existisse a partir da entrada de ensino de “linguagem neutra” na escola. Se o PL 117/2021 não faz sentido pelo simples fato de que essa prática não existe, para essas pessoas, ele faria sentido caso essa prática fosse comum?

Essa discussão toda sobre os PLs, e falo aqui das discussões que acompanho no decorrer das movimentações em Ponta Grossa, é curiosa, pois ao mesmo tempo que traz à tona a compreensão de que a linguagem constrói o mundo nas disputas e negociações ideológicas, reforça a noção de que os espaços escolares de trabalho com linguagem devem ter um foco específico nas normas que se produziram sobre a língua. E quando a escola regula a linguagem, ou ainda quando a política institucional regula a linguagem através da escola e dos aparatos escolares, a partir dos mecanismos burocráticos-estatais também é isso que está sendo realizado: a disputa pela manutenção dos regimes do gênero ocidental moderno+colonial. Quando se produz em PLs, como o PL 117/2021, regulamentação sobre a linguagem com um suposto intuito de “defender a língua portuguesa”, o que se produz também é a regulamentação das formas de se viver e existir no mundo.

O desempenho da linguagem [hegemônica] é recurso econômico-subjetivo valioso de pertencimento em uma sociedade. Ter um Estado que delimita gênero pela cisnormatividade e que opera os parâmetros da linguagem oficial de um povo é mais do que suficiente para regular as condições em que a sociedade pode referir a si mesma sobre os processos de performatividade de gênero. O primeiro passo colonial, inclusive, é negligenciar pela linguagem a própria performatividade de gênero [...]. De fato, a principal tática do colonialismo é fazer atributos paradoxais da linguagem vantagens de dominação. (LEAL, 2018, p. 115)

A linguagem hegemônica e a capacidade de produção e uso dela é de fato capital simbólico e cultural. O PL 117/2021, assim como os demais PLs que regulam sobre “linguagem neutra” no Brasil, fazem movimentos que são de ordem de manter as formas normativas+impositivas de dizer sobre si e dizer sobre a outra pessoa. Realiza isso na invalidação da “linguagem neutra”, assim como na hipervalorização da norma da língua portuguesa.

Nesse sentido, para afirmar essa diferenciação de uma e outra, me parece que há nas produções dos PLs uma estratégia não de apagamento, mas de reconhecimento do que é dissidente para que, a partir desse reconhecimento, a

norma possa se firmar em cima de processos hierarquizadores. E aqui o processo de higienização não é o primeiro a ser ativado, pois precisam, para que essa estratégia funcione, da marcação das corporalidades que mais estariam distanciadas do que se entende hegemonicamente como *normal*.

Gênero está na linguagem, esse trabalho discute isso durante todas essas páginas. Binarismo de gênero está na linguagem. E é na linguagem também que as desobediências a esses sistemas se colocam. Falei aqui, de forma mais específica no capítulo anterior, que gênero é uma dessas coisas que tem o poder de organizar o mundo, num processo também categorizador. Essas categorizações precedem a nossa existência, vêm antes da gente de fato existir no mundo; nos ultrassons e nesses processos de momento de gravidez, nesses delírios cisgêneros de “chá revelação”, a gente já é nomeada a partir de um desses dois campos (macho/homem e fêmea/mulher), e o texto da nossa vida já começa a ser pré-escrito. Já se mobilizam os letramentos de gênero que foram construídos e que continuam em construção e re+construção constantes, para organizar de forma impositiva nosso percurso. E aí isso tudo nunca de forma isolada, mas articulada com todos esses outros letramentos hegemônicos de sexualidade, de racialidade, de classe, porque essas normas todas da branquitude, da cissupremacia, da heteronorma, da riqueza, enfim, se articulam na construção desse mundo como é hoje. Essas normas compõem nossa vida, essas regulações compõem a gente e são impostas e alimentadas recorrentemente. Esses processos e essas estratégias passam necessariamente pelo campo da linguagem. É na linguagem que essas construções todas se realizam.

Eu vou me permitir desakuendar esse papo ekezêro de doutrinação, de imposição etc., que esse povo delirante cria, e dizer que reconheço que estamos pensando essas estratégias de fuga e de proposições alternativas, falando aqui mais especificamente nos campos da linguagem, e isso também os assusta. Nós estamos pensando táticas de desestabilização da linguagem hegemônica, que por incontáveis processos colonizadores e normatizadores, também participam do processo categorizador do gênero. “A linguagem é uma dimensão fundamental das dinâmicas de saber-poder, e que as imaginações a partir de desejos decoloniais são potenciais para transformações nessa linguagem, e portanto um espaço de disputa política indispensável” (Viviane VERGUEIRO, 2020, p. 453-454).

Agora fechando o que parece não ter fim, escrevi, e escrevi sabendo que estava me abrindo de formas que me colocavam vulnerável, exposta. E decido fazer isso de forma consciente porque aprendi com bell hooks que se desejamos que quem tenha contato conosco se abra, precisamos estar também dispostas a nos abrir. Essa escrita foi, para mim, processo do fluir, mas não um fluir da calma; um fluir que se debate. Da desestabilização. Uma tentativa de possibilitar uma experiência de quando estamos em pé em frente ao mar, onde a onda bate, e mesmo que achemos que estamos firmes, cada vez que a água puxa a areia vai e buracos se formam embaixo dos pés, buracos às vezes menores, às vezes maiores. Ou outras experiências, como quando vêm ondas que derrubam, ou ainda outras, como as de ondas que derrubam e dão um caldo. Carangueja, sei o quanto me movi para tentar aprender com a água. Tento colocar aqui o que a água tentou me ensinar, e espero eu ter podido aprender: saber correr pelo meio das pedras, mas também saber bater até que fure. Saber quando arrebatado feito onda e quando infiltrar devagar. Espero ter podido ser água vez ou outra aqui.

REFERÊNCIAS

ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). **Nota da ANTRA sobre cotas e reservas de vagas em universidades destinadas às pessoas trans**, 2020. Disponível em: <antrabrasil.org/2020/12/17/nota-antra-cotas-universidades-pessoas-trans/>. Acesso em 10 nov. 2021.

ANZALDÚA, Glória. Como domar uma língua selvagem. Traduzido por PINTO, Joana Plaza; SANTOS, Karla Cristina dos. **Cadernos de Letras da UFF**. n. 39. 2009.

ARROYO, Miguel G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 2014.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. **Discursos transfeministas e feministas radicais: disputas pela significação da mulher no feminismo**. Dissertação (mestrado) – Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, 2019.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. **O discurso transfeminista e o abalo das evidências do sexo: reunindo reflexões a respeito da cisgeneridade**. In: VIEIRA, Mauriceia Silva de Paula; ALMEIDA, Patrícia Vasconcelos. Por palavras e gestos: a arte da linguagem. Curitiba, PR: Artemis, 2020.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**. n. 11. Brasília, maio/ago. 2013.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (orgs.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021

BOFF, Leonardo. **Fundamentalismo**, terrorismo, religião e paz: desafio para o século XXI, Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

BORBA, Rodrigo; LOPES, Adriana Carvalho. Escrituras de gênero e políticas de *différance*: imundície verbal e letramentos de intervenção no cotidiano escolar. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v.21, n. esp., 2018

BUSIN, Valeria Melki. **Morra para se libertar: estigmatização e violência contra travestis**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BUTLER, Octávia. **The Parable of The Sower**. New York: Grand Central Publishing, 2007.

CEDEC - CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA. **Mapeamento das Pessoas Trans na Cidade de São Paulo**: relatório de pesquisa. São Paulo, 2021.

CERTAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CORNEJO, Giancarlo. La guerra declarada contra el niño afeminado: una autoetnografía “queer”. Quito: **Iconos Revista de Ciencias Sociales**. n. 39, 2011.

DUGGAN, Lisa. **The new homonormativity**: the sexual politics of neoliberalism. *In*: CASTRONOVO, Russ; NELSON, Dana. *Materialising Democracy: Towards a Revitalized Cultural Politics*. Durham, NC: Duke University Press, 2002.

ESPINOSA, Yuderyis; GÓMEZ, Diana; LUGONES, María; OCHOA, Karina. Reflexiones pedagógicas e torno al feminismo descolonial: una conversa en cuatro voces. *In*: WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales**: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. TOMO I. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013.

FAVERO, Sofia; MACHADO, Paula Sandrine. Diagnósticos benevolentes na infância: crianças trans e a suposta necessidade de um tratamento precoce. **ReDoC: Revista Docência e Cibercultura**. Rio de Janeiro : Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017-. Vol. 3, n. 1., jan./abr., 2019.

FAVERO, Sofia. Por uma ética pajubariana: a potência epistemológica das travestis intelectuais. **Equatorial**: Natal. v. 7. n. 12., jan/jun, 2020a.

FAVERO, Sofia. **Crianças trans: infâncias possíveis**. Salvador: Editora Devires, 2020b.

FAVERO, Sofia. Descisgenerar a psicologia: registros sobre a patologização de infâncias LGBTs. *In*: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Boletim: Universais e Interdependentes**. v. 1. n. 3. ago. 2020c.

FIGUEIREDO, Angela. A Marcha das Mulheres Negras conclama por um novo pacto civilizatório: descolonização das mentes, dos corpos e dos espaços frente às novas faces da colonialidade do poder. *In*: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GLISSANT, Édouard. *Pela opacidade*. Tradução de GROKE, Henrique de Toledo; COSTA, Keila Prado. **Revista Criação & Crítica**. n. 1. 2008.

GOBBO, Isabela. As duas cidades em Ponta Grossa. **Jornal da Manhã**, Ponta Grossa, 04 de maio, 2020. Disponível em: <m.jornaldamanha.info/debates/322494/as-duas-cidades-em-ponta-grossa>. Acesso em: 02 fev., 2022.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes. 2017.

GROSGUÉL, Ramón. Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias decoloniais. **Ciência e cultura**, São Paulo, v. 59. n. 2. 2007.

GROSGUÉL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, mar. 2008.

GROSGUÉL, Ramón. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. **Contemporânea**. v. 2, n. 2 p. 337-362, jul./dez. 2012

GONZALEZ, Lélia. **Cultura, etnicidade e trabalho**: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. *In*: ANNUAL MEETING OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, Pittsburgh, 1979a.

GONZALEZ, Lélia. **O papel da mulher negra na sociedade brasileira**. *In*: Spring Symposium the Political Economy of the Black World, Los Angeles. Maio, 1979b.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro. v. 92. n. 93. jan./jun. 1988.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, bell. Linguagem: ensinar novas paisagens/ novas linguagens. Tradução de Joana Plaza Pinto, Carliane Gonçalves e Paula de Almeida Silva. **Estudos Feministas**. 2008.

IAZZETTI, Brume Dezembro. **Existe 'universidade' em pajubá? Transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans***. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Crianças trans**: memórias e desafios teóricos. III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades: Salvador, Bahia. 2013.

JESUS, Jaqueline Gomes de. XICA MANICONGO: A TRANSGENERIDADE TOMA A PALAVRA. **ReDoC: Revista Docência e Cibercultura**. V. 3., n. 1., jan./abr., 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEAL, abigail Campos. **me curo y me armo, estudando**: a dimensão terapêutica e bélica do saber prete e trans. *In*: Pandemia Crítica, n.052. São Paulo: n-1 edições, 2020.

LEAL, abigail Campos. **Ex/orbitâncias**: os caminhos da deserção de gênero. São Paulo: GLAC edições, 2021.

LEAL, Abigail Campos. observar: sobrevivência y transmutação nas inscrições de Octavia Butler. **Revista Casa do Povo**. São Paulo, 2021, ano LXVIII, n. 1021, p. 29-39.

LEAL, Dodi Tavares Borges. **Performatividade transgênera**: equações poéticas de reconhecimento recíproco na recepção teatral. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2018.

LIMA, Iana Gomes de; HYPÓLITO, Álvaro Moreira. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 45, e190901, 2019.

LUSTOSA, Tertuliana. Manifesto Traveco-Terrorista. **Concinnitas**, ano 17, v.01, n. 28, set., 2016.

MÄDER, Guilherme Ribeiro Colaço. **Masculino Genérico e sexismo gramatical**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

MIGNOLO, Walter D. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura: Un manifiesto. *In*: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGEL, Ramón (org.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MOMBAÇA, Jota. Rastros de uma Submetodologia Indisciplinada. **Concinnitas**, ano 17, volume 01, número 28, set. de 2016.

MUNIZ, Kassandra. **Linguagem e Identificação**: uma contribuição para o debate sobre ações afirmativas para negros no Brasil. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, São Paulo, 2009.

MUNIZ, Kassandra. Ainda sobre a possibilidade de uma linguística “crítica”: performatividade, política e identificação racial no Brasil. **D.E.L.T.A**, 2016.

NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do. **Transfeminismos**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim; CANTELLI, Andreia Lais. Pesquisa: o clima escolar para estudantes LGBTI+ no Brasil. *In*: CANTELLI, Andreia Lais; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (org.) – Instituto Brasileiro Trans de Educação. **Nome Social**: a ponta do iceberg. Uberlândia, MG: edição do autor, 2020.

NÚÑEZ, Geni. Monoculturas do pensamento e a importância do reflorestamento do imaginário. **ClimaCom – Diante dos Negacionismos** [online], Campinas, ano 8, n. 21., nov., 2021. Disponível em: climacom.mudancasclimaticas.net.br/monoculturas-do-pensamento/. Acesso em: 01 e abril, 2021.

ODARA, Thiffany. **Pedagogia da desobediência**: travestilizando a educação. Salvador: Editora Devires. 2020.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Brasileiro fala português: monolinguísmo e preconceito linguístico. **Revista Linguagem**, ed. 11., nov./dez., 2009.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente**: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. – 6a ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos. O currículo frente à insurgência decolonial: constituindo outros lugares de fala. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v.12, n. 39, p. 196-209, jan./jun., 2019.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos; Pinheiro, Bárbara Carine Soares. Do epistemicídio à insurgência: o currículo decolonial da Escola Afro-Brasileira Maria Felipa (2018-2020). **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 7. n. 1., 2021.

PONTA GROSSA, Câmara Municipal de Ponta Grossa. **Projeto de Lei nº 120 de 10 de março de 2021**. Dispõe sobre a proibição da ideologia de gêneros nas escolas da rede pública municipal e de ensino privado do município de Ponta Grossa. Ponta Grossa: Câmara Municipal de Ponta Grossa, 2021a.

PONTA GROSSA, Câmara Municipal de Ponta Grossa. **Projeto de Lei nº 117 de 14 de junho de 2021**. Estabelece medidas protetivas ao direito dos estudantes do município de Ponta Grossa ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas e orientações legais de ensino, na forma que menciona. Ponta Grossa: Câmara Municipal de Ponta Grossa, 2021b.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Jandaíra, 2017.

ROCHA, Camila. **O boom das novas direitas brasileiras**: financiamento ou militância?. *In*: GALLEGU, Esther Solano (organizadora). O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

SCHIAVON, Amanda; FAVERO, Sofia; MACHADO, Paula. A ciência que vigia o berço: diferentes leituras de “saúde” frente a crianças trans e crianças intersexo. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 3. 2020.

SCHIMANSKI, Elizabete Fernanda. **Conservadorismo e tradição em Ponta Grossa: representação social, mito ou realidade na política local?**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Área de Ciências Sociais Aplicadas, Ponta Grossa, 2007.

SIGNORINI, Inês. **Por uma teoria da desregulamentação linguística** *In*: BAGNO, Marcos (org.). Linguística da norma. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

SILVA, Jovanna Cardoso da. **Bajubá Odara**: resumo histórico do nascimento do movimento de travestis e transexuais do Brasil. Picos, Piauí: Jovanna Cardoso da Silva. 2021.

SILVA, Tarcia Regina. A valorização da identidade da criança e negra desde a educação infantil. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v.32, n. 2, p. 53-75, jul/dez, 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes. 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: impertinências. **Educação & Sociedade**. n. 79. 2002.

TORQUATO, Cloris Porto. Migrantes haitianos no Sul do Brasil. **Letras & Letras**, v. 35, n. especial, p. 200-222, 23 out. 2020.

TORQUATO, Cloris Porto. **Challenging the Coloniality of Languages**. Alternation Special Edition 33. 2021.

Vários autores, traduzido por BARBOZA, Beatriz Regina Guimarães; SIQUEIRA, Emanuela Carla; NASCIMENTO, Julia Raiz do. **Bash Back! ultraviolência queer**: antologia de ensaios. São Paulo: Crocodilo; n-1 edições. 2020.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2015.

VERGUEIRO, Viviane. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. *In*: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., orgs. **Enlaçando sexualidades**: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero [online]. Salvador: EDUFBA, 2016.

VERGUEIRO, Viviane. Considerações transfeministas sobre linguagem, imaginação e decolonialidade: a identidade de gênero como categoria analítica. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, 21(2), 2020.

VIEIRA, Henrique. **Fundamentalismo e extremismo não esgotam experiência do sagrado nas religiões**. *In*: GALLEGO, Esther Solano (organizadora). O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

WALSH, Catherine. Lo pedagógico e lo decolonial: entretejiendo caminos. *In*: WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales**: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. TOMO I. Quito: Ediciones Abya-Yala. 2013.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales**: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. TOMO II. Quito: Educaciones Abya-Yala. 2017.

YORK, Sara Wagner. **TIA, VOCÊ É HOMEM? Trans da/na educação: des(a)fiando e ocupando os “sistemas” de Pós-Graduação.** Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, 2020.

ZIBECHI, Raúl. Los movimientos en la crisis del progresismo. *In:* Walsh, Catherine. **Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir.** TOMO II. Quito: Ediciones Abya-Yala. 2017.

ANEXO A – PROJETO DE LEI 117/2021

PROJETO DE LEI Nº

117/2021

100

AS COMISSÕES DE

CITE - COMISSÃO CEE.

Em 10/10/2021 de 2021

Presidente da Câmara Municipal

Estabelece medidas protetivas ao direito dos estudantes do município de Ponta Grossa ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas e orientações legais de ensino, na forma que menciona.

Art. 1.º - É garantido aos estudantes do Município de Ponta Grossa o direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas legais de ensino estabelecidas com base nas orientações nacionais de Educação, pelo Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) e da gramática elaborada nos termos da reforma ortográfica ratificada pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Art. 2.º - O disposto no artigo anterior aplica-se a toda a Educação Básica no Município de Ponta Grossa, nos termos da Lei Federal nº 9.394/1996, assim como aos Concursos Públicos para acesso aos cargos e funções públicas do município.

Art. 3.º - Fica expressamente proibida a denominada "linguagem neutra" na grade curricular e no material didático de instituições de ensino públicas ou privadas, assim como em editais de concursos públicos.

Parágrafo Único - Para efeitos desta Lei, entende-se por "linguagem neutra", toda e qualquer forma de modificação do uso da norma culta da Língua Portuguesa e seu conjunto de padrões lingüísticos, sejam escritos ou falados com a intenção de anular as diferenças de pronomes de tratamento masculinos e femininos baseando-se em infinitas possibilidades de gêneros não existentes, mesmo que venha a receber outra denominação por quem a aplica.

Art. 4.º - A violação do direito do estudante estabelecido no art. 1º desta Lei, acarretará sanções administrativas às instituições de ensino público e privado e aos profissionais de educação que concorrerem em ministrar conteúdos adversos aos estudantes, prejudicando direta ou indiretamente seu aprendizado à língua portuguesa culta.

Art. 5.º - O Poder Público Municipal, deverá empreender todos os meios necessários para valorização da língua portuguesa culta em suas políticas educacionais, fomentando iniciativas de defesa aos estudantes na aplicação de qualquer aprendizado destoante das normas e orientações legais de ensino.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Câmara Municipal de Ponta Grossa

Estado do Paraná

JUSTIFICATIVA

Este projeto de lei é apresentado em resposta a tentativas isoladas de impor uma visão linguística que reconheceria no português um terceiro gênero, o neutro, ao lado dos gêneros masculino e feminino.

A justificativa do projeto teria por finalidade estabelecer medidas protetivas ao direito dos estudantes ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas e orientações legais de ensino.

O direito a uma educação de qualidade é dever do Estado, disposto no texto da Constituição Federal e difundido por todo ordenamento jurídico pátrio, conforme art. 205 da CRFB/88. Na referida norma constitucional, inclusive, é previsto que a educação deve qualificar o indivíduo para **"seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho"**.

Apesar de lógica, a educação está em constante risco de ser influenciada por ideologias, como a da chamada "linguagem neutra" de ser subvertida por princípios ideológica específica.

A "linguagem neutra" ou "linguagem não-binária" tem o intuito de aplicar a pessoas que não se identificam com os gêneros feminino e masculino, o dialeto propõe modificações na norma culta da língua portuguesa para anular as flexões de gênero nas palavras. Por exemplo, a tendência aponta que os termos "todas" e "todos" deveriam ser substituídos por "todes" para acolher todos os gêneros.

É válido transcrever trechos da entrevista à Jovem Pan, dia 2 de junho de 2021, da professora de português Cíntia Chagas, quando criticou a nova linguagem:

"Não sou contra as pessoas não-binárias, acredito que todo mundo pode ser o que quiser. No entanto, a vontade de uma infima maioria não pode prevalecer sobre uma língua que é patrimônio nacional, que carrega uma história. É óbvio que a defesa de valores é bacana, devemos viver numa sociedade inclusiva, mas não podemos aceitar a histeria coletiva. A língua portuguesa está sendo muito atacada. Primeiro as pessoas querem dominar o que falamos, para depois dominar como pensamos e, finalmente, o modo que agimos", disse. Cíntia também defendeu que, na realidade, o dialeto não é inclusivo como se propõe a ser. "O uso da 'linguagem neutra' prejudica o aprendizado nas escolas e não inclui ninguém. Isso porque atrapalha a compreensão das pessoas que têm dislexia, confunde os surdos que se comunicam através da leitura labial e atrapalha os cegos que leem através de softwares já que os aparelhos precisariam ser reconfigurados para abarcar o dialeto."



Câmara Municipal de Ponta Grossa

Estado do Paraná

A professora explicou ainda que a norma padrão da língua portuguesa já inclui o gênero neutro. "Não faz sentido falar 'todxs' ou 'todes'. Isso é um assassinato, uma esquizofrenia. No latim, nós tínhamos a terminação em 'U' que representava o gênero neutro. Quando o latim deu origem ao português, o masculino passou a compreender o gênero neutro. Por isso que, quando eu digo 'boa noite a todos' estou me referindo a homens e mulheres. Além disso, substituir as letras 'a' e 'o' ao final das palavras por 'e' com a pretensão de neutralizar o gênero é uma grande bobagem porque é algo totalmente arbitrário. Por exemplo, a palavra 'pente' termina em 'e' e continua sendo um termo masculino", concluiu¹.

Não devemos permitir a confusão na cabeça de uma criança e a linguagem neutra pode lhe trazer a dúvida quanto a sua sexualidade. Se um pronome de tratamento masculino ou feminino são proibidos, as diferenças biológicas naturais entre homens e mulheres começam a ser suprimidas. Homens e mulheres, são biologicamente separados, mas culturalmente unidos pelas diferenças, nunca pela subtração forçada e autoritária das diferenças, através de uma ideologia de gênero.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei e de tão importante matéria aos nossos estudantes, nossos brasileiros.

GABINETE PARLAMENTAR, 14 de junho de 2021


LEANDRO BIANCO
Vereador


PASTOR EZEQUIEL BUENO
Vereador

¹ <https://jovempan.com.br/noticias/brasil/professora-de-portugues-critica-linguagem-neutra-nao-podemos-aceitar-a-histeria-coletiva.html>

ANEXO B – PROJETO DE LEI 120/2021



Câmara Municipal de Ponta Grossa
Estado do Paraná

Em

DANIEL MILA FRAGCARO
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA 14/06/2021 16:44 - 000000000001

AS COMISSÕES DE **CLTQ-CDF-COARTMA** PROJETO DE LEI Nº

CECF

120/2021

Em

10 de 20

Presidente da Câmara Municipal

Dispõe sobre a proibição da ideologia de gêneros nas escolas da rede pública municipal e de ensino privado do município de Ponta Grossa.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, Estado do Paraná, aprova:

Art. 1º - Fica vedado, na rede pública municipal e de ensino privado do município de Ponta Grossa, por parte dos orientadores, diretores, coordenadores e qualquer funcionário subordinado à rede pública ou particular, a institucionalização acerca de conteúdo curricular e orientação pedagógica, que dissemine:

- I - a utilização da ideologia de gêneros, dentro ou fora, da sala de aula;
- II - orientação sexual de cunho ideológico e seus respectivos derivados;
- III - a propagação de conteúdo pedagógico que contenha orientação sexual, ou que cause ambiguidade na interpretação, que possa comprometer, direcionar ou desviar a personalidade natural biológica e a respectiva identidade sexual da criança e do adolescente;
- IV - veicular qualquer tipo de acesso à conteúdo de gêneros, que possa constranger os alunos, ou faça qualquer menção a atividade que venha intervir na direção sexual da criança e do adolescente.

Parágrafo único - O disposto desta Lei aplica-se, no que couber:

- a) às políticas e planos educacionais e às propostas curriculares;
- b) filmes, danças, fotografias e peças teatrais educativas;
- c) aulas, palestras, vídeo conferência, atividades ministradas por conteúdos de internet, ou ainda, fora do expediente de aula em debates no interior da escola;
- d) às provas e avaliações durante todo o ano letivo, incluindo as provas para ingresso no ensino superior.



Art. 2º - O planejamento educacional, deverá abordar matérias que garantam a neutralidade ideológica, respeitando os direitos da família e dos educandos, a receberem a orientação sexual de acordo com as convicções morais de seus pais ou responsável legal.

Art. 3º - A transgressão da referida lei por parte dos orientadores educacionais, seja da rede pública municipal ou privada, estarão sujeitos às seguintes penalidades:

I - no caso da transgressão por parte do funcionário público, instaurar-se-á procedimento disciplinar competente, pela Secretaria Municipal de Educação;

II - sendo o infrator funcionário de instituição privada, será imposta multa de 50 VR's (Valores de Referência do Município), dobrada em caso de reincidência.

Art. 4º - O diretor, coordenador, ou qualquer funcionário que exerça função de supervisor da instituição de ensino deverá fiscalizar rigorosamente seus docentes, a fim de garantir a eficácia da presente lei e, no caso de haver constatação de qualquer irregularidade por parte do corpo docente, deverá denunciá-lo imediatamente, sob pena de responder em solidariedade pelas penas previstas em lei.

Parágrafo único - A denúncia por parte dos prepostos da instituição educacional deverá ser realizada antes de qualquer denúncia externa, sob pena de se tornar ineficaz, respondendo solidariamente pela infração.

Art. 5º - O conteúdo desta lei deverá ser abordado no ato da matrícula do aluno, onde serão informados sobre a primazia dos valores familiares nas questões sexuais e ideológicas, bem como sobre os limites morais e jurídicos de qualquer atividade vinculados à questão.

Parágrafo único - As instituições de ensino públicas e privadas municipais deverão afixar cartazes nas paredes, de modo que as pessoas possam ter acesso à leitura do conteúdo proibitivo de orientação sexual, sob qualquer pretexto no interior da instituição de ensino, inclusive em salas de professores, locais onde serão realizadas reuniões de pais e trânsito de alunos.

Art. 6º - As denúncias serão recebidas através da Secretaria Municipal de Educação, órgão responsável de receber reclamações que visa a garantia fundamentais da administração pública, dentro do âmbito educacional.

Parágrafo único - As denúncias deverão ser realizadas com um mínimo de indício de veracidade, para que não ocorra injustiça quanto a aplicabilidade da pena.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará a presente.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Requiere



JUSTIFICATIVA

Esta proposta tem como finalidade a criação de um sistema educativo sócio pedagógico, dentro do qual possibilite a propagação de conteúdos disciplinares neutros, com diretrizes legislativas que promovam uma identidade pessoal, bem como uma intimidade afetiva radicalmente desvinculada da diversidade biológica entre homem e mulher, garantindo assim, a educação sexual por parte da família conforme suas convicções morais.

A percepção de gêneros são disciplinas que toma a desnaturalização do feminino e do masculino como objeto de análise que possibilita a percepção de si e a expressão social que define o masculino e o feminino, não só o sexo biológico.

"Cisgêneros" (gênero designado em seu nascimento) e "transgêneros" (identidade diferente do nascimento), são expressões a definir pessoas que se identificam com o gênero atribuído ao nascer (cis) e aquelas que não vivenciam essa identificação (trans).

O conceito de "ideologia de gêneros" parte do ponto, segundo o qual os defensores da "Ideologia de gêneros" sustentariam que a conformação biológica natural seria irrelevante e que as pessoas constituiriam o próprio gênero conforme o ato de vontade, e no caso em apreço, na mudança de sexo de crianças em idade escolar, que sequer possuem maturidade para mutação sexo.

Com fulcro nesta teoria fica evidente a incongruência da matéria incursa no plano pedagógico que visa formar crianças e adolescentes, pois induziria os discentes a optarem por gêneros diferentes do correspondente aqueles com que nasceram, incompatíveis com sua maturidade e idade.

A Constituição Federal prevê o direito de liberdade para cada indivíduo dispor de sua própria sexualidade (autonomia de vontade, direito a intimidade e a vida privada – clausula pétrea) . Dispor da disciplina de gêneros na formação de pessoas, e, porquanto, violadora da laicidade do estado e dos direitos fundamentais da igualdade, liberdade de ensino e de aprendizado, à proteção contra a censura e a liberdade de orientação sexual, que usurpa o direito dos pais de educar de acordo com as próprias convicções.

O Município não pode usar o sistema de ensino para promover uma determinada moralidade desmedida sem prévia autorização de seus pais e responsáveis, o que se torna inviável a propagação da matéria para alguns, sem o consenso de outros.

Flavio...



Do mesmo modo, é função do professor não constranger os alunos em razão de suas próprias convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou de falta delas. Assim, não cabe ao sistema de ensino servir de instrumento que induz a ideologia de gêneros nas escolas, e no mesmo sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente garante aos estudantes o direito de ser respeitados por seus educadores (art. 53 ECA).

Dessa forma, a transversalidade de ensino de gêneros ou sexuais, devem ser conduzidos de acordo com as convicções e valores de ordem familiar, ou seja, é papel da família e não do orientador interferir diretamente na direção sexual da criança ou do adolescente.

Nem governo, nem escola, nem professores, nem ninguém tem o direito de usurpar a educação moral e sexual de seus filhos, pois cabe estritamente ao pátrio poder esta decisão, que deve ser baseada de acordo com a maturidade de compreensão e discernimento de cada criança, bem como de ser ensinada de acordo com cada crença familiar.

Vale lembrar, que o artigo 1º, VI, do projeto de lei, a Convenção Americana sobre direitos Humanos, vigente no Brasil, estabelece em seu artigo 12 que: *“os pais tem direito a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.”*

Por essas razões apresentamos esta proposição esperando dos demais Nobres Pares a compreensão e apoio para a aprovação da matéria pelo Soberano Plenário.


SALA DAS SESSÕES, em 10 de março de 2021


Vereador LEANDRO BIANCO


Vereador FELIPE PASSOS


Vereadora MISSIONARIA ADRIANA


Vereador LEO FARMACÊUTICO


Câmara Municipal de Ponta Grossa
PASTOR EZEQUIEL BUENO
Vereador